LÍDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOFADOS S/A

CNPJ nº 64.422.892/0040-08 - NIRE nº 35300547501

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 04 de Fevereiro de 2026

1. DATA, HORA E LOCAL - Aos 04/02/2026, às 10 horas, na sede da **LÍDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOFADOS S/A**, situada na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 795 e 813, bairro Jardim América, na cidade de São Paulo/São Paulo, CEP 01.441-000, complementos: Anexo: Número 795 ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO** - Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76. **3. PRESENÇA –** Acionista representando a totalidade do capital social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas. **4. COMPOSIÇÃO DA MESA** – Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Cláudio Nogueira Alves, brasileiro, nascido em 29/09/1972, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da CI nº M-5.334.995, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF de nº 837.981.706- 06, residente e domiciliado na Rua Piranhas, nº 41, apto 302, bairro Caiçara, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.770-540, e secretariado pelo Sr. Aurélio Nogueira Alves, brasileiro, nascido em 01/06/1965, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador do CREA nº 49.787/D, expedido pelo CREA/MG, inscrito no CPF de nº 527.481.546-49, residente e domiciliado na Avenida Sete de Setembro, nº 1470, apto 900, bairro Centro, em Divinópolis/MG, CEP 35.500-011. **5. ORDEM DO DIA** – Composta a Mesa, o presidente procedeu à leitura da ordem do dia, com o seguinte teor: I. Deliberar sobre a inclusão de CNAE nas atividades contidas no objeto social da matriz (CNPJ nº: 64.422.892/0040-08, NIRE nº: 35300547501). II. Deliberar sobre a consolidação do estatuto social. **6. DELIBERAÇÕES** – A acionista presente apreciou as matérias constantes da ordem do dia, das quais já tinham conhecimento, e deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o que segue: I. Aprovar a inclusão de CNAE nas atividades contidas no objeto social da matriz, situada na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, n° 795 e 813, bairro Jardim América, São Paulo, SP, CEP :01441000, Complemento: Anexo: Número 795, cujo objeto permanece o mesmo, sendo incluso tão somente o CNAE nº 49.30-2/02 correspondente à uma das atividades exercidas pela matriz da Companhia. A Sociedade passa a ter os seguintes CNAEs em seu objeto social: 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis e 4930-2/02 Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. II. Em razão da inclusão do CNAE mencionado no item "i" acima, fica aprovado e consolidado o Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo I a presente Ata. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes. Todos os presentes declaram que esta ata confere com a original, lavrada em livro próprio e arquivada na sede da Companhia. Estiveram presentes na Reunião e assinam este instrumento: o Presidente da Mesa e Diretor Administrativo Cláudio Nogueira Alves, o Secretário da Mesa e Diretor Presidente Aurélio Nogueira Alves, a acionista JMN Holding S/A, representada por Cláudio Nogueira Alves e a advogada Thais de Faria Terenzi. São Paulo/SP, 04/02/2026. **CLÁUDIO NOGUEIRA ALVES** - Presidente da Mesa/Diretor Administrativo, **AURÉLIO NOGUEIRA ALVES** - Secretário da Mesa/Diretor Presidente, **JMN HOLDING S/A** - CNPJ nº 48.739.156/0001-15. Acionista - Representada por Cláudio Nogueira Alves, **THAIS DE FARIA TERENZI** - OAB/MG 149.444 - Advogada. **JUCESP Nº 56.628/26-2** em 25/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL: LÍDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOFADOS S/A. NIRE nº: 35300547501 - CNPJ nº: 64.422.892/0040-08. **CAPITULO I - DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE: ARTIGO 1.** A denominação da Sociedade é LÍDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOFADOS S/A, que se regerá pelas disposições deste Estatuto e da legislação vigente aplicável. **ARTIGO 2.** A Sociedade possui sua sede na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 795 e 813, bairro Jardim América, São Paulo, SP, CEP :01441000, Complementos: Anexo: Número 795. **PARÁGRAFO ÚNICO.** A Sociedade possui as filiais abaixo relacionadas, podendo abrir ou encerrar, quando julgar conveniente, independente de autorização da Assembleia Geral, filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo, se necessário, observada a legislação vigente sobre a matéria. 1. Av. Otto Baumgart, nº 500, loja 210, bairro Vila Guilherme, em São Paulo/SP, CEP 02.049-000, registrada sob o Nire nº 35902434704, CNPJ nº 64.422.892/0002-82, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa. 2. Av. Desembargador Santos Neves, nº 426 e nº 410, Loja 01, Ed. Sagarana, Bairro Santa Helena, em Vitória/ES, CEP 29.055-100, registrada sob o NIRE 32900289682, CNPJ 64.422.892/0005-25, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa; 3. SC/Norte, quadra 06, Conjunto A, Lojas 58, 59, 60, 61 e 62, Térreo, Ed. Venâncio 3000, em Brasília/DF, CEP 70.718-900, registrada sob o NIRE 53900199630, CNPJ 64.422.892/0006-06, com o objeto social de Show Room; 4. Rua Teodoro Sampaio, 1465/1469/1471/1473/1477/1481/1483/1485, Bairro Pinheiros, em São Paulo/SP, CEP 05.405-150, registrada sob o NIRE 35902769536, CNPJ 64.422.892/0008-78, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa; 5. SGCV – Sul, Lote 22, Loja 204 no empreendimento denominado Casa Park Shopping Center, Bairro Guará, em Brasília/DF, CEP 71.215-100, registrada sob o NIRE 53900216925, CNPJ 64.422.892/0010-92, com o objeto social de Show Room; 6. Rua Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 1.100, Bairro Bonfim, em Carmo do Cajuru/MG, CEP 35.557-000, CNPJ 64.422.892/0018-40, NIRE 31901723415, funcionando apenas como escritório administrativo; 7. Av. Ayrton Senna, nº 2150, SUC. D, E e F do Bloco I, Bairro Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.775-900, CNPJ 64.422.892/0019-20, NIRE 3390089333-3, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa. 8. Rodovia MG 050, KM 32,4, S/N, Centro, em Mateus Leme/MG, CEP 35.670-000, CNPJ: 64.422.892/0022-26, NIRE 31.901.970.161, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa; 9. Av. Presidente Carlos Luz, nº 405, Bairro Caiçaras, em Belo Horizonte/MG, CEP 31.230- 000, CNPJ 64.422.892/0032-06, NIRE 31.901.970.111, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa; 10. Av. Silviano Brandão, nº 1337, Bairro Sagrada Família, em Belo Horizonte/MG, CEP 31.030-105, CNPJ 64.422.892/0024-98, NIRE 31.901.970.137, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa; 11. Rodovia BR 356, nº 2500, lojas 112 e 113, Bairro Sion, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.320-901, CNPJ 64.422.892/0033-89, NIRE 31.901.970.102, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa; 12. Rua Goiás, nº 219, Bairro Centro, em Divinópolis/MG, CEP 35.500-001, CNPJ 64.422.892/0025-79, NIRE 31.901.970.145, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa; 13. Av. Getúlio Vargas, nº 239, Bairro Centro, em Sete Lagoas/MG, CEP 35.700- 046, CNPJ 64.422.892/0030-36, NIRE 31.901.970.170, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa; 14. Alameda Das Algarobas, 1167, Bairro Caminho das Árvores, em Salvador/BA, CEP 41.820-500, CNPJ 64.422.892/0028-11, NIRE 29.900.992.802, com o objeto social Show Room, representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico, Comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa; 15. SQPS 104, Quadra A, Conjunto A, Zona Industrial (Guará), em Brasília/DF, CEP 71.215-221, com o objeto social de Depósito Fechado, CNPJ 64.422.892/0034-60; 16. Rua Guaraciaba Passos, 1325, Bairro Centro, em Mateus Leme/MG, CEP 35.670-000, CNPJ 64.422.892/0036-21, NIRE 31.902.306.061, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa; 17. Avenida Doutor Moraes Salles, 2331, bairro Nova Campinas, Campinas/SP, CEP 13.092- 111, CNPJ 64.422.892/0038-93, NIRE 35.904.904.147, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa; 18. Rua Chile, nº 206, Lote 197, Quadra 14, Loteamento Rec. Ipitanga, em Lauro de Freitas/BA, CEP 42.700-230, CNPJ 64.422.892/0037-02, NIRE 29.901.124.944, com o objeto social de depósito fechado, Guarda-móveis e Comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa; 19. Rua Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 1041, área B-1, bairro Bonfim, na cidade de Carmo do Cajuru/MG, CEP 35.557-000, CNPJ 64.422.892/0001-00, NIRE 31.902.732.370, com o objeto social de atividade de indústria e comércio de móveis de madeira, a fabricação de espuma, a fabricação de colchões de espuma, almofadas e artigos semelhantes, a fabricação de carvão vegetal com resíduos de madeira, o comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa, extração de produtos e subprodutos florestais, a indústria e comércio de móveis de metal, a fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico, a representação comercial de móveis e artigos de uso doméstico, prestação de serviço em conserto de artigos de uso mobiliário, a prestação de serviços de impermeabilização de artigos do mobiliário, e a serraria com desdobramento de madeira, o transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; 20. Rua Grão Mogol, 678, Bairro Carmo, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.310-010, CNPJ 64.422.892/0041-99, NIRE 31.902.465.029, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa. 21. Av. América, nº 524 e 542, Galpão/Escritório, PAV 01/02, Bairro Jardim América, em Cariacica/ES, CEP 29.140-050, CNPJ 64.422.892/0042-70, NIRE 32.900.501.169, com o objeto social de depósito fechado; 22. Estrada do Tindiba, nº 2526, Lot. 27, Qdr. 33, Pal 9177, bairro Taquara, no Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.730-262, CNPJ nº 64.422.892/0043-50, NIRE 33.901.402.246, com objeto social de depósito fechado; 23. Rua Oito, nº 15, bairro Bonfim, em Carmo do Cajuru/MG, CEP 35557-000, CNPJ nº 64.422.892/0044-31, NIRE 31.920.053.853, com objeto social de comércio varejista de móveis via e-commerce; 24. Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, lojas, 315A, 315B e 316, Brooklin Paulista, em São Paulo/SP, CEP 04.578-903, CNPJ nº 64.422.892/0045-12, NIRE 35906377845 com objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa. 25. Avenida Magalhães de Castro nº 12.000, Salão Comercial nº L02E.2, Shopping Cidade Jardim, bairro Cidade Jardim, em São Paulo/SP, CEP 05.676-900, CNPJ nº 64.422.892/0046-01, NIRE nº 35906523868, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa. 26. Av. Pirambóia, nº 4104, anexo 4170, Galpões 04 e 05, bairro Jardim Santa Cecília, em Barueri/SP, CEP 06.465-060, CNPJ nº 64.422.892/0047-84, NIRE nº 35906591987, com o objeto social de depósito fechado, onde o contribuinte promove com exclusividade o depósito de seus móveis e de mercadorias próprias. **ARTIGO 3.** A **LÍDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOFADOS S/A,** incluindo matriz e filiais, tem como objeto social: a atividade de indústria e comércio de moveis de madeira, a fabricação de espuma, a fabricação de colchões de espuma, almofadas e artigos semelhantes, a fabricação de carvão vegetal com resíduos de madeira, o comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa, Show Room, extração de produtos e subprodutos florestais, a indústria e comércio de móveis de metal, a fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico, a representação comercial de móveis e artigos de uso doméstico, a prestação de serviço em conserto de artigos de uso mobiliário, a prestação de serviços de impermeabilização de artigos do mobiliário, a serraria com desdobramento de madeira e depósito fechado, onde o contribuinte promove com exclusividade o depósito de seus móveis e de mercadorias próprias, o transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. **PARÁGRAFO ÚNICO.** O estabelecimento matriz da Companhia exerce apenas o comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios, o transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. **ARTIGO 4.** O início das atividades da sociedade se deu na data de sua constituição e o prazo de duração é por tempo indeterminado. **CAPÍTULO II - CAPITAL, AÇÕES E ACIONISTAS: ARTIGO 5.** O capital social subscrito e totalmente integralizado da Sociedade é de R$3.161.000,00 (três milhões, cento e sessenta e um mil reais), representado por 3.161.000 (três milhões, cento e sessenta e uma mil) Ações Ordinárias Nominativas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. § 1.º As ações que vierem a ser emitidas em decorrência de elevação do capital social, observadas as condições da lei e do presente estatuto, serão integralizadas em moeda corrente nacional, conferência e/ou incorporação de bens móveis e imóveis. § 2.º Cada ação ordinária corresponde a 01 (um) voto nas deliberações da assembleia geral. **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIAS GERAIS: ARTIGO 6.** As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias e serão convocadas e realizadas na forma da lei e deste Estatuto. § 1.º A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Sociedade e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. § 2.º Compete privativamente à Assembleia Geral: I. Reformar o estatuto social; II. Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Sociedade, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142 da Lei 6.404/76; III. Tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; IV. Autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no §1º do art. 59 da Lei 6.404/76; V. Suspender o exercício dos direitos do acionista; VI. Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; VII. Autorizar a emissão de partes beneficiárias; VIII. Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Sociedade, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; IX. Autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial; e X. Fixar o montante da remuneração dos Diretores. § 3.º A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, até 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para: I. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; III. Eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso; § 4.º A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que houver justificativa e conveniência para tratar exclusivamente de assuntos objeto de sua convocação. §5.º A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo dia, hora e local e instrumentadas em ata única. **ARTIGO 7.** As pessoas presentes na Assembleia Geral deverão provar a qualidade de acionistas da Sociedade. Os titulares das ações ou seus representantes legais deverão exibir documento hábil de sua identidade ou representação. **ARTIGO 8.** Antes de instalada a Assembleia Geral, os acionistas assinarão o "Livro de Presença de Acionistas", indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares. **ARTIGO 9.** Os trabalhos da Assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. **ARTIGO 10.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco e ressalvadas as exceções previstas em lei. **ARTIGO 11.** É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, para deliberação sobre: I. Criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previstos ou autorizados pelo estatuto; II. Alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; III. Redução do dividendo obrigatório; IV. Fusão da Sociedade, ou sua incorporação em outra; V. Participação em grupo de sociedades; VI. Mudança do objeto da Sociedade; VII. Cessação do estado de liquidação da Sociedade; VIII. Criação de partes beneficiárias; IX. Cisão da Sociedade; X. Dissolução da Sociedade. **ARTIGO 12.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada, em livro próprio, ata assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Para validade da ata é suficiente a assinatura de quantos bastem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na Assembleia. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **ARTIGO 13.** Sempre que não houver a aprovação de todos os membros da Diretoria, competirá à Assembleia Geral autorizar ou não a alienação de bens integrados ao ativo permanente da sociedade, qualquer que seja seu valor, bem como a assunção de financiamentos internos e externos. **CAPÍTULO IV - TÍTULO I - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE: ARTIGO 14.** A Sociedade será administrada pela Diretoria. A Diretoria, órgão executivo e administrativo, será composta por 2 (dois) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente e 01 (um) Diretor Administrativo. §1.º O Diretor Presidente será eleito e destituído, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral. §2.º Para o cargo de Diretor Presidente, serão observados pela Assembleia Geral, na eleição, os seguintes requisitos: ser pessoa natural, acionista ou não, e residente no País. §3.º O Diretor Administrativo, pessoa natural, residente no país, acionista ou não, será eleito e destituído, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral. §4.º O Diretor Presidente e o Diretor Administrativo serão investidos em seus cargos mediante assinatura da Ata de Assembleia Geral que os elegeu e do respectivo Termo de Posse. Se o Termo de Posse não for assinado pelo Diretor eleito no prazo de 30 (trinta) dias seguintes à eleição, esta tornar-se-á sem efeito, salvo justificativa aceita pela Diretoria. **ARTIGO 15.** O prazo de gestão dos membros da Diretoria é de 03 (três) anos, expirando-se na data de Realização da Assembleia Geral Ordinária, no terceiro ano subsequente ao de sua eleição, sendo admitida a reeleição, isolada ou conjuntamente. §1.º O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos Diretores eleitos. §2.º Os membros da Diretoria estão dispensados da prestação de garantia de gestão. **ARTIGO 16.** Compete à Diretoria: I. Assegurar o pleno funcionamento da Sociedade, o cumprimento do presente Estatuto e das deliberações da Assembleia Geral, respeitada a legislação vigente; II. Preparar e apresentar à Assembleia Geral, anualmente, os relatórios das atividades sociais; III. Formular propostas que devam ser levadas à apreciação da Assembleia Geral; IV. Propor a criação, instalação e encerramento de filiais, sucursais, agências, escritórios ou depósitos; V. Propor a alienação de bens do ativo permanente da Sociedade, a constituição de ônus reais e a assunção de financiamentos externos e internos, de qualquer natureza, observando o artigo 13; VI. Praticar todos os atos necessários ao normal funcionamento da Sociedade. **ARTIGO 17.** Ao Diretor Presidente compete a administração interna da Sociedade, a política de pessoal e a gerência dos recursos de conformidade com as diretrizes da Sociedade, voltada sempre para os custos de oportunidade. **ARTIGO 18.** Compete ao Diretor Administrativo, isoladamente: I. Representar oficialmente a Sociedade, ativa e passivamente em todas as suas relações, em Juízo ou fora dele podendo constituir procuradores; II. Assinar correspondência da Sociedade; III. Assinar a emissão de ações e cheques, ordens de pagamento, ordens de créditos, títulos sacados contra a Sociedade, endossos, cauções, recibos e quitações; IV. Assinar a emissão de ações, cautelas e debêntures de responsabilidade da Sociedade; V. Assinar o Balanço, os Balancetes da Sociedade e seus respectivos anexos; VI. Autorizar ou cancelar a locação de bens móveis, imóveis, a constituição de hipotecas, penhores, cauções ou quaisquer outras formas de garantia real; VII. Assinar os instrumentos de contrato em que a Sociedade for parte interessada; VIII. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; IX. Convocar as Assembleias Gerais nos termos da lei e do presente instrumento; X. Ter sob sua guarda os livros e valores da Sociedade; XI. Aprovar e orientar a política geral da Sociedade. **ARTIGO 19.** Os Diretores substituir-se-ão em seus impedimentos ocasionais. No caso de vacância definitiva de qualquer cargo na Diretoria, será convocada Assembleia Geral para eleger novos diretores. **ARTIGO 20.** Todos os documentos, atos e contratos que obriguem a Sociedade deverão conter a assinatura do Diretor Administrativo, isoladamente. Admitir-se-á, alternativamente, para os mesmos fins, as assinaturas de quaisquer diretores sempre em conjunto de dois. §1.º É vedado o uso da denominação social em operações estranhas aos interesses sociais, tais como avais, fianças e endossos a favor de terceiros. §2.º É vedada a prática de atos que possam gerar perda para a Sociedade em benefício pessoal dos acionistas. **ARTIGO 21.** A Sociedade poderá nomear procuradores para representá-la dentro dos limites dos poderes conferidos nos respectivos mandatos que terão sempre prazo determinado e não superior a um ano, ressalvados apenas os instrumentos de mandatos para fins judiciais ou específicos que terão duração indeterminada. **TÍTULO II - CONSELHO FISCAL: ARTIGO 22.** O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros e igual número de suplentes, residentes no país, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. §1.º O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 1/10 (um décimo) das ações com direito a voto, e cada período de funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. §2.º A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. §3.º O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal, ainda que a matéria não conste do anúncio de convocação, poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, que elegerá os seus membros. **CAPÍTULO V - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DIVIDENDOS: ARTIGO 23.** O exercício social terá seu término no dia 31 de dezembro de cada ano, oportunidade em que serão elaboradas as demonstrações financeiras, obedecidas as normas técnicas e legais aplicáveis. **ARTIGO 24.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, podendo ser distribuído desproporcionalmente aos acionistas. **ARTIGO 25.** O lucro líquido do exercício é o resultado remanescente após apuradas as deduções de que tratam os artigos 27 e 28 do presente Estatuto. **ARTIGO 26.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos porventura acumulados e provisão para Imposto de Renda e demais consectários desta exação. **ARTIGO 27.** Do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, 05% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, destinada a assegurar a integridade do mesmo e que somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital. **ARTIGO 28.** A Assembleia poderá, por proposta da Diretoria, destinar parte do lucro líquido à formação de reservas de contingências com a finalidade de compensar, em exercícios futuros, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. **ARTIGO 29.** Por Proposta da Diretoria, a Assembleia Geral poderá destinar parte do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar, nas hipóteses e limites da lei. **ARTIGO 30.** Os acionistas têm direito a receber, como dividendos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: I. cota destinada à constituição de reserva legal; II. importância destinada à formação para Reserva de Contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores e não utilizadas; III. lucros a realizar, transferidos para a constituição de Reserva de Lucros a realizar e Lucros anteriormente registrados nessa Reserva que tenham sido realizados no exercício. **ARTIGO 31.** A Assembleia Geral deliberará sobre o destino a ser dado ao saldo que ficar, depois de fixado o dividendo. **ARTIGO 32.** O dividendo previsto neste Estatuto não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Sociedade. **ARTIGO 33.** Por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, poderá haver a distribuição de dividendos inferiores ao estabelecido no artigo 30 ou retenção de todo o lucro. **ARTIGO 34.** A Diretoria poderá determinar a distribuição antecipada de dividendos, com base em balanço intermediário, ad referendum da Assembleia Geral, especialmente levantado para tal fim. **CAPITULO VI - DA DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO: ARTIGO 35.** A Sociedade entrará em dissolução, liquidação ou extinção nos casos previstos em lei. §1.º A Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação, elegendo um Conselho Fiscal que deve funcionar durante o período de liquidação. **CAPÍTULO VII - ACORDOS DE ACIONISTAS: ARTIGO 36.** Os Acordos de Acionistas devidamente registrados na sede da Sociedade que, dentre outras disposições, estabeleçam cláusulas e condições para compra e venda de ações de emissão da Sociedade, preferência para adquiri-las, exercício do direito de voto, ou poder de controle, serão respeitados pela Sociedade, por sua Administração e pelo Presidente das Assembleias Gerais. **PARÁGRAFO ÚNICO.** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e obrigarão terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Sociedade. Os administradores da Sociedade zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões da Diretoria, conforme o caso, deverão agir de acordo com o estabelecido em lei. **CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS: ARTIGO 37.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão regidos pela Legislação vigente aplicável. **ARTIGO 38.** As partes elegem a CÂMARA DE ARBITRAGEM EMPRESARIAL – CAMARB como órgão institucional de solução extrajudicial de litígios, para dirimir quaisquer questões divergentes e/ou conflitos oriundos do presente Estatuto Social. Assinam o presente instrumento o Presidente da Mesa e Diretor Administrativo Cláudio Nogueira Alves, o Secretário da Mesa e Diretor Presidente Aurélio Nogueira Alves, a acionista JMN Holding S/A, representada por Cláudio Nogueira Alves, e a advogada Thais de Faria Terenzi. São Paulo/SP, 04/02/2026. **CLÁUDIO NOGUEIRA ALVES -** Presidente da Mesa/Diretor Administrativo; **AURELIO NOGUEIRA ALVES -** Secretário da Mesa/Diretor Presidente; **JMN HOLDING S/A.** Acionista - Representada por Cláudio Nogueira Alves; **THAIS DE FARIA TERENZI -** OAB/MG 149.444. Advogada.

AGRO-PECUÁRIA PILON S/A

CNPJ: 44.973.410/0001-94 - NIRE: 3.53.0036461.9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE,** a se realizar no dia 27.03.2026, **às 16:00 horas**, na Sede Social, sita na Fazenda Santa Maria, Bairro São Francisco CEP 18.527-450 , em Cerquilho, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria: **Extraordinária:-** a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros Assuntos de Interesse Social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04.03.2026. **Nelson Pilon – Diretor Presidente.**

FAZENDA PILON S/A

CNPJ: 57.226.151/0001-80 - NIRE: 3.530036405-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO E AGE ,** a se realizar no dia 27.03.2026, às **15:45 horas**, na sede social na Fazenda São José, Bairro São Francisco CEP 18.527-450, em Cerquilho, estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria. **Extraordinária:-** a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros Assuntos de Interesse Social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04/03/2026. **José Pilon – Diretor Presidente.**

J. PILON S.A AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ: 47.254.396/0001-67 - NIRE: 35.3.0010525.7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 27/03/2026, às 15:00 horas, no endereço da sua sede social, localizada na Fazenda Santa Maria, no Bairro São Francisco, município de Cerquilho, SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: **I) Ordinária:** a) Apreciação e Aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras ref. ao exercício encerrado em 31/12/2025; b) Destinação do resultado do exercício; c) Eleição dos membros do conselho de administração. **II) Extraordinária:** a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros Assuntos do interesse social. Comunicamos que se encontram a disposição no endereço acima, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04/03/2026. **José Pilon** – Presidente do Conselho de Administração.

JUPIRA MINERAÇÃO E AGRO-PECUÁRIA S/A.

CNPJ: 48.697.973/0001-58 - NIRE: 3.53.0036516-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE,** a se realizarem no dia 27.03.2026, **às 16:15 horas,** na sede Social situada na Fazenda Jupira – Estrada Municipal de Porto Feliz/Boituva - Bairro Jupira - CEP 18.540-000, em Porto Feliz - Estado de São Paulo a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria. **Extraordinária**:- a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros assuntos do interesse social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Porto Feliz, 04.03.2026. **Mário Nirceu Pilon – Diretor Presidente.**

FAZENDAS REUNIDAS PILON S/A.

CNPJ: 52.310.885/0001-29 - NIRE: 3.53.0036406-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE,** a se realizarem no dia 27.03.2026, às **15:30 horas**, na sede social situada na Fazenda Santa Maria-Bairro São Francisco – CEP 18527-450, em Cerquilho - Estado de São Paulo a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária**:- a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria. **Extraordinária**: a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Abertura e Encerramento de Filiais; c) Outros assuntos do interesse social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04.03.2026. **José Pilon – Diretor Presidente.**

LOGICTEL S.A. - CNPJ nº 03.430.070/0001-78 - NIRE 35.300.173.767

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os acionistas a se reunirem na sede a Rua da Bica nº 234, Freguesia do Ó, São Paulo/SP, CEP 02925-000, no dia 08 abril de 2026, às 10:00 horas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do total de votos e, em segunda convocação, as 10:30 horas com qualquer número para deliberarem a seguinte Ordem do Dia: a) exame e discussão do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e destinação do Lucro do Período; b) distribuição de dividendos; c) análise e discussão da reserva de retenção de lucros; d) Eleição da diretoria e fixação de honorários; e

IRSA ROLAMENTOS S.A.

CNPJ nº 57.496.580/0001-77

Demonstrativo Financeiro

www.irsa.com.br

Balanços Patrimonial - Encerrado em 31 de Dezembro de 2025

	2024 Lucro Real	2025 Lucro Real
Ativo	**36.560.867**	**44.675.434**
Ativo Circulante	**34.889.023**	**42.106.769**
Disponivel	**7.084.072**	**7.594.302**
Caixa	271.068	100.101
Bancos	2.841.221	2.920.523
Aplicacoes Financeiras	3.971.783	4.573.678
Realizavel Curto Prazo	**11.346.766**	**14.818.316**
Duplicatas Receber	9.998.342	13.466.365
Outras Contas a Receber	578.078	795.524
Imposto a Recuperar - ICMS/Contribuição Social	694.984	466.204
Premio de Seguro	75.362	90.223
Estoques Produtos Acabados	**16.458.185**	**19.694.151**
Mercadorias em Estoque	16.534.103	19.750.262
Mercadorias Poder Terceiros		
(-) Mercadorias de Terceiros	(75.918)	(56.111)
Ativo Imobilizado	**1.671.844**	**2.568.665**
Investimentos	**27.181**	**27.181**
Incentivos Fiscais EMBRAER	7.174	7.174
Incentivos Fiscais FINAM	5.723	5.723
Direito Uso de Linha Telefonica	14.284	14.284
Imobilizado Geral	**1.644.663**	**2.541.484**
Custo e Correção	4.889.264	5.845.962
(-) Depreciação	(3.244.601)	(3.304.477)

	2024 Lucro Real	2025 Lucro Real
Passivo	**36.560.867**	**44.675.434**
Passivo Circulante	**9.472.221**	**13.387.033**
Exigivel	**8.832.847**	**12.532.213**
Fornecedores Nacionais	7.700.945	11.114.953
Contas a Pagar	210.149	248.441
Pro Labore a Pagar	5.027	5.404
Provisao para Ferias	657.657	839.455
Seguros a Pagar	28.562	30.909
Salario a Pagar	230.507	293.051
Exigivel Curto Prazo	**639.374**	**854.820**
Contr. Assit/Sind a Recolher	2.139	2.429
ICMS a Recolher	0	0
PIS a Recolher	205	9.131
IRRF a Recolher	163.156	217.594
IRPJ a Recolher	46.355	172.574
Contr. Social a Recolher	0	43.264
PIS COFINS e Contr. Social a Recolher	623	409
ISS a Recolher	436	286
Financiamentos Bancarios	87.791	6.753
COFINS a Recolher	1.339	43.970
INSS a Recolher	134.341	167.878
FGTS a Recolher	44.739	55.357
Acordos Trabalhista	20.000	0
Adiantamento Clientes	138.250	125.024
Emprestimo ao Trabalhador	0	10.151
Exigivel Longo Prazo	**0**	**28.344.394**
Dividendos a Pagar	0	28.344.394
Patrimonio Liquido	**27.088.646**	**2.944.007**
Capital Social	2.550.000	2.550.000
Reserva de Capital	45.545	45.545
Reserva Incentivos Finor	7.138	7.138
Lucro do Exercicio anos anteriores	24.485.963	0
Lucro do Exercicio		341.324

Demonstração da Variação do Capital Circulante Líquido

Ativo Circulante	42.106.769	–
Passivo Circulante	13.387.033	–
Capital	**28.719.736**	**28.719.736**

Demonstração das Multações do Patrimonio Liquido

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital Social	2.550.000	0	0	2.550.000
Lucro do Exercicio	0	6.573.959	0	6.573.959
Reserva de Capital	45.545	0	0	45.545
FINOR	7.138	0	0	7.138
Distribuição de Dividendos	0	0	2.374.204	(2.374.204)
Dividendos a Distribuir	0	0	28.344.394	(28.344.394)
Lucros Acumulados	24.485.963	0	0	24.485.963
Patrimonio Liquido	**27.088.646**	**6.573.959**	**30.718.598**	**2.944.007**

Demonstração de Resultado

	2024	2025
Receita Operacional Bruta	**82.674.696**	**94.481.494**
Vendas Mercadorias Matriz/Filiais	82.674.696	94.481.494
(-) Impostos	14.835.577	16.634.435
(-) Devoluções	1.785.491	1.754.085
Lucro Operacional Liquido	**66.053.628**	**76.092.973**
(-) Custo Mercadoria Vendida	45.015.269	51.010.587
Lucro Operacional	**21.038.359**	**25.082.386**
(-) Desp. Administrativas	12.156.932	13.864.822
(-) Desp. Vendas	301.144	409.674
(-) Desp. Financeiras	1.855.051	2.452.762
(-) Depreciações	409.140	531.956
(+) Receitas Financeiras	1.034.233	2.187.791
Lucro Antes do IR e CS	**7.350.325**	**10.010.963**
(-) IRPJ	**1.865.843**	**2.520.856**
(-) CSLL	**680.344**	**916.148**
Lucro Liquido do Exercicio	**4.804.138**	**6.573.959**

Demonstrativo de Fluxo de Caixas em 31.12.2025

Atividades Operacionais em	2025
Lucro Liquido do Exercicio	
Variação Duplicatas a Receber	**(3.468.022)**
Variação de Despesas Antecipadas	**(3.527)**
Perdas/Ganho Vendas de Bens Imobilizado	**(1.223.667)**
Variação dos Estoques	**(3.235.966)**
Variação dos Fornecedores	**3.414.008**
Variação do Contas a Pagar e Impostos	**311.210**
1. Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operacionais	**(4.205.964)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	**0**
Pagamentos de Dividendos	**2.374.204**
Pagamentos de Juros sobre Capital Proprio	**2.341.990**
3. Caixa Liquido usado nas Atividades de Financiamento	**4.716.194**
Aumento Liquido ao Caixa e Equivalentes de Caixa (1+2+3)	**510.230**
Caixa e Equivalente de Caixa no inicio do período	**7.084.072**
Caixa e Equivalente de Caixa no final do período	**7.594.302**
Variação das contas Caixa/Banco/Equivalentes	**510.230**

Notas Explicativas

1. Operação – As atividades da Empresa compreendem, basicamente , a exploração da atividade comercial no ramo de vendas de Rolamentos, acoplamentos e outros produtos dentro do seguimento de peças e componentes para industria e outros afins. **2.** Apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas Brasileiras de Contabilidade – NBC instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, já Adaptada às novas mudanças estabelecidas pela Lei nº 11.638/2007. **3.** Principais práticas contábeis – a) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência; b) Os estoque são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, não superando o valor de mercado; c) Ativo Imobilizado: É demonstrado ao custo de aquisição como determina a legislação do Imposto de Renda. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida últil e econômica dos bens, considerando as taxas determinadas pela legislação do Imposto de Renda; As aplicações financeiras, foram registradas ao custo de aquisição, acrescidos de rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço patrimonial. **4.** Em função da nova Lei nº 11.638/2007, foi incorporados ao Balanço o (DFC) Demonstração do Fluxo de Caixa, que está demonstrado pelo metodo indireto que indica todas as movimentações dos fluxos das atividades operacionais de investimentos e financiamento da empresa.

Diretoria

Ovimar Margiota – Diretor Presidente e Diretor Finaceiro

Celso Margiota – Diretor Comercial

Carmencita Margiota de Castro – Diretora Secretária

Branca Margiota Brito – Diretora Superintendente

Carlos Alberto Moreira da Silva
Contador CRC 102.123

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código EFC5-A9F7-2950-7B94.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código EFC5-A9F7-2950-7B94.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, o mercado global de alumínio operou em um contexto de elevada volatilidade, mas com fundamentos resilientes, marcado por ajustes na oferta e crescimento consistente da demanda. Após um período inicial de pressão negativa nos preços da LME, em função de eventos políticos e comerciais, o mercado encontrou suporte em uma demanda global mais firme e em uma oferta relativamente restrita, especialmente diante de limitações estruturais na China e interrupções operacionais em outras regiões. O consumo mostrou-se robusto nos principais segmentos industriais, com destaque para transportes e bens de consumo, compensando a fraqueza da construção civil, enquanto a oferta avançou de forma mais contida, reforçando um cenário de mercado apertado e sensível a choques de curto prazo. Nesse ambiente, os preços do alumínio na LME apresentaram recuperação gradual ao longo do ano, com média de US$2.632/t em 2025, acima dos US$2.419/t registrados em 2024, refletindo o equilíbrio mais justo entre oferta e demanda e a maior sustentação do mercado em relação ao ano anterior. Para a CBA, o ano foi marcado pela parada programada para manutenção de tanques na refinaria de alumina, o que levou à antecipação da reforma de fornos de produção de alumínio líquido e à redução temporária da produção de alumina. Para recompor estoques e garantir a continuidade operacional, a Companhia realizou compras de alumina no mercado e constituiu estoque de segurança, o que, combinado ao maior consumo de insumos no processo de religamento e à menor produtividade típica da fase de *ramp-up*, pressionou custos, capital de giro e capex de manutenção, além de impactar KPIs operacionais. Com a retomada gradual das operações, a produção de alumínio líquido foi normalizada e os volumes voltaram a patamares estáveis, refletindo a recuperação operacional e ganhos de eficiência, enquanto a Companhia reforçou seu compromisso com a segurança e a qualidade do processo produtivo. Em energia, a CBA avançou de forma consistente na consolidação de sua competitividade de longo prazo. No início do ano, entrou em vigor a contratação de 50MWm de um contrato de 14 anos, com preço prefixado em dólar e sem correção, reduzindo o impacto do custo médio de energia e garantindo o suprimento energético em períodos de sazonalidade. Em linha com a estratégia de ampliar a autoprodução, a Companhia concluiu a aquisição de ativos eólicos da Casa dos Ventos, garantindo o fornecimento de 60 MWm para a produção de alumínio, e reforçando a diversificação do portfólio de autogeração, com matriz 100% renovável voltada ao alumínio de baixo carbono e menor exposição a riscos hidrológicos. Adicionalmente, segue em andamento a aquisição de participação no Complexo Cajuína III, no Rio Grande do Norte, que prevê o fornecimento adicional de 55MW médios a partir de 2027. A CBA tem melhorado constantemente seu perfil de endividamento. Em 2025, realizou a segunda emissão de debêntures, no montante de R$530 milhões, que alinhado ao compromisso com práticas sustentáveis, foi vinculada a indicadores ESG, contando com metas anuais de redução de emissão de gases de efeito estufa na produção de alumínio. Além disso, a Companhia trabalhou ao longo do ano em pré-pagamentos de dívidas e liquidações antecipadas, melhorando o prazo médio e custo médio em dólar, que saíram respectivamente de 4,85 anos e 6,40% a.a. em dezembro de 2024 para 5,22 anos e 5,79% a.a. em dezembro de 2025. Nas frentes ESG, a Companhia passou a integrar o S&P Global Sustainability Yearbook 2025, anuário que reconhece as empresas com as melhores práticas sustentáveis do mundo, elevou seu rating na MSCI para AA na categoria “Metals and Mining Non-Precious Metals” e foi selecionada pelo terceiro ano consecutivo para compor a carteira do ISE B3. Ao longo do ano, avançou no CSA da S&P Global, alcançando 74/100, e integrou o índice IDIVERSA B3, reforçando seu compromisso com diversidade e inclusão. Na agenda climática, o destaque foi a presença na COP 30, apresentando o alumínio como um material estratégico para a transição energética e para a construção de uma economia de baixo carbono. Por fim, no início de 2026, a Votorantim, acionista majoritária da CBA, anunciou a assinatura de contrato de compra e venda de suas ações para um consórcio formado pela Chalco, principal subsidiária do Grupo Chinalco, e pela Rio Tinto, referências globais nos setores de alumínio e mineração. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento das condições precedentes usuais e às aprovações societárias e regulatórias aplicáveis.

A Administração

VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Alumínio

A Companhia Brasileira de Alumínio, CBA, controlada pela Votorantim S.A., é atualmente a única Companhia integrada de alumínio do Brasil, atuando desde a mineração de bauxita até a produção de um portfólio completo de produtos primários e transformados de alumínio, desempenhando também atividades de reciclagem. A integração vertical, com autossuficiência de bauxita, alumina e energia, possibilita flexibilidade operacional à CBA para se ajustar às dinâmicas do mercado, garantindo posição competitiva na curva de custos global da indústria. A principal planta da CBA está localizada em Alumínio (SP), responsável por 81% das vendas de alumínio da CBA em 2025, com capacidade de 800 mil toneladas de refino de alumina; 380 mil toneladas de alumínio primário; 420 mil toneladas de fundição; 115 mil toneladas por ano de folhas e chapas; 50 mil toneladas de extrudados e 162 mil toneladas por ano de reciclagem. A fábrica de Itapissuma (PE) possui capacidade de 50 mil toneladas por ano para a produção de folhas e chapas, que no ano de 2025 representaram aproximadamente 10% das vendas de alumínio da Companhia. A unidade está localizada próxima ao porto de Suape. A estratégia da Companhia é concentrar as exportações de produtos transformados nesse site e atender o mercado local a partir do site de Alumínio (SP). A Metalex, localizada em Araçariguama (SP), é responsável pela reciclagem de sucata de alumínio para a produção de tarugos, possui uma capacidade de produção de 90 mil toneladas por ano do referido produto. No exercício de 2025, as vendas da Metalex representaram 5% do total das vendas de alumínio da Companhia. A Alux do Brasil, localizada em Nova Odessa (SP), possui capacidade de 46 mil toneladas por ano para a produção de ligas secundárias. As vendas da Alux representaram 4% das vendas de alumínio da CBA no ano de 2025. O portfólio de produtos da Companhia é amplo, com destaque para: • Produtos primários, que considera os produtos lingote, alumínio líquido e produtos fundidos de valor agregado, como tarugo, vergalhão e lingote liga. • Produtos transformados, que considera os produtos folhas, chapas e extrudados. Todos são de valor agregado. A Companhia ainda produz placas e bobinas casters, que são consumidos internamente para produção de folhas e chapas. A Companhia desenvolve também produtos de co-engenharia e soluções em parceria com seus clientes, de acordo com suas necessidades. Os principais mercados de atuação da Companhia são: Transportes, Construção Civil, Embalagens, Energia, Bens de Consumo, entre outros.

Energia

A Companhia possui usinas hidrelétricas e complexos eólicos próprios, além de participar de consórcios, suprindo o seu consumo de energia elétrica para a produção de alumínio líquido, o que contribui para a competitividade em custos (o custo de energia representa, na média da indústria, aproximadamente 31,5% do custo total de produção do alumínio líquido, enquanto para a CBA, representou aproximadamente 18,4% do custo de produção de alumínio líquido em 2025), além de garantir melhor previsibilidade, segurança de fornecimento e viabilizar a produção de alumínio de baixo carbono. O portfólio da CBA conta com 21 usinas, em 7 Estados brasileiros, sendo 15 de operação própria e 6 via consórcios, totalizando 1,6GW 100% renovável, dividida entre 77% proveniente de empreendimentos interligados ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e o restante conectado diretamente na CBA, já ajustada pela participação da Companhia nos ativos e com fator de capacidade média de 51%. A partir de 2023, o portfólio passou a integrar 2 parques eólicos: Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro, que abastecem não só a fábrica de Alumínio (SP), mas também a unidade de Itapissuma (PE), com capacidade instalada de 171,6MW equivalentes à 74,4MW médios de energia assegurada. Adicionalmente, em 2025, a CBA adquiriu participação no Complexo Serra do Tigre, no Rio Grande do Norte, com fornecimento de 60 MW médios destinados à unidade de Alumínio (SP), e segue em processo de aquisição de participação no Complexo Cajuína III, também no Rio Grande do Norte. Este último contrato prevê o fornecimento de 55 MW médios a partir de 2027, reforçando a estratégia de ampliação da autoprodução eólica e maior previsibilidade de custos energéticos. Vale destacar que, do total de 21 usinas, os contratos de concessão da UHE Alecrim, UHE Salto do Iporanga, UHE Itupararanga e UHE Sobragi venceram em 27 de junho de 2016, 04 de novembro de 2021, 19 de fevereiro de 2024 e 22 de janeiro de 2025, respectivamente. De acordo com a legislação vigente, a CBA permanece responsável pela gestão das usinas, preservando a operação e as boas condições de uso e de segurança até ter a deliberação sobre o tema pelo Poder Concedente. A energia consumida no processo produtivo na CBA é alocada no segmento Alumínio. O resultado da comercialização do volume excedente é alocado no segmento Energia, A gestão dos ativos e a comercialização de energia são realizadas pela própria CBA. Além disso, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” é registrado o ganho ou perda de valor justo sobre o excedente de energia, apurado no balanço energético com base nas projeções de geração e consumo para os próximos anos.

PERFORMANCE NOS MERCADOS DE ATUAÇÃO

Alumínio | Visão geral do Mercado Global

Em 2025, o mercado global de alumínio foi marcado por um ambiente de adaptação contínua e elevado dinamismo. A volatilidade de preços decorreu, principalmente, de mudanças regulatórias, realinhamentos comerciais e ajustes estruturais na oferta, sem, contudo, comprometer a solidez e a resiliência dos fundamentos do setor. Após forte queda nos dias posteriores ao denominado “Liberation Day” promovido pelo governo Trump, os preços do alumínio na LME apresentaram trajetória de valorização gradual, sustentada por um crescimento da demanda e uma oferta estável. Ainda assim, o cenário permaneceu permeado por incertezas, com a China exercendo papel central como principal vetor de influência sobre o mercado, tanto pelo lado da oferta quanto da demanda. A demanda global demonstrou resiliência mesmo diante de um ambiente macroeconômico desafiador. O consumo total de alumínio registrou crescimento de 3,0% em relação a 2024, refletindo a expansão gradual da atividade industrial, com avanço sincronizado entre os principais setores consumidores, com destaque para bens de consumo e transportes. O único segmento a apresentar retração foi o da construção civil, impactado pelos desafios estruturais enfrentados na China. Ainda assim, a demanda total no país cresceu 3,7%, impulsionada sobretudo pelo setor de transportes, que apresentou expansão de 12,3% em relação ao ano anterior. Em 2025, a oferta global de alumínio manteve-se condicionada ao equilíbrio entre avanços de capacidade produtiva e interrupções operacionais. A produção mundial alcançou 74,2Mt, sendo 43,9Mt da China e 30,3Mt do restante do mundo. Embora novos projetos, especialmente na Indonésia, tenham começado a ganhar tração, reforçando a perspectiva de expansão futura, o ano foi marcado por restrições de oferta, incluindo rupturas em smelters na Europa e na Ásia, além da crescente incerteza quanto à continuidade de operações na África. Na China, a produção permaneceu limitada pelo cap estrutural de 45Mt, com o aumento da oferta decorrendo majoritariamente da elevação da taxa de utilização de capacidade, que superou 95%. Esse conjunto de fatores impediu que os ramp-ups de novos projetos compensassem integralmente as perdas regionais, resultando em um crescimento global da oferta de 2,0% em relação a 2024. Como consequência, o mercado manteve-se relativamente apertado, evidenciando a elevada sensibilidade da oferta global a eventos de curto prazo. Nesse contexto, o preço médio do alumínio na LME atingiu US$2.632/t em 2025, representando um aumento aproximado de 8,8% em relação à média de 2024, de US$2.419/t. Apesar de um ambiente marcado por elevada volatilidade, o mercado demonstrou resiliência, com os preços do alumínio se mantendo em patamares superiores aos observados em 2024. O encerramento do ano foi caracterizado pela expressiva valorização do cobre, que contribuiu para impulsionar a cotação do alumínio ao nível mais elevado desde 2022. O prêmio Rotterdam Duty Unpaid apresentou média de US$209/t em 2025, ante US$255/t em 2024, refletindo uma demanda ainda enfraquecida na região. Esse movimento foi parcialmente compensado pela antecipação de volumes no final do ano, em resposta à entrada em vigor do CBAM em janeiro. Em contrapartida, os prêmios Midwest registraram aumentos significativos ao longo do período. A média do Duty Paid avançou de US$427/t em 2024 para US$1.295/t (+303%) em 2025, enquanto o Duty Unpaid evoluiu de US$179/t para US$269/t no mesmo intervalo, impulsionados pela tarifação imposta sobre o alumínio, que restringiu as importações e pressionou a oferta regional. No que se refere ao balanço de mercado, 2025 foi encerrado com um déficit estimado de 241kt, marcando o sexto ano deficitário nos últimos oito anos e evidenciando o otimismo estrutural em relação ao alumínio. Os estoques globais fecharam o ano em 47 dias de consumo, o menor nível desde 2007, indicando um mercado cada vez mais ajustado.

Alumínio | Visão geral do Mercado Brasileiro

Em 2025, a economia brasileira manteve crescimento moderado, com sinais mais favoráveis no fim do ano. Em novembro, o IBC-Br (prévia do PIB) avançou 0,7% frente a outubro - superando projeção do mercado de 0,3%, e acumulou 2,4% em 12 meses, reforçando uma dinâmica de resiliência. As expectativas de crescimento se estabilizaram em 2,3%, refletindo uma normalização do ritmo em relação a 2024. No cenário macro, a inflação próxima de 4% e a Selic em 15% contribuíram para conter pressões de preços e preservar o equilíbrio macro, mas mantiveram o crédito mais restritivo, limitando o ritmo da atividade. A produção de veículos leves cresceu 4,5% em 2025, apoiada pelo avanço das exportações de automóveis, que aumentaram 35% em relação ao ano anterior. As motocicletas também registraram mais um ano forte, com alta de 13%, refletindo a busca por alternativas mais acessíveis diante do maior ticket médio dos automóveis. O ano também foi marcado pelo aumento de participação de veículos híbridos e elétricos nos licenciamentos, acompanhado por uma tendência gradual de nacionalização da produção. Entre os pesados, a produção de carrocerias de ônibus (excluindo Volare) avançou 5%, com destaque para os modelos rodoviários voltados ao turismo, que cresceram 14%. Já o mercado de implementos rodoviários teve retração de 6% nos emplacamentos, pressionado pelo ambiente de juros elevados e crédito mais restrito, que desacelera a renovação de frotas. A construção civil avançou de forma moderada em 2025, impulsionada pelo aumento do consumo aparente de cimento, que alcançou aproximadamente 67 milhões de toneladas, alta de 3,5% no ano. O crédito imobiliário mostrou acomodação após o pico de outubro, e a taxa média das novas concessões permaneceu em 10,6% ao ano, refletindo um ambiente de crédito ainda caro. Apesar disso, o Programa Minha Casa, Minha Vida seguiu atuando como um importante amortecedor da demanda, contribuindo para sustentar a atividade do setor mesmo diante de juros elevados e volatilidade no crédito. O setor de bens de consumo duráveis mostrou avanço moderado, com destaque para os eletrodomésticos, cujas vendas cresceram 7,1% no ano, impulsionadas pela alta de 8,9% em novembro, favorecida por promoções de *Black Friday* e pela queda real dos preços da linha branca e marrom. A produção de itens como fogões, refrigeradores e máquinas de lavar também acompanhou esse movimento, enquanto o segmento de ar-condicionado split da Zona Franca de Manaus manteve crescimento relevante. A produção do setor de embalagens registrou queda de 1% em 2025 (acumulado até novembro), na comparação com o mesmo período de 2024, segundo dados do IBGE. No segmento de embalagens metálicas, houve retração de 3%. Já as embalagens plásticas apresentaram uma leve alta de 0,3%, desempenho considerado positivo especialmente devido à relação com os formatos plásticos que incorporam uma fina camada de alumínio - embalagens flexíveis. A agenda de transmissão de energia ganhou tração em 2025 e se consolidou como um dos vetores mais tangíveis de demanda no curto prazo. A aprovação do leilão em outubro, com investimento estimado em R$ 5,5 bilhões, contribuiu para antecipar o início das compras ao longo da cadeia, sobretudo em materiais e componentes utilizados nas redes de transmissão.

Performance Operacional e Financeira

R$ milhões	2025	2024	2025 vs. 2024
Volume de Vendas Alumínio (kt)	**499**	**503**	**-1%**
Primários	265	271	-2%
Transformados	133	133	–
Reciclagem	101	99	2%
Receita Líquida	**8.790**	**8.174**	**8%**
Alumínio	**8.384**	**7.940**	**6%**
Primários	4.505	3.935	14%
Transformados	3.215	2.836	13%
Reciclagem	857	781	10%
Outros	729	956	-24%
Realização de reserva de *hedge accounting* operacional [1]	(164)	–	–
Eliminações	(758)	(568)	33%
Energia	**487**	**311**	**57%**
Eliminações de Energia[2]	**(106)**	**(97)**	**9%**
Outros	**25**	**20**	**25%**
Custo dos Produtos Vendidos	**(8.047)**	**(7.314)**	**10%**
Despesas Operacionais	**(513)**	**(470)**	**9%**
Com vendas	(52)	(42)	24%
Gerais e administrativas	(461)	(428)	8%
Outras receitas operacionais	**215**	**141**	**52%**
Lucro operacional	**445**	**531**	**-16%**
Depreciação, amortização e exaustão	**759**	**643**	**18%**
Outras adições (exclusões) e itens excepcionais	**(93)**	**206**	**–**
EBITDA Ajustado[3]	**1.111**	**1.380**	**-19%**
Margem EBITDA	**13%**	**17%**	**-4%**

[1] Realização do item objeto de *hedge* (receita de vendas) da relação de *hedge accounting* conforme fluxos de caixa originalmente previstos, reclassificando a parcela da variação cambial do instrumento de *hedge* (Notas de crédito à exportação - NCEs) de outros resultados abrangentes para o resultado.
[2] Eliminação das vendas de energia para o negócio de alumínio, também consideradas no CPV acima.
[3] Os ajustes referem-se ao resultado nas participações societárias e dividendos recebidos de investidas e eventos não recorrentes no resultado conforme definidos em política, incluindo a Marcação a Mercado (“MtM”) dos contratos futuros de energia e derivativos de energia.

Volume de Vendas de Alumínio

O volume total de alumínio vendido pela CBA totalizou 499 mil toneladas em 2025, redução de 1% em relação a 2024. O segmento de primários registrou vendas de 265 mil toneladas em 2025, uma queda de 2% na comparação anual. O primeiro semestre foi impactado pela menor demanda por tarugos e lingote liga, influenciada tanto pela sazonalidade quanto pela base elevada de 2024, quando houve recomposição de estoques e maior dinamismo em setores como construção civil, transportes e eletrificação. A partir do terceiro trimestre, observou-se retomada gradual, com destaque para o aumento das vendas de lingotes P1020. Em transformados, o volume vendido atingiu 133 mil toneladas, em linha com 2024. O ano apresentou demanda estável, com melhor desempenho de chapas e folhas no primeiro semestre, suportado pelos setores de bens de consumo, linha branca, ar-condicionado e embalagens. A partir do segundo semestre, especialmente no 4T25, observou-se acomodação do consumo industrial, refletindo um ritmo mais moderado em aplicações que já vinham demonstrando estabilidade ao longo do ano. No segmento de reciclagem, as vendas totalizaram 101 mil toneladas em 2025, avanço de 2% em relação a 2024. O crescimento foi impulsionado pelo bom desempenho do setor de autoconstrução e automotivo no início do ano, embora tenha ocorrido acomodação ao longo dos trimestres seguintes, em função do ambiente de crédito mais restrito e da normalização da oferta de sucata.

Receita Líquida

A receita líquida consolidada da CBA atingiu R$8,8 bilhões em 2025 vs. R$8,2 bilhões em 2024, um aumento de 8%, em função, principalmente, do aumento na receita do negócio do alumínio, de R$7,9 bilhões em 2024 para R$8,4 bilhões em 2025. No negócio de alumínio, o aumento da receita deu-se em razão da melhora nos preços praticados. A cotação média do alumínio na LME encerrou 2025 em US$2.632/t, representando um aumento de 9% em relação à média de 2024 de US$2.419/t, além da apreciação de 4% do dólar no período. Esses fatores contribuíram para maiores preços nos segmentos de primários, transformados e reciclagem, mais que compensando a leve redução no total de volume de primários. Já no segmento “outros”, a redução de 24% é explicada pela venda integral da sua participação minoritária na Alunorte, portanto não houve venda do take de alumina desde fevereiro 2025. No negócio de energia, a receita líquida totalizou R$487 milhões, representando um crescimento significativo de 57% em relação a 2024, resultado impulsionado pelo maior volume excedente disponível para comercialização ao longo do ano e pelos preços mais elevados praticados no mercado.

Balanço Energético

A geração própria de energia de 691MWm em 2025 foi 3% inferior à geração de 716MWm observada em 2024, principalmente pela menor geração no Complexo de Juquiá e pelo cenário hídrico menos favorável. Em relação aos contratos, a celebração de um novo acordo de 50MWm vigente a partir do 1T25 é o principal motivo do aumento do volume de 162MWm em 2025 vs. 108MWm de 2024. Por outro lado, o custo dos contratos foi de R$411/MWh em 2025, 67% superior em relação ao custo médio dos contratos do ano anterior. A principal razão para isso foi a negociação de um *swap* sobre um dos contratos, em que o custo subiu de US$45/MWh, em 2024, para US$106,5/MWh, em 2025. O novo contrato firmado, de 50MWm, mitigou parcialmente esse aumento. Importante destacar que esse *swap* não impacta o volume do balanço energético, ele foi realizado para reduzir a exposição de risco da Companhia, no seu prazo remanescente, trocando a exposição de IPCA e IGPM (indexadores do contrato original) por valores fixos expressos em dólar. Adicionalmente, o *swap* modificou o impacto líquido de fluxo de caixa quando avaliado conjuntamente com o contrato original. Para 2026, o preço deste contrato segue em linha com 2025. Contudo, daqui até o término do mesmo, os volumes são decrescentes: 104MWm em 2025, 96MWm em 2026 e 93MWm em 2027 e 2028, sujeito à variação cambial, mas sem correção monetária. Para a CBA, essa exposição funciona como um *hedge* natural, uma vez que a receita da Companhia é majoritariamente atrelada ao dólar. Em 2025 a Companhia concluiu a aquisição de participação em ativos de autoprodução de energia eólica no Complexo Serra do Tigre, localizado no estado do Rio Grande do Norte, pertencente à Casa dos Ventos. A operação contempla o fornecimento de 60MW médios de energia, desde outubro de 2025, destinados ao consumo da unidade de Alumínio, em São Paulo. Adicionalmente, segue em andamento o processo de aquisição de participação em ativos de autoprodução de energia eólica no Complexo Cajuína III, também localizado no Rio Grande do Norte, pertencente à Auren Energia. Este contrato prevê o fornecimento de 55MW médios de energia, com início previsto para 2027. Com o incremento do fornecimento proveniente dessas operações, somado aos contratos atualmente vigentes, e considerando a manutenção das concessões existentes e a estabilidade da capacidade produtiva de alumínio, a Companhia poderá dispor de excedente energético para comercialização, sujeito à marcação a mercado. Para a aquisição já concluída, do Complexo Serra do Tigre, o volume de energia contratado gera efeitos no balanço energético e na marcação a mercado do excedente de energia, os quais foram contabilizados no 4T25, conforme os preços de mercado vigentes.

Custo de Produção de Alumínio

O custo médio de produção do alumínio líquido aumentou 14% em 2025, passando de R$9.430/tonelada para R$10.741/tonelada, excluindo depreciação, impulsionado principalmente pelo maior custo da alumina, com crescimento de 22% no ano, reflexo da menor produção própria no primeiro semestre devido à parada de manutenção da refinaria e consequentemente da necessidade de compras no mercado a preços mais elevados, além do aumento no preço da soda cáustica em um cenário global restrito. O custo de energia também contribuiu para esse resultado, com aumento de 8% no ano, impactado pela menor geração própria em um cenário hídrico menos favorável no ano e, portanto, maior utilização dos contratos mais caros. Os custos fixos também tiveram aumento, de 17%, impactados pela menor diluição decorrente do volume de produção ligeiramente menor, de 360 mil toneladas vs. 364 mil toneladas em 2024, e pelo aumento de manutenções programadas realizadas durante o ano. Já a pasta anódica, apresentou aumento de 4% em 2025, efeito principalmente da valorização do dólar, elevando o custo do coque e piche. A retomada plena da refinaria e dos fornos ao longo do segundo semestre contribuíram para mitigar parcialmente esses efeitos, embora não tenha sido suficiente para compensar o aumento expressivo da alumina e dos demais insumos ao longo do ano.

Custo dos Produtos Vendidos

Em 2025, o custo dos produtos vendidos totalizou R$8,0 bilhões, aumento de 10% em relação a 2024. O custo do negócio de alumínio atingiu R$7,5 bilhões, crescimento de 10% em relação a 2024, resultado do maior custo de produção observado nos últimos trimestres, além de efeitos pontuais registrados no último trimestre do ano no valor de R$64 milhões decorrentes da reclassificação de determinados serviços de manutenção na área industrial, de CAPEX para OPEX. Por sua vez, o negócio de energia também registrou aumento de 10% (R$611 milhões em 2025 vs. R$558 milhões em 2024), em razão do maior custo dos contratos de energia, 67% superior em relação ao custo médio dos contratos de 2024.

EBITDA AJUSTADO

O EBITDA ajustado em 2025 foi de R$1,1 bilhão, vs. R$1,4 bilhão em 2024, com margens EBITDA ajustadas de 13% e 17%, respectivamente. Conforme divulgado na Nota 5 das demonstrações financeiras anuais, as principais variações nos ajustes do EBITDA decorreram, sobretudo, dos itens: (i) valor justo sobre o volume excedente dos contratos futuros de energia e realização de derivativos de energia no valor de R$386 milhões em 2025 (R$115 milhões em 2024); (ii) realização da reserva de hedge accounting operacional, de outros resultados abrangentes para o resultado, no valor de R$164 milhões em 2025; (iii) recebimento de dividendos da Enercan no valor de R$150 milhões em 2025 (R$157 milhões em 2024); e (iv) reversão de provisão para perda nos recebíveis da venda dos ativos de níquel de R$29 milhões (provisão de R$99 milhões em 2024).

Resultado Financeiro

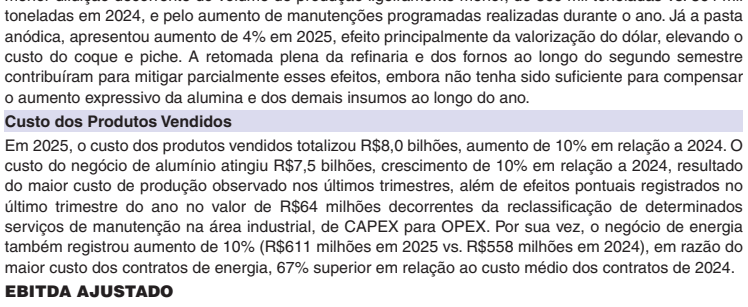
O resultado financeiro líquido de 2025 foi negativo em R$226 milhões, apresentando melhora de R$793 milhões quando comparado à 2024. Esse resultado foi reflexo principalmente da valorização de 11% do real frente ao dólar norte-americano em 2025 (dez25: 5,50 vs. dez24: 6,19), comparada à desvalorização de 28% em 2024 (dez24: 6,19 vs. dez23: 4,84), que ocasionou uma melhora de R$453 milhões na marcação a mercado dos instrumentos derivativos e uma variação cambial positiva em R$340 milhões. Outros resultados financeiros se referem à diferença de valor presente entre os fluxos de caixa original e atualizados das operações refinanciadas em 2025 (dez25: R$52 milhões vs dez24: R$11 milhões), e, efeitos da mensuração dos instrumentos financeiros da aquisição da participação societária com a Casa dos Ventos de R$30 milhões em dez25, apresentados na nota 9 das demonstrações financeiras.

Lucro Líquido/Prejuízo

A Companhia apurou lucro líquido de R$230 milhões em 2025 vs. prejuízo de R$73 milhões em 2024. A redução do lucro bruto em 2025 (R$742 milhões vs. R$860 milhões em 2024) foi parcialmente compensada com o aumento em outros resultados operacionais (R$216 milhões em 2025 vs. R$142 milhões em 2024), principalmente pelo efeito positivo na marcação a mercado (“MtM”) do excedente de energia. O resultado financeiro líquido apresentou melhora expressiva, conforme detalhado no capítulo anterior. Decorrente do lucro apurado em 2025, a despesa com imposto de renda e contribuição social foi de R$123 milhões, comparado ao efeito positivo dos impostos diferidos em 2024 de R$303 milhões, principalmente sobre variação cambial tributada por regime de caixa e sobre a marcação a mercado dos instrumentos derivativos (o aumento da variação cambial foi mencionado no tópico Resultado Financeiro).

Fluxo de Caixa Livre

R$ milhões



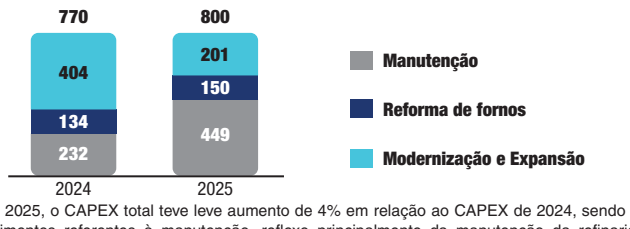
[1] Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, uso do bem público, instrumentos financeiros derivativos e liquidações de arrendamentos [2] Referente à participação na CBA Energia [3] Recebimento da venda de ativos de Níquel

Capital de Giro

No ano de 2025 o capital de giro da Companhia foi positivo em R$165 milhões, os principais efeitos positivos são: (a) redução de estoques em R$101 milhões, principalmente pela realização do take de alumina em janeiro de 2025; (b) redução de tributos a recuperar em R$97 milhões, principalmente pelo resultado das ações da Companhia para realização de créditos de ICMS e uso de créditos de PIS/COFINS para compensação com outros impostos federais; (c) aumento no saldo de risco sacado em R$39 milhões devido à entrada de novos fornecedores ao programa; (d) aumento no adiantamento de clientes em R$40 milhões; (e) recebimento de depósitos judiciais em R$21 milhões devido ao ganho de processos. Por outro lado, houve efeito negativo: (a) pela redução no saldo de fornecedores em R$172 milhões, principalmente pelos pagamentos de compras do coque calcinado importado.

Investimentos (CAPEX)

R$ milhões



No ano de 2025, o CAPEX total teve leve aumento de 4% em relação ao CAPEX de 2024, sendo 56% dos investimentos referentes à manutenção, reflexo principalmente da manutenção da refinaria de alumina ao longo do ano e ações voltadas à extensão da vida útil, aumento de capacidade e melhoria da eficiência operacional dos ativos. Os investimentos referentes aos projetos de modernização e expansão, tiveram menor representatividade em 2025, considerando que os projetos são flexíveis e modulares, a Companhia optou por postergar alguns projetos com o objetivo de compensar o aumento do CAPEX de manutenção neste ano. Os investimentos em modernização e expansão representaram 25%, enquanto os investimentos em reforma de fornos representaram 19%.

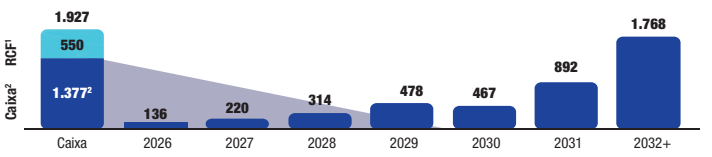
Endividamento e Liquidez

Composição da dívida (R$ milhões)	Dez/25	Dez/24
Circulante	136	117
Não circulante	4.139	4.512
Dívida bruta	**4.276**	**4.629**
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	-1.377	-1.527
Instrumentos financeiros derivativos	181	627
Arrendamentos	219	184
Dívida líquida	**3.299**	**3.913**
EBITDA Ajustado - Últimos 12 meses	**1.111**	**1.380**
Dívida líquida/EBITDA Ajustado UDM[1]	**2,97x**	**2,84x**
Custo médio USD (%a.a.)[2]	**5,79%**	**6,40%**
Prazo médio (anos)	**5,22**	**4,85**

[1] Últimos doze meses; [2] Considera custo total da dívida, inclusive em BRL, convertida para USD em 31/12/2025. Em dezembro de 2025, a dívida bruta da CBA era de R$4,3 bilhões, R$354 milhões menor quando comparada a dezembro de 2024, principalmente pela valorização do real frente ao dólar. Como parte da estratégia de gestão de passivos voltada para a redução da alavancagem bruta, a diversificação das fontes de financiamento, ao alongamento do prazo e a redução do custo da dívida, a Companhia ao longo de 2025 liquidou antecipadamente dívidas, refinanciou algumas de suas linhas e fez novas captações, e como consequência, aumentou seu prazo médio da dívida de 4,85 para 5,22 anos e reduziu o custo médio de 6,40%a.a. para 5,79%a.a., quando comparado ao período anterior. Dentre essas ações está a liquidação antecipada, em março de 2025, de contratos de financiamentos à exportação (Nota de Crédito à Exportação e Pré-Pagamento de Exportação), no montante total de R$506 milhões, cujo vencimento final seria em 2028. Em junho de 2025, a CBA refinanciou sua Nota de Crédito à Exportação (“NCE”) no valor de R$500 milhões, alongando o prazo de vencimento para junho de 2032 e reduzindo o custo de CDI+1,95% para CDI + 1,20% a.a. A remensuração decorrente do refinanciamento gerou um efeito contábil positivo de R$19 milhões, sem efeito caixa, reconhecido como receita financeira, referente à diferença entre o valor presente do fluxo de caixa original e refinanciado, conforme previsto pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Adicionalmente, foi contratado swap (instrumento financeiro derivativo) com o objetivo de converter à taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada de 5,89% a.a. em dólares americanos. Em julho de 2025, a Companhia fez a sua segunda emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R$530 milhões e com amortização em julho de 2032, e custo de CDI+1,20% ao ano. Também foi contratado swap que converte a taxa de CDI para uma taxa pré-fixada em dólares de 5,88% a.a. A emissão foi caracterizada como vinculada a indicadores ESG e o cumprimento dessas metas poderá resultar em benefício financeiro por meio da redução na tarifa em caso de resgate antecipado dos títulos. Com parte dos recursos dessa emissão, no mesmo mês a Companhia efetuou o resgate de sua primeira emissão de debênture no valor de R$230 milhões, visando o alongamento do perfil da dívida e redução dos custos. Também em julho, a CBA concluiu a captação via linha de financiamento às exportações (Pré-pagamento de Exportações) em duas tranches em Euros e Dólares totalizando EUR44 milhões e US$50 milhões, respectivamente, com vencimento em 2035. Essa operação contou com a garantia da SACE, Agência de Crédito à Exportação (Export Credit Agency) italiana, e foi caracterizada como vinculada a indicadores ESG, sendo necessário o acompanhamento de metas anuais, o que poderá resultar em incremento ou redução no custo deste empréstimo. Foi ainda contratado um swap destinado à conversão da exposição da tranche em euros de taxa de EURIBOR para uma taxa pré-fixada em dólares, resultando em um custo médio em dólares de 4,86% a.a. No mesmo mês, a Companhia substituiu sua linha de crédito rotativo atual (Revolving Credit Facility - RCF) por uma nova linha no mesmo montante de US$100 milhões, equivalente a R$550 milhões considerando o câmbio de fechamento do período. O custo da linha não sofreu alteração e a nova operação tem vencimento em julho de 2030, manteve a caracterização como vinculada a indicadores ESG e conta com a participação de 10 bancos internacionais. Em setembro de 2025, a CBA liquidou antecipadamente dois empréstimos totalizando US$20 milhões (R$107 milhões) e US$41 milhões (R$224 milhões), com vencimento original em março de 2028 e setembro de 2029, respectivamente. Após todas essas ações, a CBA alongou seu perfil de dívida e reduziu a concentração de vencimentos até 2031, conforme gráfico abaixo:

Cronograma de Amortização da Dívida

R$ milhões



[1] Linha de crédito rotativo no valor de US$100mm convertido pela Ptax de fechamento de 31/12/2025 (R$5,5024)
[2] Inclui caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 31/12/2025

[1] Linha de crédito rotativo no valor de US$100mm convertido pela Ptax de fechamento de 31/12/2025 (R$5,5024); [2] Inclui caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 31/12/2025. As disponibilidades e aplicações financeiras totalizaram R$1,5 bilhão em dezembro de 2025, sendo 69% denominados em reais e 31% em dólares. A CBA ainda conta com uma Linha de Crédito Rotativo no valor de US$100 milhões que garante uma fonte adicional de liquidez e pode ser acessada a qualquer momento do contrato, embora não tenha sido utilizada até o momento. A marcação a mercado dos instrumentos derivativos apresentou redução de R$446 milhões frente a dezembro de 2024, refletindo a inclinação das curvas futuras de dólar decorrente da valorização do real frente ao dólar americano ao final de cada período e aumento do diferencial de juros internos e externos. Com isso, a dívida líquida totalizou R$3,3 bilhões, 16% menor comparada a dezembro de 2025. A alavancagem líquida, medida pela relação dívida líquida sobre o EBITDA ajustado dos últimos

continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PESSOAS

Em 2025, a CBA avançou de forma consistente na construção de um ambiente seguro, inclusivo, diverso e orientado ao desenvolvimento contínuo das pessoas que transformam e impulsionam seu negócio. A trajetória de 70 anos da Companhia reforçou o valor da cultura organizacional baseada na ética, cooperação e resiliência, pilares que sustentam a evolução da CBA e seu protagonismo na agenda ESG 2030. Diante de desafios no ano como o aumento do turnover e a necessidade de atrair novos talentos para a indústria, a Companhia revisou seus critérios de contratação para ampliar o acesso a oportunidades e investiu em condições de trabalho mais adequadas, como iniciativas voltadas à saúde física, emocional e financeira. O desenvolvimento técnico também evoluiu com novas formas de aprendizado, como conteúdos digitais, simuladores e assistentes virtuais de apoio à operação, facilitando a formação de quem está começando e aumentando a segurança no dia a dia. Além disso, programas de formação e capacitação, como trilhas de liderança, iniciativas de letramento digital e ações de mentoria para mulheres, foram fortalecidos para apoiar o crescimento profissional e ampliar a diversidade na Companhia. Na agenda de Diversidade, Equidade e Inclusão, foi realizado um novo Censo de Diversidade, com a consistência metodológica nos marcadores de raça, gênero, pessoas com deficiência e LGBTQIAPN+, garantindo comparabilidade histórica, e incluiu novos temas, como geracionalidade e religiosidade, ampliando o diagnóstico sobre convivência intergeracional e reforçando o posicionamento da CBA como empresa laica e respeitosa. Em 2025, a representatividade feminina na liderança (gerentes e acima) alcançou 22,5%, aproximando a Companhia da meta de 25%, e marcando conquistas importantes, como a liderança 100% feminina de uma linha fabril na Unidade Itapissuma (PE). Importante destacar que a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão da Companhia foi aprovada em 24 de agosto de 2022 pelo Conselho de Administração e visa estabelecer e assegurar as diretrizes para a atuação e conduta da CBA e de suas controladas no que tange ao compromisso de eliminar qualquer forma de discriminação na Empresa, proporcionar equidade e respeito no ambiente de trabalho e promover a inclusão e a valorização da diversidade humana. Abaixo estão as principais métricas, nos termos do Artigo 133, §6º da Lei 6.404/76. • Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico e evolução comparativa:

Categoria	2024 (Qtd.)	2024 (%)	2025 (Qtd.)	2025 (%)
Diretoria	3	33%	3	38%
Gerente	25	20%	26	21%
Coordenador/ Consultor	79	28%	86	30%
Técnico/Analista/ Supervisor	498	27%	488	26%
Operacional	697	15%	726	16%
Estagiário	90	60%	88	59%
Aprendiz	65	42%	81	55%
Conselho de Administração	3	27%	3	27%

• Participação feminina na administração da companhia e evolução comparativa;

Categoria	2024 (Qtd.)	2024 (%)	2025 (Qtd.)	2025 (%)
Diretoria	3	33%	3	38%
Conselho de Administração	3	27%	3	27%

• Proporção da Remuneração Total Feminina em Relação à Masculina (Base Masculina = 100%) e evolução comparativa:

Categoria	2024	2025
Aprendiz	98%	98%
Estagiário	96%	98%
Liderança	93%	95%
Operacional	76%	76%
Profissional	97%	99%

Em 2025, a CBA também avançou na gestão de remuneração e benefícios, mantendo uma estrutura alinhada ao mercado. O Programa de Participação nos Resultados seguiu abrangendo 100% dos empregados, enquanto o portfólio de benefícios, como assistência médica e odontológica, previdência privada, programas de parentalidade, auxílio-creche e iniciativas de bem-estar, continuou sendo ampliado. A revisão anual conduzida pelo Comitê de Remuneração e Pessoas reforçou a transparência e a equidade interna. A Saúde Integral assumiu protagonismo em 2025 como meta de cultura organizacional, destacando o cuidado físico, emocional e financeiro como fundamento para a sustentabilidade do Negócio. Com ações abrangentes para diferentes perfis de público, a CBA realizou check-ups integrados com taxa de participação superior a 99%, lançou campanhas de prevenção e bem-estar, fortaleceu o apoio psicológico por meio do programa Plenamente e promoveu trilhas de educação financeira voltadas ao equilíbrio e à tomada de decisões conscientes. Por fim, a segurança permaneceu como pilar inegociável. A CBA intensificou práticas de prevenção de acidentes e de riscos operacionais, renovou parte relevante da frota de equipamentos móveis e modernizou ferramentas digitais de segurança. Exercícios de emergência em diversas Unidades e UHEs, realizados em parceria com Defesas Civis, reforçaram a cultura de preparação e resposta. Mesmo diante do contexto de maior rotatividade, o comprometimento com a integridade das pessoas se manteve sólido, sustentado por sistemas de gestão alinhados à ISO 45001 e pela cultura de cuidado ativo.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, revisões das informações trimestrais contábeis consolidadas da Companhia, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada. Com objetivo de atender às Resoluções CVM 80/2022 e 162/2022, a Companhia Brasileira de Alumínio informa que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PWC"), prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços além da auditoria e serviços relacionados à auditoria, que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido em 4 de março de 2026.

São Paulo, 4 de março de 2026

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	974.571	817.743	1.268.235	1.141.965
Aplicações financeiras	12	17.489	346.051	57.157	385.122
Instrumentos financeiros derivativos	29.2 (d)	138.317	44.086	144.522	47.607
Contas a receber de clientes	13	604.144	455.596	632.225	493.535
Estoques	14	1.696.119	1.821.240	2.046.103	2.162.597
Tributos a recuperar	15	169.881	193.182	225.922	247.779
Dividendos a receber	16 (d)	8.447	792	10.496	10.840
Outros ativos		75.798	66.211	83.674	72.446
		3.684.766	3.744.901	4.468.334	4.561.891
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	12	52.087		52.087	
Instrumentos financeiros derivativos	29.2 (d)	382.431	119.368	401.817	131.018
Tributos a recuperar	15	566.890	627.117	603.101	645.524
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (b)	633.580	967.987	563.555	875.022
Partes relacionadas		45.193	43.634	57.072	55.115
Depósitos judiciais		19.931	17.717	21.651	19.295
Outros ativos		46.968	4.623	54.262	14.419
		1.747.080	1.780.446	1.753.545	1.740.393
Investimentos	18 (a)	1.234.160	1.304.547	221.687	237.791
Imobilizado	19 (a)	5.639.451	5.498.769	6.448.859	6.253.382
Intangível	20 (a)	701.443	682.923	872.825	868.145
Direito de uso	21 (a)	190.159	160.006	200.767	171.418
		9.512.293	9.426.691	9.497.683	9.271.129
Total do ativo		13.197.059	13.171.592	13.966.017	13.833.020

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Fornecedores		860.619	931.156	1.086.548	1.123.994
Risco sacado a pagar	23	147.602	167.107	217.879	178.467
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22 (a)	132.573	113.459	136.193	117.289
Instrumentos financeiros derivativos	29.2 (d)	138.665	196.848	138.665	196.848
Arrendamentos	21 (b)	44.488	37.147	50.440	42.391
Salários e encargos sociais		186.231	198.349	208.167	220.924
Tributos a recolher		29.188	23.970	59.584	37.358
Dividendos a pagar	16 (c)	28.747		47.283	
Uso do bem público - UBP	26	75.808	74.852	83.818	82.234
Contratos futuros de energia	17	81.009	113.388	81.009	113.388
Provisões judiciais	25 (d)	158.468	123.835	158.468	124.607
Obrigação para desmobilização de ativos e passivo ambiental	25 (g)	48.202	42.034	51.068	42.743
Outros passivos		86.697	33.264	110.234	65.736
		2.018.297	2.055.409	2.429.356	2.345.979
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22 (a)	4.102.527	4.469.210	4.139.337	4.512.089
Instrumentos financeiros derivativos	29.2 (d)	588.746	609.160	588.746	609.160
Arrendamentos	21 (b)	163.350	134.302	168.959	141.335
Partes relacionadas	16	56.201	61.631	64.488	72.345
Provisões judiciais	25 (d)	315.000	266.364	319.833	268.882
Obrigação para desmobilização de ativos e passivo ambiental	25 (g)	310.236	268.528	478.155	412.559
Uso do bem público - UBP	26	897.736	904.634	959.600	968.788
Obrigações a pagar com investidas	18 (a)	163.089	145.805		
Contratos futuros de energia	17	176.066	437.577	176.066	437.577
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (b)			11.288	16.403
Outros passivos		113.923	34.638	115.681	36.349
		6.886.874	7.331.849	7.022.153	7.475.487
Total do passivo		8.905.171	9.387.258	9.451.509	9.821.466
Patrimônio líquido	27				
Capital social		4.510.042	4.911.090	4.510.042	4.911.090
Prejuízo acumulados			(401.048)		(401.048)
Reserva de lucros		92.293		92.293	
Ágio em transações de capital		(70.053)	(70.053)	(70.053)	(70.053)
Ajustes de avaliação patrimonial		(240.394)	(655.655)	(240.394)	(655.655)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		4.291.888	3.784.334	4.291.888	3.784.334
Participação dos acionistas não controladores				222.620	227.220
Total do patrimônio líquido		4.291.888	3.784.334	4.514.508	4.011.554
Total do passivo e patrimônio líquido		13.197.059	13.171.592	13.966.017	13.833.020

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	5.1 (a)	7.707.465	7.056.998	8.788.797	8.173.649
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	6	(7.086.191)	(6.313.042)	(8.047.183)	(7.314.060)
Lucro bruto		621.274	743.956	741.614	859.589
(Despesas) Receitas operacionais					
Com vendas	6	(47.847)	(36.608)	(51.773)	(42.751)
Gerais e administrativas	6	(413.631)	(389.066)	(460.875)	(427.897)
Outras receitas operacionais, líquidas	8	234.011	222.000	216.121	141.608
		(227.467)	(203.674)	(296.527)	(329.040)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		393.807	540.282	445.087	530.549
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	18 (a)	73.097	(70.681)	133.720	129.219
Resultado financeiro líquido	9				
Receitas financeiras		203.877	193.561	244.193	227.168
Despesas financeiras		(648.733)	(642.081)	(703.804)	(686.942)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos		164.863	(238.452)	181.728	(270.752)
Variações cambiais, líquidas		52.046	(298.542)	52.107	(287.907)
		(227.947)	(985.514)	(225.776)	(1.018.433)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		238.957	(515.913)	353.031	(358.665)
Imposto de renda e contribuição social	24 (a)				
Correntes		2.568	2.871	(30.747)	(17.437)
Diferidos		(120.485)	332.371	(92.430)	303.213
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas		121.040	(180.671)	229.854	(72.889)
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores		121.040	(180.671)	121.040	(180.671)
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores				108.814	107.782
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		121.040	(180.671)	229.854	(72.889)
Quantidade média ponderada de ações, em milhares		651.073	650.812	651.073	650.812
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações		185,91	(277,61)	185,91	(277,61)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	121.040	(180.671)	229.854	(72.889)
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Hedge accounting operacional	465.640	(779.263)	465.640	(779.263)
Realização de reserva de *hedge accounting* operacional (Nota 5.1)	163.543		163.543	
Tributos diferidos	(213.922)	264.962	(213.922)	264.962
Outros resultados abrangentes		(13.729)		(13.729)
	415.261	(528.030)	415.261	(528.030)
Total do resultado abrangente do exercício	536.301	(708.701)	645.115	(600.919)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas				
Controladores			536.301	(708.701)
Não controladores			108.814	107.782
			645.115	(600.919)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas controladores									
	Capital social	Custos com emissão de ações	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Reserva estatutária	Prejuízos acumulados	Ágio em transações de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2024	4.934.631	(44.412)			(234.106)	(70.053)	(127.625)	4.458.435	245.717	4.704.152
Resultado abrangente do exercício										
Prejuízo do exercício					(180.671)			(180.671)	107.782	(72.889)
Outros resultados abrangentes					13.729		(528.030)	(514.301)		(514.301)
					(166.942)		(528.030)	(694.972)	107.782	(587.190)
Transações com acionistas										
Deliberação de dividendos e juros sobre capital próprio - CBA Energia									(126.279)	(126.279)
Aumento de capital	20.871							20.871		20.871
	20.871							20.871	(126.279)	(105.408)
Em 31 de dezembro de 2024	4.955.502	(44.412)			(401.048)	(70.053)	(655.655)	3.784.334	227.220	4.011.554
Em 1º de janeiro de 2025	4.955.502	(44.412)			(401.048)	(70.053)	(655.655)	3.784.334	227.220	4.011.554
Redução de capital para absorção de prejuízos acumulados (Nota 27 (a))	(401.048)				401.048					
Resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido do exercício					121.040			121.040	108.814	229.854
Outros resultados abrangentes							415.261	415.261		415.261
					121.040		415.261	536.301	108.814	645.115
Transações com acionistas										
Deliberação de dividendos - CBA Energia									(113.414)	(113.414)
Constituição de reserva legal			6.052		(6.052)					
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 27 (b))					(28.747)			(28.747)		(28.747)
Retenção de lucros (Nota 27 (c))				86.241	(86.241)					
			6.052	86.241	(121.040)			(28.747)	(113.414)	(142.161)
Em 31 de dezembro de 2025	4.554.454	(44.412)	6.052	86.241		(70.053)	(240.394)	4.291.888	222.620	4.514.508

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(*) (Reapresentado) Nota 2.1(c)	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024(*)	Consolidado 2025	Consolidado 2024(*)
Receitas					
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)		9.015.545	8.233.997	10.455.251	9.667.872
Outras receitas operacionais, líquidas		277.802	338.827	291.227	306.933
Reversão (provisão) de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	6	(8.471)	3.190	(7.903)	2.952
Ativos construídos pela empresa para uso próprio		192.169	244.805	192.169	244.805
		9.477.045	8.820.819	10.930.744	10.222.562
Insumos adquiridos de terceiros					
Matérias-primas e outros insumos de produção		(6.741.768)	(6.071.797)	(7.846.047)	(7.192.809)
Materiais, serviços de terceiros e outros		(391.747)	(436.943)	(433.390)	(461.678)
Reversão (constituição) para desvalorização de ativos *(impairment)*		34.892	(63.924)	20.215	(109.731)
		(7.098.623)	(6.572.664)	(8.259.222)	(7.764.218)
Valor adicionado bruto		2.378.422	2.248.155	2.671.522	2.458.344
Depreciação, amortização e exaustão	6	(674.481)	(567.433)	(758.235)	(643.335)
Valor adicionado líquido produzido		1.703.941	1.680.722	1.913.287	1.815.009
Transferências					
Resultado de participações societárias	18 (a)	73.097	(70.681)	133.720	129.219
Receitas financeiras e variações cambiais ativas		702.425	462.267	769.629	516.481
Receitas de aluguéis		7.613	6.987	7.613	6.990
		783.135	398.573	910.962	652.690
Valor adicionado total a distribuir		2.487.076	2.079.295	2.824.249	2.467.699
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		675.194	627.654	759.662	707.562
Benefícios		190.333	160.709	215.754	182.673
FGTS		40.329	36.587	46.404	41.895
		905.856	824.950	1.021.820	932.130
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		377.666	(90.260)	439.992	11.861
Estaduais		133.069	33.921	115.686	17.682
Municipais		3.251	3.244	4.602	4.534
		513.986	(53.095)	560.280	34.077
Remuneração de capitais de terceiros					
Despesas financeiras e variações cambiais passivas		920.066	1.427.560	982.904	1.512.555
Juros capitalizados		514	6.805	514	6.805
Aluguéis e arrendamentos		25.614	53.746	28.877	55.021
		946.194	1.488.111	1.012.295	1.574.381
Remuneração de capitais próprios					
Participação dos acionistas não controladores				24.839	51.407
Dividendos - acionistas não controladores				83.975	56.375
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		92.293	(180.671)	92.293	(180.671)
Dividendos mínimos obrigatórios		28.747		28.747	
		121.040	(180.671)	229.854	(72.889)
Valor adicionado distribuído		2.487.076	2.079.295	2.824.249	2.467.699

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**238.957**	**(515.913)**	**353.031**	**(358.665)**
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais		296.130	724.989	297.840	748.588
Equivalência patrimonial	18 (c)	(73.097)	70.681	(133.720)	(129.219)
Depreciação, amortização e exaustão	6	674.481	567.433	758.235	643.335
Contratos futuros de energia	17	(293.890)	(159.221)	(293.890)	(159.221)
Perda (ganho) na venda de imobilizado		34.588	(7.046)	34.107	7.799
Ganho na venda de investimento - Alunorte e Santa Cruz			(128.251)		(128.251)
Provisão (reversão) para desvalorização de ativos *(impairment)*	8	(5.394)	(35.419)	9.033	(123.715)
Provisão para perda de outros ativos de níquel	8				134.103
Instrumentos financeiros derivativos	29.2 (d)	(92.323)	238.098	(109.187)	270.398
Realização de reserva de *hedge accounting* operacional	5.1 (i)	163.543		163.543	
Provisão (reversão) para perda de outros ativos	8	(29.498)	99.343	(29.248)	99.343
Constituição (reversão) de provisões, líquidas		64.916	4.577	68.617	(79.435)
		978.413	859.271	1.118.361	925.060
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		(74.412)	(49.145)	(41.142)	(99.751)
Estoques		125.779	(228.091)	114.261	(238.525)
Tributos a recuperar		92.183	128.099	97.875	159.184
Depósitos judiciais		21.429	(2.746)	21.287	(2.590)
Ganhos realizados com instrumentos financeiros derivativos (i)		23.884	22.313	30.330	28.362
Demais créditos e outros ativos		20.966	189.243	23.536	162.855
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Fornecedores		(153.477)	(41.139)	(174.185)	86.432
Risco sacado a pagar		(19.505)	(33.070)	39.412	(70.345)
Salários e encargos sociais		(12.118)	20.636	(12.757)	22.201
Tributos a recolher		7.786	(1.218)	(8.521)	(21.553)
Adiantamento de clientes		38.683	1.182	39.808	4.561
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		(17.165)	(46.540)	(17.461)	(46.701)
Demais obrigações e outros passivos		38.025	23.178	25.657	118.942
Caixa proveniente das atividades operacionais		**1.070.471**	**841.973**	**1.256.461**	**1.028.132**
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e uso do bem público - UBP		(414.916)	(444.985)	(424.305)	(446.294)
Ganhos com juros realizados de instrumentos financeiros derivativos (i)		57.567	11.100	57.565	11.101
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.655)		(33.595)	(22.336)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**704.467**	**408.088**	**856.126**	**570.603**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras			(13.307)	(3.007)	(19.663)
Resgates de aplicações financeiras		290.030	27.615	292.441	25.925
Aquisição de imobilizado e intangível		(734.318)	(760.426)	(800.796)	(777.349)
Aumento de capital em investidas		(22.500)	(23.602)		(9.103)
Recebimento pela venda de investimento - Níquel		28.860		28.860	
Recebimento pela venda de investimento - Alunorte			236.846		236.846
Recebimento pela venda de investimento - Santa Cruz			1.617		1.617
Redução de capital em investidas	1.1 (d)	110.000	2.148		
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível			25.273		24.836
Dividendos e JCP recebidos	16 (d)	65.613	86.834	150.088	157.720
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(262.315)**	**(417.002)**	**(332.414)**	**(359.171)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de recursos	22 (c)	1.145.581	506.531	1.145.581	523.946
Custo de captações de recursos		(45.067)	(4.721)	(45.067)	(4.877)
Liquidação de empréstimos, financiamentos debêntures	22 (c)	(1.096.471)	(1.063.686)	(1.099.909)	(1.066.438)
Ganhos (perdas) realizados com instrumentos financeiros derivativos (i)		(164.644)	176.284	(164.644)	164.644
Dividendos e JCP pagos				(94.876)	(129.815)
Liquidação de arrendamentos	21 (b)	(84.425)	(52.942)	(94.309)	(60.484)
Aumento de capital			20.871		20.871
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(245.026)**	**(245.026)**	**(353.224)**	**(540.513)**
Variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(40.298)	106.246	(44.218)	120.817
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		197.126	(426.577)	170.488	(329.081)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**817.743**	**1.138.074**	**1.141.965**	**1.350.229**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**974.571**	**817.743**	**1.268.235**	**1.141.965**
Transações que não afetaram caixa					
Novos contratos de arrendamento	21 (a)	102.087	181.584	110.045	181.849
Aquisição de imobilizado e intangível		(71.233)	(78.317)	(124.046)	(80.681)

(i) A Companhia revisou sua política contábil de apresentação das liquidações de instrumentos financeiros derivativos no fluxo de caixa. Como resultado, os ganhos e perdas realizados dos juros pagos desses instrumentos passaram a ser apresentados nas atividades operacionais, enquanto a liquidação do principal permanece classificada de acordo com a natureza do item protegido, em conformidade com sua classificação econômica.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações sobre o Grupo

A Companhia Brasileira de Alumínio ("Companhia" ou "CBA") é uma sociedade por ações de capital aberto sediada na cidade de São Paulo, controlada pela Votorantim S.A. ("VSA"), tendo como atividades preponderantes a exploração e o aproveitamento de jazidas de bauxita no território nacional, produzindo e/ou comercializando, no país e no exterior, alumina, alumínio primário e transformados, possuindo ampla linha de produtos, como lingotes, tarugos, chapas, bobinas, folhas e extrudados. Além disso, possui outras unidades produtivas, detidas por meio de suas controladas. As ações ordinárias da Companhia são negociadas na B3, sob o código CBAV3. A bauxita processada pela CBA é proveniente de três minas próprias, em Goiás (Barro Alto) e Minas Gerais (Poços de Caldas e Miraí), além de menor volume adquirido de produtor em Goiás, com contrato até 2028. A CBA possui como controladas: a CBA Itapissuma Ltda. ("CBA Itapissuma"), com capacidade de 50 mil toneladas anuais de alumínio laminado; a Metalex Ltda. ("Metalex"), que recicla alumínio com capacidade de 90 mil toneladas por ano e a Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. ("Alux"), especializada em ligas de alumínio secundário e reciclagem, com capacidade de 46 mil toneladas anuais. A Companhia possui 21 usinas hidrelétricas próprias e participa de consórcios, com capacidade total de 1,4 gigawatt de capacidade instalada 100% renovável (contribuindo para a produção de alumínio de baixo carbono), já ajustada pela participação da Companhia nos ativos e com capacidade de geração média de 52,18%, além de cinco parques eólicos no Nordeste com capacidade de 356 megawatt. A energia excedente é vendida no mercado local. A Companhia possui uma unidade de Níquel, denominada Mineração Macedo Ltda. localizada em Niquelândia (Goiás), que contempla uma mina integrada a uma planta industrial produtora de carbonato de níquel que se encontra em suspensão desde 2016 e sem volumes de produção, a Companhia vem buscando alternativas estratégicas para o negócio. A CBA também possui o Legado Verdes do Cerrado, localizado em Niquelândia, que contempla uma área de 32 mil hectares que estão sob gestão das Reservas Votorantim (Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável - RPDS), e promove pesquisa científica, inovação e ações que valorizam a biodiversidade. **1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025: (a) Participação em ativos de autoprodução de energia eólica:** Em maio de 2025, a Companhia firmou acordos vinculantes com as empresas Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. ("Casa dos Ventos") e Auren Energia S.A. (parte relacionada "Auren Energia"), para aquisição de participação em ativos de autoprodução de energia eólica nos Complexos Serra do Tigre e Cajuína, respectivamente. Os acordos preveem o fornecimento de 60MWm e 55MWm, respectivamente, com vigência de 15 anos, destinados à fábrica em Alumínio. As operações foram aprovadas pelo CADE. Em 31 de outubro de 2025 foi concluída a aquisição de participação no Complexo Serra do Tigre, com fornecimento de energia a partir dessa data. A conclusão da transação com Auren Energia está condicionada ao atendimento das demais condições precedentes, com fornecimento de energia para iniciar em janeiro de 2027. **(b) Aumento das tarifas sobre exportações de alumínio para os Estados Unidos:** Em fevereiro de 2025, o presidente dos Estados Unidos anunciou o aumento da tarifa de importação de alumínio para 25%, posteriormente aumentou a tarifa para 50%, que está em vigor desde junho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida consolidada de exportação para os Estados Unidos foi de R$165.008, que corresponde, aproximadamente 1,88% da receita total. A Administração acompanha os desdobramentos, monitorando ativamente a situação, buscando alternativas para minimizar potenciais impactos negativos e avaliando continuamente a necessidade de ajustes em seus planos estratégicos, orçamentários e de diversificação, diante das mudanças do cenário internacional. **(c) Captação e amortização de empréstimos:** Como parte da estratégia de gestão de passivos voltada à redução da alavancagem bruta, à diversificação das fontes de financiamento, ao alongamento do prazo e redução do custo da dívida, ao longo de 2025 a Companhia liquidou antecipadamente dívidas, refinanciou algumas de suas linhas e fez novas captações. Dentre essas ações está a liquidação antecipada, em março de 2025, de contratos de financiamentos à exportação (Nota de Crédito à Exportação e Pré Pagamento de Exportação), no montante total de R$505.606, cujo vencimento final seria em 2028. Em junho de 2025, a CBA refinanciou sua Nota de Crédito à Exportação ("NCE") no valor de R$500.000, alongando o prazo de vencimento para junho de 2032 e reduzindo o custo de CDI+1,95% para CDI + 1,20% a.a. A remensuração decorrente do refinanciamento gerou um efeito contábil positivo de R$19.065, sem efeito caixa, reconhecido como receita financeira, referente à diferença entre o valor presente do fluxo de caixa original e refinanciado. Adicionalmente, foi contratado *swap* (instrumento financeiro derivativo) com o objetivo de converter a taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada de 5,89% a.a. em dólares americanos. Em julho de 2025, a Companhia fez a sua segunda emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R$530.000 e com amortização em julho de 2032, e custo de CDI+1,20% ao ano. Também foi contratado *swap* que converte a taxa de CDI para uma taxa pré-fixada em dólares de 5,88% a.a. A emissão foi caracterizada como vinculada a indicadores ESG e o cumprimento dessas metas anuais poderá resultar em benefício financ

continuação

com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **(b) Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 4 de março de 2026. **(c) Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2024:** Em atendimento a Resolução CVM 199/2024 no preenchimento da Demonstração do Valor Adicionado "DVA", a Companhia procedeu à reapresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As reclassificações, com efeitos positivos e negativos, não alteraram o resultado, o patrimônio líquido, os fluxos de caixa da Companhia ou outros índices no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, afetando apenas a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado. Dessa forma, alguns itens foram reclassificados ou tiveram os critérios de reconhecimento adotados para a apresentação da DVA alterados e as principais reclassificações estão descritas abaixo: (i) Reclassificação de tributos sobre compras de insumos, do grupo de "Impostos, taxas e contribuições" para a linha de "Matérias-primas e outros insumos de produção" no montante de R$1.378.324; (ii) Reclassificação da linha "Despesas de materiais, serviços de terceiros e outros" para a linha de "Outras receitas operacionais, líquidas" o valor de R$289.871; (iii) Receita e Despesa de Instrumentos Financeiros Derivativos reclassificados entre os grupos de Transferências e Remuneração de Capital de Terceiros no valor de R$252.601; (iv) A Companhia alterou a sua política contábil de apresentação de "Ativos construídos para uso próprio" com o intuito de aprimorar suas divulgações, e está apresentando essa rubrica nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que agora inclui os ativos que têm por características a construção com recursos próprios, como os fornos das Salas Fornos e determinados projetos que, após a entrada em operação, são classificados na classe de "Máquinas, equipamentos e instalações" no imobilizado.

	Controladora 2024			Consolidado 2024		
	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	2024 (Reapresentado)	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	2024 (Reapresentado)
Receitas						
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)	8.233.997		8.233.997	9.680.869	(12.997)	9.667.872
Outras receitas operacionais, líquidas	(101.713)	440.540	338.827	(122.852)	429.785	306.933
Reversão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	11.579	(8.389)	3.190	11.341	(8.389)	2.952
Ativos construídos pela empresa para uso próprio		244.805	244.805		244.805	244.805
	8.143.863	676.956	8.820.819	9.569.358	653.204	10.222.562
Insumos adquiridos de terceiros						
Matérias-primas e outros insumos de produção	(4.145.427)	(1.926.370)	(6.071.797)	(4.893.850)	(2.298.959)	(7.192.809)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(749.978)	313.035	(436.943)	(859.599)	397.921	(461.678)
Reversão (constituição) para desvalorização de ativos *(impairment)*	35.419	(99.343)	(63.924)	(10.388)	(99.343)	(109.731)
	(4.859.986)	(1.712.678)	(6.572.664)	(5.763.837)	(2.000.381)	(7.764.218)
Valor adicionado bruto	3.283.877	(1.035.722)	2.248.155	3.805.521	(1.347.177)	2.458.344
Depreciação, amortização e exaustão	(567.433)		(567.433)	(643.335)		(643.335)
Valor adicionado líquido produzido	2.716.444	(1.035.722)	1.680.722	3.162.186	(1.347.177)	1.815.009
Transferências						
Resultado de participações societárias	(70.681)		(70.681)	129.219		129.219
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	241.968	220.299	462.267	263.880	252.601	516.481
Receitas de aluguéis		6.987	6.987		6.990	6.990
	171.287	227.286	398.573	393.099	259.591	652.690
Valor adicionado total a distribuir	**2.887.731**	**(808.436)**	**2.079.295**	**3.555.285**	**(1.087.586)**	**2.467.699**

	Controladora 2024			Consolidado 2024		
	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	2024 (Reapresentado)	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	2024 (Reapresentado)
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos sociais						
Remuneração direta	594.304	33.350	627.654	671.579	35.983	707.562
Benefícios	169.366	(8.657)	160.709	192.729	(10.056)	182.673
FGTS	36.587		36.587	41.895		41.895
	800.257	24.693	824.950	906.203	25.927	932.130
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	517.546	(607.806)	(90.260)	780.593	(768.732)	11.861
Estaduais	469.270	(435.349)	33.921	602.653	(584.971)	17.682
Municipais	3.244		3.244	4.534		4.534
	990.060	(1.043.155)	(53.095)	1.387.780	(1.353.703)	34.077
Remuneração de capitais de terceiros						
Despesas financeiras e variações cambiais passivas	1.227.482	200.078	1.427.560	1.282.313	230.242	1.512.555
Juros capitalizados		6.805	6.805		6.805	6.805
Aluguéis e arrendamentos	50.603	3.143	53.746	51.878	3.143	55.021
	1.278.085	210.026	1.488.111	1.334.191	240.190	1.574.381
Remuneração de capitais próprios						
Participação dos acionistas não controladores				51.407		51.407
Dividendos - acionistas não controladores				56.375		56.375
Prejuízo do exercício	(180.671)		(180.671)	(180.671)		(180.671)
	(180.671)		(180.671)	(72.889)		(72.889)
Valor adicionado distribuído	**2.887.731**	**(808.436)**	**2.079.295**	**3.555.285**	**(1.087.586)**	**2.467.699**

2.2 Consolidação: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 2.2 (c). **(a) Controladas:** Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de perda (*impairment*) do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **(b) Coligada e operações em conjunto:** O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, inicialmente reconhecido pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligada inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*. A operação em conjunto (*joint operation*) é contabilizada nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Principais empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Principais empresas consolidadas	Percentual do capital votante 2025	Percentual do capital votante 2024	Localização da sede	Atividade principal
Controladas				
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	100,00	100,00	São Paulo	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias
CBA Energia Participações S.A.	100,00	100,00	Curitiba	Participação em sociedades de geração de energia
CBA Itapissuma Ltda.	100,00	100,00	São Paulo	Produção de laminados de alumínio
CBA Machadinho Geração de Energia Ltda.	100,00	100,00	São Paulo	Participação em sociedades de geração de energia
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	100,00	100,00	São Paulo	Instalação e manutenção elétrica
Metalex Ltda.	100,00	100,00	São Paulo	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias
Mineração Macedo Ltda.	100,00	100,00	Niquelândia	Extração de minério de níquel
Operação em conjunto				
Baesa-Energética Barra Grande S.A.	15,00	15,00	Santa Catarina	Geração de energia elétrica
Fundos de aplicação financeira exclusivos				
Fundo de Investimento Master Multimercado - Crédito privado	100,00	100,00	Brasil	Gestão de recursos financeiros

Principais empresas não consolidadas	Percentual do capital votante 2025	Percentual do capital votante 2024	Localização da sede	Atividade principal
Coligadas				
Campos Novos Energia S.A. - Enercan	25,44	25,44	Santa Catarina	Geração de energia elétrica

2.3 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional da Companhia é o Real ("R$"). **(b) Transações e saldos:** As operações em moedas estrangeiras são convertidas em reais às taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no encerramento do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como "Variações cambiais, líquidas".

3. Novas normas, interpretações contábeis e legislações

3.1 Normas, interpretações contábeis e legislações adotadas: A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis que entraram em vigor no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, e não identificaram impactos relevantes em suas políticas operacionais e contábeis. **3.2 Normas, interpretações contábeis e legislações que ainda não estão em vigor:** A Companhia adotará as normas e interpretações novas e alteradas, à medida que entrarem em vigor: (i) CBPS 01 e CBPS 02 - Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2026; (ii) IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027; (iii) Alterações ao IFRS 7 e IFRS 9 - Contratos que tenham como referência à energia e cuja geração dependa de recursos naturais, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2026; (iv) Reforma tributária no Brasil - Trata-se de mudanças significativas no sistema tributário nacional, especialmente no que se refere à tributação do consumo, com a substituição gradual dos tributos atuais por um novo IVA dual. A transição tem início em 2026, de forma escalonada, com implementação integral prevista para 2033.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais estimativas e premissas aplicadas pela Administração incluem, entre outras, a determinação da vida útil econômica dos ativos, as premissas de preços futuros do alumínio (LME), as taxas de desconto utilizadas no descomissionamento, a recuperabilidade de créditos tributários e a mensuração de provisões. Alterações nessas premissas podem resultar em impactos materiais sobre os resultados e a posição financeira da Companhia. As estimativas contábeis raramente correspondem exatamente aos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo: (i) Provisão para perdas nos estoques (Nota 14); (ii) Análise do valor recuperável de tributos (Nota 15 e 24(b)); (iii) Valor justo (MtM) do excedente de energia (Nota 17); (iv) Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (Notas 19 e 20); (v) Análise do valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 19 e 20); (vi) Obrigações futuras trazidas a valor presente (Nota 26); (vii) Valor presente da obrigação em contratos de arrendamento (Nota 21); (viii) Reconhecimento e mensuração de provisões (Nota 25); (ix) Valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29.2).

5. Informações por segmento

As atividades da Companhia são reportadas por meio dos seguintes segmentos operacionais: Alumínio, Energia e Outros. **Alumínio:** Envolve as operações da cadeia produtiva do Alumínio, desde a mineração de bauxita até a produção de produtos primários, transformados e reciclagem. **Energia:** Compreende as operações de compra e venda de energia no mercado. **Outros:** Considera o Legado Verdes do Cerrado, reserva de desenvolvimento sustentável e a unidade do Níquel com atividades suspensas, detida pela Companhia por meio da Mineração Macedo, ambas localizadas em Niquelândia (Goiás). As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela tomada das decisões estratégicas e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais da Companhia. A Companhia utiliza o EBITDA ajustado como indicador de seu desempenho operacional, apesar desta informação suplementar não ser definida pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade. O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido (prejuízo) mais/menos resultado financeiro, mais imposto de renda e contribuição social, mais depreciação, amortização e exaustão. O EBITDA ajustado é calculado considerando o EBITDA, menos o resultado nas participações societárias, mais dividendos recebidos de investidas não consolidadas e mais/menos itens não caixa excepcionais. As informações apresentadas à alta Administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as políticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

	2025				
	Alumínio	Energia	Outros	Eliminações (i)	Consolidado
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	8.382.900	487.188	24.525	(105.816)	8.788.797
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(7.497.171)	(610.939)	(44.889)	105.816	(8.047.183)
Lucro (prejuízo) bruto	885.729	(123.751)	(20.364)		741.614
Com vendas	(51.308)		(465)		(51.773)
Gerais e administrativas	(440.561)	(881)	(19.433)		(460.875)
Outras receitas (despesas) operacionais	(65.634)	281.180	575		216.121
Lucro (prejuízo) operacional	328.226	156.548	(39.687)		445.087
Depreciação, amortização e exaustão (Nota 6)	752.935		5.300		758.235
Outras adições (exclusões) e itens excepcionais	157.518	(235.906)	(14.190)		(92.578)
Contratos futuros de energia (Nota 17) e Derivativos de energia (Nota 29.2 (d) (i))		(385.994)			(385.994)
Dividendos recebidos (efeito caixa) de empresas não consolidadas		150.088			150.088
Reversão de provisão para perda de outros ativos e ativos de Níquel (Nota 8)	(15)		(29.233)		(29.248)
Realização de reserva de *hedge accounting* operacional (Nota 5.1)	163.543				163.543
Provisão (reversão) para desvalorização de ativos *(impairment)* (Nota 8)	(6.010)		15.043		9.033
EBITDA ajustado	**1.238.679**	**(79.358)**	**(48.577)**		**1.110.744**
Margem EBITDA	**14,78%**	**(16,29%)**	**(198,07%)**		**12,64%**

	2024				
	Alumínio	Energia	Outros	Eliminações (i)	Consolidado
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	7.939.063	310.947	20.148	(96.509)	8.173.649
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(6.804.523)	(557.386)	(48.660)	96.509	(7.314.060)
Lucro (prejuízo) bruto	1.134.540	(246.439)	(28.512)		859.589
Com vendas	(42.555)		(196)		(42.751)
Gerais e administrativas	(409.868)	(1.415)	(16.614)		(427.897)
Outras receitas (despesas) operacionais	222.968	143.746	(225.106)		141.608
Lucro (prejuízo) operacional	905.085	(104.108)	(270.428)		530.549
Depreciação, amortização e exaustão (Nota 6)	638.781		4.554		643.335
Outras adições (exclusões) e itens excepcionais	(326.045)	273.172	259.292		206.419
Contratos futuros de energia (Nota 17) e Derivativos de energia (Nota 29.2 (d) (i))		115.452			115.452
Dividendos recebidos (efeito caixa) de empresas não consolidadas		157.720			157.720
Reavaliação de passivo com descomissionamento (Nota 8)	(48.233)				(48.233)
Provisão para perda de outros ativos (Nota 8)			99.343		99.343
Ganho na venda de investimento	(128.251)				(128.251)
Provisão para desvalorização de ativos *(impairmen*t)	(149.561)		159.949		10.388
EBITDA ajustado	**1.217.821**	**169.064**	**(6.582)**		**1.380.303**
Margem EBITDA	**15,34%**	**54,37%**	**(32,67%)**		**16,89%**

(i) As eliminações apresentadas acima correspondem à energia gerada e consumida entre os segmentos reportáveis da Companhia.

5.1 Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados: Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. Como as vendas da CBA estão sujeitas a diferentes modalidades de transporte, a receita pode ser reconhecida quando o produto for disponibilizado no porto de embarque, carregado no navio, no porto de descarga ou entregue no armazém do cliente, por exemplo. **Identificação de obrigações de desempenho e prazo de satisfação das obrigações de desempenho:** A Companhia apresenta duas obrigações de desempenho distintas incluídas em certos contratos de venda de alumínio, sendo i) a promessa de fornecer mercadorias a seus clientes é satisfeita quando o controle de tais bens é transferido para o cliente final, e ii) a promessa de fornecer serviços de frete para seus clientes é satisfeita quando o serviço de frete é contratado pelo cliente e o produto é entregue no destino acordado. Para determinar se as obrigações de desempenho são satisfeitas em determinado momento, a Companhia considera: se possui direito presente ao pagamento do ativo; se o cliente tem o título legal do ativo; se a Companhia transfere a posse física do ativo; e se o cliente tem os riscos e recompensas significativos da propriedade do ativo. A Companhia reconhece uma receita quando: (i) existe um contrato ou acordo com um cliente e a Companhia cria direitos e obrigações exequíveis; (ii) a obrigação de performance do contrato é identificável e inclui a promessa de transferência de produtos ou serviços a um cliente; (iii) o preço da transação é o valor da contraprestação definido em contrato que pode ser mensurado com segurança e pode ser alocado para cada obrigação de performance; (iv) o preço da transação é alocado a cada obrigação de performance com base no seu preço de venda individual para cada produto ou serviço distinto prometido no contrato; (v) a entidade reconhece a receita quando ela satisfaz as obrigações de desempenho transferindo um produto ou serviço ao cliente, que ocorre no momento em que o cliente obtém o controle sobre tal serviço ou produto. Os preços dos produtos negociados pela Companhia possuem como referência a cotação da tonelada do alumínio na Bolsa de Metais de Londres ("LME"). As eventuais flutuações dos preços dependem de vários fatores externos, como demanda e capacidade de produção mundial e estratégias mercadológicas adotadas pelos principais produtores. Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), agente responsável por viabilizar a compra e venda de energia elétrica e liquidação de todo o Sistema Integrado Nacional ("SIN"). A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

(a) Reconciliação das receitas:

(i) Reconciliação da receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta	9.337.396	8.292.628	10.811.942	9.746.267
Impostos sobre vendas	(1.308.080)	(1.176.999)	(1.666.453)	(1.494.223)
Devoluções e abatimentos	(158.308)	(58.631)	(193.150)	(78.395)
Realização de reserva de *hedge accounting* operacional (i)	(163.543)		(163.542)	
Receita líquida	**7.707.465**	**7.056.998**	**8.788.797**	**8.173.649**

(i) Durante o ano de 2025, foram realizadas reclassificações de R$163.543 da reserva de *hedge accounting* operacional, de outros resultados abrangentes para o resultado, conforme previsto na política contábil de instrumentos financeiros. Essas reclassificações decorrem da efetivação dos contratos de *hedge* vinculados à receita de vendas (objeto de *hedge*), cujos detalhes estão apresentados na Nota 29.2(a), incluindo os instrumentos utilizados, riscos cobertos e critérios de mensuração.

(ii) Reconciliação da receita líquida por produto:

	Controladora 2025			
	Alumínio	Energia	Outros	Total
Alumínio primário	4.505.108			4.505.108
Alumínio transformado	2.254.654			2.254.654
Outros produtos e serviços de alumínio	760.808			760.808
Realização de reserva de *hedge accounting* operacional (Nota 5.1 (a) (i))	(163.543)			(163.543)
Energia elétrica		325.913		325.913
Outros			24.525	24.525
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	7.357.027	325.913	24.525	7.707.465

	Controladora 2024			
	Alumínio	Energia	Outros	Total
Alumínio primário	3.933.721			3.933.721
Alumínio transformado	1.967.446			1.967.446
Outros produtos e serviços de alumínio	954.553			954.553
Energia elétrica		181.130		181.130
Outros			20.148	20.148
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	6.855.720	181.130	20.148	7.056.998

	Consolidado 2025				
	Alumínio	Energia	Outros	Eliminações	Total
Alumínio primário	4.505.108				4.505.108
Alumínio transformado	3.216.076				3.216.076
Reciclagem	857.410				857.410
Outros produtos e serviços de alumínio	727.015				727.015
Eliminações entre o segmento de alumínio	(759.166)				(759.166)
Realização de reserva de *hedge accounting* operacional (Nota 5.1 (a) (i))	(163.543)				(163.543)
Energia elétrica (i)		487.188		(105.816)	381.372
Outros			24.525		24.525
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	8.382.900	487.188	24.525	(105.816)	8.788.797

	Consolidado 2024				
	Alumínio	Energia	Outros	Eliminações	Total
Alumínio primário	3.933.721				3.933.721
Alumínio transformado	2.836.001				2.836.001
Reciclagem	780.994				780.994
Outros produtos e serviços de alumínio	956.800				956.800
Eliminações entre o segmento de alumínio	(568.453)				(568.453)
Energia elétrica (0i)		310.947		(96.509)	214.438
Outros			20.148		20.148
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	7.939.063	310.947	20.148	(96.509)	8.173.649

(i) As eliminações apresentadas acima, correspondem à energia gerada e consumida entre os segmentos reportáveis da Companhia. Para melhor entendimento do segmento de alumínio, a Companhia subdivide nos itens abaixo: a) Primários: considera as famílias de produto da fase inicial de produção (lingote, alumínio líquido e produtos de valor agregado - tarugo, vergalhão e lingote liga). Todos esses produtos são fabricados na unidade de Alumínio; b) Transformados: considera os produtos da família de transformados (folhas, chapas e extrudados) e todos são de valor agregado. A Companhia produz todo o seu portfólio em um único site localizado em Alumínio no Estado de São Paulo, e conta com uma segunda unidade de laminação, em Itapissuma-PE, além de dois centros de soluções e serviços; c) Reciclagem: considera as plantas das empresas investidas Metalex e Alux, as atividades de *tolling* (serviço de conversão de sucata do cliente em produto acabado) praticadas na planta de Alumínio, vendas de sucata interna e externa e de borra de alumínio; d) Outros produtos e serviços de alumínio: considera atividades de vendas de alumina e beneficiamento. As vendas de alumina e hidrato refletem o excedente da cadeia produtiva da Companhia, mais especificamente da unidade de Alumínio. Bauxita e alumina são matéria prima para produção de alumínio; e) Eliminações: Considera as transações de compra e venda de alumínio entre as empresas deste segmento. **(b) Informações sobre áreas geográficas:** A abertura da receita líquida por destino é baseada na localização dos clientes. A receita líquida da Companhia classificada por destino é demonstrada a seguir:

(i) Receita líquida por país de destino:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Brasil	6.721.465	6.132.495	7.766.105	7.182.715
Países Baixos	246.861	29.540	246.861	29.540
Canadá	157.236	423.433	157.601	431.560
Estados Unidos	162.130	261.606	165.008	271.224
México	114.873	21.183	114.873	21.183
Uruguai	81.109	75.047	81.109	75.047
Bélgica	45.233	22.822	45.233	22.822
Alemanha	40.046	32.601	42.814	44.940
Espanha	38.498	5.409	38.498	5.409
Paraguai	11.732	6.287	11.792	6.974
Reino Unido	11.626	2.214	13.252	2.214
Argentina	9.523	1.811	35.879	35.542
Colômbia	8.002	14.852	9.009	15.958
Outros	59.131	27.698	60.763	28.521
	7.707.465	7.056.998	8.788.797	8.173.649

5.2 Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de oferecer, de maneira consistente, retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice de alavancagem financeira, medido pela dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado dos últimos doze meses.

		Consolidado	
	Nota	2025	2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22 (a)	4.275.530	4.629.378
Arrendamentos	21 (b)	219.399	183.726
Caixa e equivalentes de caixa	11	(1.268.235)	(1.141.965)
Aplicações financeiras	12	(109.244)	(385.122)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	29.2 (d)	181.072	627.383
Dívida líquida (A)		**3.298.522**	**3.913.400**
EBITDA ajustado para o período de doze meses findos em 31 de dezembro (B)		1.110.744	1.380.303
Índice de alavancagem financeira (A/B)		**2,97**	**2,84**

6. Abertura do resultado por natureza

	Controladora 2025			
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	(4.908.735)	(1.033)	(2.128)	(4.911.896)
Despesas com benefícios a empregados	(775.595)	(27.652)	(222.591)	(1.025.838)
Depreciação, amortização e exaustão	(647.424)	(147)	(26.910)	(674.481)
Serviços de terceiros	(324.075)	(5.545)	(122.502)	(452.122)
Despesas de transporte	(101.342)			(101.342)
Manutenção e conservação	(239.405)	(3)	(804)	(240.212)
Provisão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(8.471)		(8.471)
Outras despesas	(89.615)	(4.996)	(38.696)	(133.307)
	(7.086.191)	(47.847)	(413.631)	(7.547.669)

	Controladora 2024			
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	(4.304.712)	(1.802)	(1.555)	(4.308.069)
Despesas com benefícios a empregados	(690.719)	(25.962)	(212.112)	(928.793)
Depreciação, amortização e exaustão	(559.206)	(27)	(8.200)	(567.433)
Serviços de terceiros	(325.518)	(3.967)	(135.727)	(465.212)
Despesas de transporte	(73.635)			(73.635)
Manutenção e conservação	(220.666)	(96)	(646)	(221.408)
Reversão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		3.190		3.190
Outras despesas	(138.586)	(7.944)	(30.826)	(177.356)
	(6.313.042)	(36.608)	(389.066)	(6.738.716)

	Consolidado 2025			
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	(5.580.108)	(1.033)	(3.281)	(5.584.422)
Despesas com benefícios a empregados	(890.741)	(27.898)	(241.846)	(1.160.485)
Depreciação, amortização e exaustão	(725.935)	(147)	(32.153)	(758.235)
Serviços de terceiros	(338.527)	(5.545)	(138.768)	(482.840)
Despesas de transporte	(139.201)			(139.201)
Manutenção e conservação	(272.343)	(3)	(992)	(273.338)
Provisão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(7.903)		(7.903)
Outras despesas	(100.328)	(9.244)	(43.835)	(153.407)
	(8.047.183)	(51.773)	(460.875)	(8.559.831)

	Consolidado 2024			
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	(5.013.942)	(1.802)	(2.104)	(5.017.848)
Despesas com benefícios a empregados	(799.390)	(26.234)	(227.756)	(1.053.380)
Depreciação, amortização e exaustão	(630.176)	(27)	(13.132)	(643.335)
Serviços de terceiros	(336.203)	(3.967)	(148.599)	(488.769)
Despesas de transporte	(112.953)			(112.953)
Manutenção e conservação	(254.555)	(96)	(723)	(255.374)
Reversão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		2.952		2.952
Outras despesas	(166.841)	(13.577)	(35.583)	(216.001)
	(7.314.060)	(42.751)	(427.897)	(7.784.708)

7. Despesas com benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Remuneração direta	541.689	511.144	609.525	577.265
Encargos sociais	259.571	225.110	294.886	256.304
Benefícios	184.249	155.952	209.670	177.916
FGTS	40.329	36.587	46.404	41.895
	1.025.838	928.793	1.160.485	1.053.380

(a) Plano de contribuição previdenciária definida: A Companhia e suas controladas patrocinam plano de pensão previdenciário privado, que é administrado pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados do Grupo Votorantim. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia. As contribuições a cargo da Companhia para a FUNSEJEM, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, somam R$7.456 e R$5.897 respectivamente. **(b) Participação dos empregados no resultado:** São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como "Benefício a empregados" na rubrica de remuneração direta.

8. Outras receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contratos futuros de energia (Nota 17)	293.890	159.221	293.890	159.221
Impostos a recuperar sobre créditos extemporâneos	50.572	37.502	59.210	38.528
(Provisão) reversão para perda de outros ativos (negócio de Níquel) (i)	29.498	(99.343)	29.248	(99.343)
(Provisão) reversão para desvalorização de ativos (*impairment*)	5.394	35.419	(9.033)	123.715
Ganho (perda) na venda de imobilizado	(34.588)	7.046	(34.107)	(7.799)
Gastos com projetos não capitalizados	(70.489)	(36.246)	(70.981)	(36.387)
(Constituição) reversão de provisões judiciais, líquidas	(40.570)	(36.745)	(41.947)	(38.035)
Reavaliação de passivo com descomissionamento		48.233		48.233
Provisão para desvalorização (*impairment)* da Unidade Niquelândia (ii)				(134.103)
Ganho na venda de investimento - Alunorte e Santa Cruz		128.251		128.251
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	304	(21.338)	(10.159)	(40.673)
	234.011	222.000	216.121	141.608

(i) Refere-se ao reconhecimento e reversão da provisão para perda nos recebíveis em aberto pelas vendas de ativos de níquel. (ii) Em junho de 2024, foi firmado o distrato do contrato de compra e venda da Unidade Niquelândia, sendo registrado impairment de ativos no montante de R$134.103.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E

continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Resultado financeiro líquido

Política contábil: Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência. A receita financeira decorrente de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é reconhecida conforme o prazo decorrido das operações, usando a taxa de juros efetiva.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	79.557	104.400	116.427	134.103
Atualização monetária	88.196	57.656	88.838	59.468
Instrumentos financeiros - custo amortizado (i)	26.520		26.520	
Juros sobre operações com partes relacionadas	4.903	4.667	6.193	5.853
Juros sobre contas a receber de clientes	2.697	12.667	3.368	12.958
Outras receitas financeiras	2.004	14.171	2.847	14.786
	203.877	193.561	244.193	227.168
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22 (c))	(376.882)	(375.109)	(378.523)	(376.547)
Capitalização de juros sobre empréstimos	4.486	16.601	4.488	16.601
Instrumentos financeiros - custo amortizado (i)	(56.750)		(56.750)	
Modificação de fluxos contratuais (Nota 22 (c))	51.878	10.500	51.878	10.500
Deságio pago nas operações de cessão de recebíveis	(51.865)	(40.434)	(73.160)	(54.705)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(79.323)	(64.281)	(79.454)	(64.512)
Ajuste a valor presente	(54.621)	(52.684)	(66.989)	(62.493)
Juros e atualização monetária UBP	(31.919)	(50.291)	(37.954)	(59.540)
Juros sobre operações com partes relacionadas	(7.023)	(6.814)	(8.527)	(8.464)
Outras despesas financeiras	(46.714)	(79.569)	(58.813)	(87.782)
	(648.733)	(642.081)	(703.804)	(686.942)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos (Nota 29.2)	164.863	(238.452)	181.728	(270.752)
Variações cambiais, líquidas	52.046	(298.542)	52.107	(287.907)
	(227.947)	(985.514)	(225.776)	(1.018.433)

(i) Refere-se aos efeitos financeiros da operação societária com a Casa dos Ventos, incluindo atualização monetária pelo IPCA e ajustes de valor presente sobre o ativo financeiro (classificado como Outros ativos - ao custo amortizado) e sobre o passivo contratual, registrado em Outros passivos, conforme previsto no Acordo de Acionistas. Esses efeitos decorrem da mensuração a custo amortizado dos instrumentos financeiros relacionados à aquisição da participação societária, conforme operação descrita na Nota 1.1 (a).

10. Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Os *ratings* decorrentes de classificação local e global foram extraídos das agências de rating (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerada a classificação conforme estabelecido nas Políticas Financeiras, conforme nota 29.1 (b).

	Controladora						Consolidado					
	2025			2024			2025			2024		
	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total
Caixa e equivalentes de caixa												
AAA	582.572	240.039	822.611	459.819		459.819	845.157	240.039	1.085.196	739.260		739.260
A+		139.212	139.212		280.230	280.230		170.286	170.286		324.994	324.994
AA-		12.736	12.736	9.670	68.012	77.682		12.736	12.736	9.670	68.012	77.682
Sem *rating* e outros	12		12	12		12	17		17	29		29
	582.584	391.987	974.571	469.501	348.242	817.743	845.174	423.061	1.268.235	748.959	393.006	1.141.965
Aplicações financeiras												
AAA	69.576		69.576	345.987		345.987	106.438		106.438	385.058		385.058
AA+							2.806		2.806			
Sem *rating* e outros				64		64				64		64
	69.576		69.576	346.051		346.051	109.244		109.244	385.122		385.122
Instrumentos financeiros derivativos												
AAA	363.922		363.922	163.454		163.454	363.922		363.922	163.454		163.454
AA	11.159		11.159				11.159		11.159			
AA+							25.591		25.591	15.171		15.171
A+		145.667	145.667					145.667	145.667			
	375.081	145.667	520.748	163.454		163.454	400.672	145.667	546.339	178.625		178.625
	1.027.241	537.654	1.564.895	979.006	348.242	1.327.248	1.355.090	568.728	1.923.818	1.312.706	393.006	1.705.712

11. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos com liquidez de curto prazo que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco baixo de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Moeda nacional				
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	313.609	103.243	478.059	358.332
Operações compromissadas - Títulos públicos	268.471	52.366	361.568	74.676
Operações compromissadas - Títulos privados		17.137		17.137
Caixa e bancos	505	3.935	5.547	5.995
	582.585	176.681	845.174	456.140
Moeda estrangeira				
Caixa e bancos	379.250	573.050	410.325	617.813
Time Deposits	12.736	68.012	12.736	68.012
	391.986	641.062	423.061	685.825
	974.571	817.743	1.268.235	1.141.965

Em 31 de dezembro de 2025, os rendimentos médios em moeda nacional dos CDBs e operações compromissadas foram de 101,05% a.a. e 99,63% a.a., respectivamente (31 de dezembro de 2024: 93,88% a.a. e 96,63% a.a., respectivamente) da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Em moeda estrangeira, os rendimentos médios da conta remunerada no exterior foram de 4,06% a.a. (31 de dezembro de 2024: 4,27% a.a.) e dos "*time deposits*" foram 4,34% a.a. (31 de dezembro de 2024: 4,51% a.a.). A classificação de risco de crédito das contrapartes bancárias está apresentada na Nota 10.

12. Aplicações financeiras

Política contábil: São classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Moeda nacional				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	41.247	207.627	47.312	229.629
Notas do Tesouro Nacional - NTNs	23.258		23.258	
Operações compromissadas - Títulos públicos	5.071	138.360	5.071	138.360
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs			33.603	17.069
Outros		64		64
	69.576	346.051	109.244	385.122
Circulante	17.489	346.051	57.157	385.122
Não circulante	52.087		52.087	
	69.576	346.051	109.244	385.122

As aplicações na sua maioria compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, os quais apresentaram rendimentos médios de 96,02% a.a. (31 de dezembro de 2024: 97,91% a.a.) do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. A classificação de risco de crédito das contrapartes bancárias está apresentada na Nota 10.

13. Contas a receber de clientes

Política contábil: As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber. A partir do perfil de pagamento dos clientes, a Companhia os classifica com base em seu risco. Para cada classe de risco, uma matriz de provisão foi desenvolvida considerando o histórico de contas não recebidas e intervalos de tempo do contas a receber e é aplicada na integralidade do contas a receber.

(a) Composição:

		Controladora					
		2025			2024		
	Nota	Composição	PECLD	Total	Composição	PECLD	Total
Clientes no Brasil		440.679	(17.578)	423.101	352.435	(9.107)	343.328
Clientes no exterior		135.507	(9.084)	126.423	65.100	(9.084)	56.016
Partes relacionadas	16	54.620		54.620	56.252		56.252
		630.806	(26.662)	604.144	473.787	(18.191)	455.596

		Consolidado					
		2025			2024		
	Nota	Composição	PECLD	Total	Composição	PECLD	Total
Clientes no Brasil		510.954	(20.264)	490.690	431.169	(12.361)	418.808
Clientes no exterior		143.430	(9.084)	134.346	76.556	(9.084)	67.472
Partes relacionadas	16	7.189		7.189	7.255		7.255
		661.573	(29.348)	632.225	514.980	(21.445)	493.535

(b) Movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa: A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a perda estimada requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado montante de provisão a ser constituído.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	(18.191)	(21.381)	(21.445)	(24.397)
Provisões	(9.485)	(9.796)	(9.681)	(10.527)
Reversões	1.014	12.986	1.778	13.479
Saldo no final do exercício	(26.662)	(18.191)	(29.348)	(21.445)

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi registrada no resultado do exercício. A provisão é realizada em contrapartida ao saldo de clientes a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

(c) Vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	531.732	441.266	558.654	480.039
Vencidos até 3 meses	58.269	10.555	57.891	12.310
Vencidos entre 3 e 6 meses	11.495	32	11.992	188
Vencidos há mais de 6 meses (i)	29.310	21.934	33.036	22.443
	630.806	473.787	661.573	514.980

(i) Em 31 de dezembro de 2025 o montante de R$ 22.181 (31 de dezembro de 2024: R$ 22.181), está garantido por alienação fiduciária e R$ 6.053 (31 de dezembro de 2024: R$ 6.812), está garantido por *Standby Letter*.

(d) Informação sobre os principais clientes: Em 31 de dezembro de 2025 a companhia possuía 1 (um) cliente responsável por 11,75% da receita líquida total do segmento operacional alumínio. Em 31 de dezembro de 2024 a companhia possuía 1 (um) cliente responsável por 10,06% da receita líquida total do segmento operacional alumínio.

14. Estoques

Política contábil: Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor realizável líquido dos estoques é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas para efetivação da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

(a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	362.664	498.151	444.706	575.665
Produtos semiacabados	878.620	877.426	996.445	988.276
Matérias-primas	163.295	181.847	299.704	296.042
Materiais auxiliares e de consumo	253.733	233.545	285.813	287.939
Importações em andamento	63.179	55.385	65.216	58.918
Outros	898	327	2.524	341
Estimativa de perdas (i)	(26.270)	(25.441)	(48.305)	(44.584)
	1.696.119	1.821.240	2.046.103	2.162.597

(i) A estimativa de perdas refere-se, substancialmente, aos materiais obsoletos e de baixo giro.

15. Tributos a recuperar

Política contábil: Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal pela Companhia, são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente pela Companhia. Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia ou possível venda de parcela dos créditos. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	502.755	568.861	546.190	612.538
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	103.172	133.503	113.501	140.760
Imposto de Renda e Contribuição Social - IRPJ e CSLL	54.239	41.218	82.685	53.014
ICMS sobre ativo imobilizado	31.626	41.653	37.515	43.980
Programa de Integração Social - PIS	20.541	27.713	23.138	29.176
Outros	24.438	7.351	25.994	13.835
	736.771	820.299	829.023	893.303
Circulante	169.881	193.182	225.922	247.779
Não circulante	566.890	627.117	603.101	645.524
	736.771	820.299	829.023	893.303

(d) Dividendos a receber:

	Controladora								Consolidado			
	2025								2025			
Investidas	Saldo anterior	Adicionais deliberados	Intercalares deliberados	Juros sobre capital próprio	Dividendos mínimos obrigatórios	Total deliberado	IRRF s/juros de capital próprio	Recebidos	Total	Total deliberado	Recebidos	Eliminações	Total
CBA Energia Participações S.A.		13.382	38.170			51.552		(43.127)	8.425			(8.425)	
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.		22.486				22.486		(22.486)					
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	792	(792)			22	(770)			22			(22)	
Total	792	35.076	38.170		22	73.268		(65.613)	8.447			(8.447)	
Campos Novos Energia S.A. - Enercan	10.840									149.744	(150.088)		10.496
Total	10.840									149.744	(150.088)		10.496

	Controladora								Consolidado			
	2024								2024			
Investidas	Saldo anterior	Adicionais deliberados	Intercalares deliberados	Juros sobre capital próprio	Dividendos mínimos obrigatórios	Total deliberado	IRRF s/juros de capital próprio	Recebidos	Total	Total deliberado	Recebidos	Eliminações	Total
CBA Energia Participações S.A.	2.779	23.962	25.625	7.813		57.400	(1.172)	(59.007)					
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.		18.673		7.060		25.733	(1.060)	(24.673)					
CBA Machadinho	141	(141)				(141)							
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	198	3.748				3.748		(3.154)	792			(792)	
Total	3.118	46.242	25.625	14.873		86.740	(2.232)	(86.834)	792			(792)	
Baesa-Energética Barra Grande S.A.	4.050										(4.050)		
Campos Novos Energia S.A. - Enercan										168.560	(157.720)		10.840
Total	4.050									168.560	(161.770)		10.840

16. Partes relacionadas

Política contábil: As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (controladora, controladas, coligadas, empresas sob o controle comum e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços.

										Controladora	
		Ativo		Passivo		Venda de produtos e serviços		Compras de produtos, serviços e outros		Resultado financeiro líquido	
	Tipo de relação	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Transações comerciais - clientes e fornecedores											
Votorantim S.A. (i)	Controladora		451	7.963	5.168	912	2.383	(51.896)	(48.420)		
CBA Itapissuma Ltda.	Controlada	2.740	3.489	3.487	4.779	84.219	76.818	(114.748)	(31.399)		
CBA Energia Participações S.A.	Controlada			10.062	8.594			(109.040)	(106.251)		
Metalex Ltda.	Controlada	43.474	43.968	780	2.783	391.589	360.924	(62.595)	(48.631)		
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	Controlada	1.118	1.987	3.950	80	93.547	63.735	(11.763)	(11.227)		
TGR Subholding 3 S.A.	Parte Relacionada							(14.691)			
Campos Novos Energia S.A. - Enercan (ii)	Coligada			48.661	42.259			(293.933)	(239.856)		
Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A. (iii)	Parte Relacionada		36						(387.842)		
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	Parte Relacionada	7.113	5.871	39.336	63.959	82.512	85.470	(459.176)	(425.453)		
Votorantim Cimentos S.A.	Parte Relacionada	35	16			47.987	39.575	(6)	(7.252)		
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	Parte Relacionada			2.934	2.804			(35.077)	(33.247)		
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	Parte Relacionada			2.762	2.640			(33.023)	(31.177)		
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	Parte Relacionada			2.336	2.232			(27.928)	(26.400)		
Outras transações comerciais - clientes e fornecedores (iv)	Parte Relacionada	140	434	8.367	10.416	2.193	811	(24.767)	(25.833)		
Total		**54.620**	**56.252**	**130.638**	**145.714**	**702.959**	**629.716**	**(1.238.643)**	**(1.422.988)**		

										Controladora	
		Ativo		Passivo		Venda de produtos e serviços		Compras de produtos, serviços e outros		Resultado financeiro líquido	
	Tipo de relação	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Dividendos											
Votorantim S.A. (i)	Controladora			19.719							
CBA Energia Participações S.A.	Controlada	8.425									
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	Controlada	22	792								
Total		**8.447**	**792**	**19.719**							
Outros ativos e passivos											
Auren Energia S.A. (v)	Parte Relacionada	45.193	43.634	30.531	39.893			(14.361)	(12.950)	(925)	(1.155)
Votorantim S.A. (i)	Controladora			22.217	18.421					(1.194)	(992)
Outros	Parte Relacionada			3.220	3.317			(22.842)	(21.808)		844
Contratos futuros de energia											
Auren Comercializadora de Energia Ltda. (vi)	Parte Relacionada			250.021	550.965						
Instrumentos financeiros derivativos											
Banco Votorantim S.A. (vii)	Parte Relacionada			31.200	45.516					13.411	(36.685)
Total		**45.193**	**43.634**	**337.189**	**658.112**			**(37.203)**	**(34.758)**	**11.292**	**(37.988)**

										Consolidado	
		Ativo		Passivo		Venda de produtos e serviços		Compras de produtos, serviços e outros		Resultado financeiro líquido	
	Tipo de relação	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Transações comerciais - clientes e fornecedores											
Votorantim S.A. (i)	Controladora		451	8.336	5.427	912	2.383	(55.817)	(50.803)		
Campos Novos Energia S.A. - Enercan (ii)	Coligada			50.384	43.754			(312.450)	(239.856)		
Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A. (iii)	Parte Relacionada		36						(387.842)		
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	Parte Relacionada	7.113	6.319	42.465	67.173	90.096	68.236	(496.106)	(463.393)		
Votorantim Cimentos S.A.	Parte Relacionada	35	16			47.987	39.575	(6)	(7.252)		
TGR Subholding 3 S.A.	Parte Relacionada							(14.691)			
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	Parte Relacionada			2.934	2.804			(35.077)	(33.247)		
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	Parte Relacionada			2.762	2.640			(33.023)	(31.177)		
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	Parte Relacionada			2.336	2.232			(27.928)	(26.400)		
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	Parte Relacionada							(31.922)	(30.138)		
Outras transações comerciais - clientes e fornecedores (iv)	Parte Relacionada	41	433	8.368	10.416	1.447	811	(24.921)	(25.847)		
Total		**7.189**	**7.255**	**117.585**	**134.446**	**140.442**	**111.005**	**(1.031.941)**	**(1.295.955)**		
Dividendos											
Votorantim S.A. (i)	Controladora			19.719							
Campos Novos Energia S.A. - Enercan	Coligada	10.496	10.840								
Auren Energia S.A.	Parte Relacionada			18.536							
Total		**10.496**	**10.840**	**38.255**							
Outros ativos e passivos											
Auren Energia S.A. (v)	Parte Relacionada	57.072	55.115	38.759	50.608			(18.133)	(16.371)	(1.137)	(1.619)
Banco Votorantim S.A.	Parte Relacionada	2.806									
Votorantim S.A. (i)	Controladora			22.276	18.421					(1.197)	(992)
Outros	Parte Relacionada			3.220	3.315			(24.372)	(21.809)		6.894
Contratos futuros de energia											
Auren Comercializadora de Energia Ltda. (vi)	Parte Relacionada			250.021	550.965						
Instrumentos financeiros derivativos											
Banco Votorantim S.A. (vii)	Parte Relacionada	25.591	15.171	31.200	45.517					30.276	(75.035)
Total		**85.469**	**70.286**	**345.476**	**668.826**			**(42.505)**	**(38.180)**	**27.942**	**(70.752)**

(i) Atividades compartilhadas pelo Centro de Excelência da controladora VSA, relacionadas às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos, assistência técnica e tecnologia da informação. Essas atividades beneficiam todas as empresas do Grupo Votorantim e são reembolsadas à VSA com base na proporção do custo das atividades efetivamente prestados à Companhia. A receita auferida se refere ao contrato de prestação de serviço de consultoria para reflorestamento da Reservas Votorantim; (ii) Corresponde ao contrato de compra de energia celebrado pela Companhia com a Enercan em 24 de março de 2021, com prazo de vigência até 28 de maio de 2035; (iii) A Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A. deixou de ser uma parte relacionada em 31/12/2024; (iv) Os valores alocados em outros estão distribuídos entre as seguintes empresas do grupo Votorantim: Usina Hidrelétrica Salto do Pilão, Motz Transportes Ltda., Nexa Recursos Minerais S.A., FUNSEJEM - Fundação Senador José Ermírio de Moraes, entre outras empresas; (v) Refere-se à contabilização das opções de compra pela Auren Energia da participação acionária detida pela CBA na Ventos de Santo Anselmo e da participação acionária detida pela CBA Itapissuma na Ventos de Santo Isidoro como instrumentos financeiros a custo amortizado, classificados como ativo e passivo não circulante; (vi) O saldo dos contratos futuros de energia apresentou redução decorrente do aumento da curva DCIDE e redução do volume de excedente, conforme Nota 17; (vii) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos contratados junto ao Banco Votorantim S.A., conforme detalhado na Nota 29.2. **(a) Remuneração dos administradores:** As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado do período, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Remuneração de curto prazo (i)		
Salário ou pró-labore	15.562	15.185
Benefícios direto e indireto	968	1.004
Remuneração variável	7.683	7.035
	24.213	23.224
Remuneração de longo prazo (ii)		
Incentivos de longo prazo	16.277	10.301
	40.490	33.525

A remuneração da Diretoria Executiva Estatutária compreende: (i) Remuneração de curto prazo: - Salário ou pró-labore: salários e honorários, férias e 13º salário; - Benefícios diretos e indiretos: assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e previdência privada; - Remuneração variável: participação nos resultados e bônus. (ii) Remuneração de longo prazo: - Incentivos de Longo Prazo ("ILP").

(b) Dívidas da Companhia, garantidas por partes relacionadas:

Modalidade	Garantidor	2025	2024
BNDES	VSA	143.809	163.242

(c) Dividendos a pagar:

	Companhia Brasileira de Alumínio S.A.		Auren Energia S.A.		Votorantim S.A. Acionista controlador		Acionistas não controladores		Eliminações		Saldo a pagar	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Controladora												
Companhia Brasileira de Alumínio S.A.												
Dividendos mínimos obrigatórios					19.719		9.028				28.747	
Total					19.719		9.028				28.747	
Consolidado												
CBA Energia Participações S.A.												
Saldo anterior a pagar		2.779		6.114						(2.779)		6.114
Adicionais deliberados	13.382	23.962	29.437	52.717						(13.382)	(23.962)	29.437	52.717
Intercalares deliberados	38.170	25.625	83.975	56.375						(38.170)	(25.625)	83.975	56.375
JCP		6.641		14.609							(6.641)		14.609
Pagos	(43.127)	(59.007)	(94.876)	(129.815)						43.127	59.007	(94.876)	(129.815)
Total	8.425		18.536		19.719		9.028			(8.425)		47.283	

(d) Dividendos a receber:

	Controladora								Consolidado			
	2025								2025			
Investidas	Saldo anterior	Adicionais deliberados	Intercalares deliberados	Juros sobre capital próprio	Dividendos mínimos obrigatórios	Total deliberado	IRRF s/juros de capital próprio	Recebidos	Total	Total deliberado	Recebidos	Eliminações	Total
CBA Energia Participações S.A.		13.382	38.170			51.552		(43.127)	8.425			(8.425)	
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.		22.486				22.486		(22.486)					
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	792	(792)			22	(770)			22			(22)	
Total	792	35.076	38.170		22	73.268		(65.613)	8.447			(8.447)	
Campos Novos Energia S.A. - Enercan	10.840									149.744	(150.088)		10.496
Total	10.840									149.744	(150.088)		10.496

	Controladora								Consolidado			
	2024								2024			
Investidas	Saldo anterior	Adicionais deliberados	Intercalares deliberados	Juros sobre capital próprio	Dividendos mínimos obrigatórios	Total deliberado	IRRF s/juros de capital próprio	Recebidos	Total	Total deliberado	Recebidos	Eliminações	Total
CBA Energia Participações S.A.	2.779	23.962	25.625	7.813		57.400	(1.172)	(59.007)					
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.		18.673		7.060		25.733	(1.060)	(24.673)					
CBA Machadinho	141	(141)				(141)							
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	198	3.748				3.748		(3.154)	792			(792)	
Total	3.118	46.242	25.625	14.873		86.740	(2.232)	(86.834)	792			(792)	
Baesa-Energética Barra Grande S.A.	4.050										(4.050)		
Campos Novos Energia S.A. - Enercan										168.560	(157.720)		10.840
Total	4.050									168.560	(161.770)		10.840

continua

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código EFC5-A9F7-2950-7B94.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código EFC5-A9F7-2950-7B94.

continuação

17. Contratos futuros de energia

Política contábil: Dadas as diferentes fontes energéticas e a diferente composição de preço dessas fontes, a Companhia realiza processo de "empilhamento" dos volumes de energia, com o objetivo de alocação para atender a demanda das salas fornos. No método de empilhamento, a composição do balanço energético prioriza as fontes energéticas na seguinte ordem: geração própria conectada diretamente à planta, geração de usinas consorciadas no SIN e contratos de compra de energia. Desta forma, a Companhia prioriza o uso da energia de maior controle, avançando sequencialmente até os contratos de mercado. A Companhia é autorizada a comercializar energia tanto no âmbito de mercado livre quanto no regulado. Uma parte dessas transações assume a forma de contratos que foram celebrados e continuam a ser realizados com a finalidade de receber ou entregar a energia para uso próprio, respectivamente, de acordo com as demandas produtivas da mesma e, por isso, não atendem a definição de instrumento financeiro. Outra parte dessas transações se refere às vendas de excedente de energia, não empregados no processo produtivo, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que eles são liquidados em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, registrados em "Outras despesas operacionais" (Nota 8). O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido no resultado do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a marcação a mercado dos contratos de energia gerou uma redução do passivo e reflexo em outras receitas operacionais, de R$275.417 (em 31 de dezembro de 2024: R$46.268) devido, principalmente, à redução do volume, em razão da previsão de período úmido desfavorável nos próximos anos, e ao aumento do preço de energia, com base na curva DCIDE (indicadores de preços futuros). Ambos os fatores, de natureza distinta, impactaram a marcação a mercado dos contratos futuros, contabilizada como ganho na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas" (Nota 8), apresentado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Passivo		
Circulante	81.009	113.388
Não Circulante	176.066	437.577
	257.075	550.965

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Resultado - Outras receitas operacionais, líquidas		
Realização	18.473	112.953
Marcação a mercado dos contratos de energia	275.417	46.268
	293.890	159.221

18. Investimentos

Práticas contábeis: Os investimentos da Companhia em coligada, controladas e operações em conjunto são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. Coligada é uma entidade no qual a Companhia, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não o controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia o controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses na operação em conjunto, são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo, o qual inclui os gastos com a transação e o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. A Companhia avalia anualmente a recuperabilidade do valor contábil do investimento de suas controladas. O processo de estimar esses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia.

(a) Composição:

	Controladora							
	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2025	2024	2025	2024
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	102.656	29.931	100,00	100,00	29.931	22.486	102.655	95.211
CBA Energia Participações S.A.	325.425	158.274	33,33	100,00	49.461	49.124	102.804	104.895
CBA Itapissuma Ltda.	600.936	53.014	100,00	100,00	53.014	23.709	600.936	657.921
CBA Machadinho Geração de Energia Ltda.	9.157	252	100,00	100,00	252	(13.291)	9.157	8.905
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	1.061	43	100,00	100,00	43	(256)	1.061	247
Metalex Ltda.	137.155	(4.524)	100,00	100,00	(4.524)	(22.923)	137.155	141.679
Santa Cruz Geração de Energia S.A.						(277)		
Mineração Macedo Ltda.	(163.089)	(39.784)	100,00	100,00	(39.784)	(183.488)	(163.089)	(145.805)
Investimento avaliado ao custo								
Outros investimentos							44	44
Mais-valia								
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.					(7.588)	(1.891)	18.843	26.431
CBA Itapissuma Ltda.					(7.560)	56.274	156.099	163.660
Metalex Ltda.					(148)	(148)	7.517	7.665
Ágios								
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.							48.459	48.459
Metalex Ltda.							49.430	49.430
Total					73.097	(70.681)	1.071.071	1.158.742
Investimento ativo							1.234.160	1.304.547
Obrigações a pagar para investidas (passivo)							(163.089)	(145.805)
Total							1.071.071	1.158.742

(i) Como resultado do teste anual do valor recuperável das UGCs, no exercício de 2024 a Companhia efetuou a reversão do registro de *impairment* relacionado à mais-valia dos ativos da controlada, no valor de R$96.740, resultando em efeito líquido positivo de equivalência patrimonial relacionado à mais-valia.

	Consolidado							
	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2025	2024	2025	2024
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Coligadas								
Campos Novos Energia S.A. - Enercan	706.505	525.036	25,44	25,44	133.562	129.173	179.725	195.907
CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A.					158	46	356	278
Investimento avaliado ao custo								
Outros investimentos							44	44
Ágio								
Campos Novos Energia S.A. - Enercan							41.562	41.562
Total					133.720	129.219	221.687	237.791

(b) Informações sobre as empresas investidas: Apresentamos a seguir, o resumo das informações financeiras das principais coligadas, controladas e controladas em conjunto nos exercícios findos em dezembro de 2025 e de 2024:

	2025									
	Percentual de participação total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Controladas										
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	100,00	92.863	38.201	27.811	597	102.656	334.739	(305.755)	947	29.931
CBA Energia Participações S.A.	33,33	90.459	287.725	52.759		325.425	157.112	(2.422)	3.584	158.274
CBA Itapissuma Ltda.	100,00	573.411	349.405	309.011	12.959	600.936	959.029	(921.076)	15.061	53.014
CBA Machadinho Geração de Energia Ltda.	100,00	9.751	21	615		9.157	(10)	(899)	1.161	252
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	100,00	1.086		25		1.061		(40)	83	43
Metalex Ltda.	100,00	73.778	177.351	73.719	40.255	137.155	491.177	(494.067)	(1.634)	(4.524)
Mineração Macedo Ltda.	100,00	8.799		3.969	167.919	(163.089)	287	(28.163)	(11.908)	(39.784)
Operação em conjunto										
Baesa-Energética Barra Grande S.A.	15,00	11.522	138.910	16.485	76.628	57.319	40.361	(38.862)	(5.124)	(3.625)
Coligada										
Campos Novos Energia S.A. - Enercan	25,44	430.370	800.499	329.921	194.443	706.505	1.109.405	(603.753)	19.384	525.036

	2024									
	Percentual de participação total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Controladas										
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	100,00	95.291	21.242	21.007	315	95.211	297.168	(276.848)	2.167	22.486
CBA Energia Participações S.A.	33,33	32.288	308.776	8.949		332.115	117.245	36.406	3.254	156.905
CBA Itapissuma Ltda.	100,00	642.413	252.765	219.990	17.266	657.921	888.242	(850.117)	(14.416)	23.709
CBA Machadinho Geração de Energia Ltda.	100,00	9.405	21	521		8.905	7.235	(21.062)	535	(13.291)
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	100,00	1.042		795		247		(372)	117	(256)
Metalex Ltda.	100,00	90.092	177.663	81.347	44.729	141.679	463.475	(480.468)	(5.930)	(22.923)
Mineração Macedo Ltda.	100,00	1.107	6	2.887	144.030	(145.804)	22	(173.927)	(9.583)	(183.488)
Santa Cruz Geração de Energia S.A. (Nota 1.1 (d))								(305)	28	(277)
Operação em conjunto										
Baesa-Energética Barra Grande S.A.	15,00	12.873	150.856	15.161	83.873	64.694	39.221	(36.836)	(9.090)	(6.704)
Coligadas										
Campos Novos Energia S.A. - Enercan	25,44	394.561	885.725	302.397	207.771	770.118	1.051.407	(556.620)	12.993	507.780

(c) Movimentação dos investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.158.742	1.279.925	237.791	277.133
Equivalência patrimonial	73.097	(70.681)	133.720	129.219
Redução de capital em investidas	(110.000)	(2.148)		
Aumento de capital em investidas	22.500	38.382		
Dividendos deliberados	(73.268)	(86.740)	(149.824)	(168.559)
Outros		4		(2)
Saldo no final do exercício	1.071.071	1.158.742	221.687	237.791

19. Imobilizado

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados diretamente com a aquisição ou a construção de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das reformas programadas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado. Com exceção dos terrenos que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso apropriado. O valor contábil de um ativo é reduzido ao valor recuperável, de acordo com os critérios que a Companhia adota para determinar o valor recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 8)" na demonstração do resultado. **19.1** ***Impairment de ativos não financeiros:*** O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente ("UGC" - Unidade Geradora de Caixa). O processo de estimativa do valor recuperável envolve a utilização de premissas, julgamentos e projeções de fluxos de caixa futuros. Esses cálculos utilizam projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos financeiros e operacionais, considerando os efeitos futuros da reforma tributária sobre consumo. **Principais premissas utilizadas no teste de redução ao valor recuperável:** Os valores recuperáveis de cada UGC foram determinados com base no método do valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado, considerando perpetuidade, onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos imobilizados e intangíveis durante sua vida útil. Adicionalmente, é aplicado ao fluxo de caixa descontado uma taxa de desconto antes dos impostos. A Companhia identificou preços de metais de longo prazo, taxa de desconto e a taxa de câmbio do dólar como principais premissas para a determinação dos valores recuperáveis, devido ao impacto material que tais premissas podem causar no valor recuperável. Estas premissas envolvem julgamentos significativos e, portanto, são sujeitas a incertezas. Os preços de metais de longo prazo e a taxa de câmbio do dólar podem ser afetados por alterações no cenário macroeconômico, impactando as projeções de receita e margem, enquanto variações nas premissas utilizadas para determinação da taxa de desconto podem impactar o valor recuperável. As premissas, julgamentos e estimativas representam a melhor avaliação da Companhia. O preço de venda é estimado em dois componentes principais: (i) o preço do alumínio (com referência na *London Metal Exchange* - "LME") é projetado pela Companhia com modelos econométricos e balizado com o consenso de mercado, e (ii) prêmio que parte de referências internacionais de mercado e estimativas comerciais a depender dos produtos, clientes e cenário competitivo dos segmentos de mercado. Os fluxos de caixa estimados são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto baseada no custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC), cujo custo do capital próprio é estimado de acordo com os princípios do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), aplicando premissas de mercado de taxa livre de risco, retorno médio de mercado, volatilidade histórica de preços de ações de empresas comparáveis e taxas de inflação de mercado.

Principais premissas	2025	2024
Preço médio de metais de longo prazo (USD/t)	2.649	2.540
Taxa de desconto ao ano (UGC Primários)	15,34%	14,06%
Taxa de desconto ao ano (UGCs de Transformados)	11,92%	10,32%
Taxa de desconto ao ano (UGCs de Reciclagem)	11,92%	10,32%

Para todas as UGCs não houve indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2025. Portanto, não houve reconhecimento de perda por *impairment* em relação a avaliação de valor recuperável das UGCs no exercício. **Análise de sensibilidade:** A Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 0,5% na taxa média de desconto das UGCs de Primários e Reciclagem, nas quais estão alocados os montantes de ágio (*goodwill*). Em todos os cenários de sensibilidade o valor recuperável se mostrou superior ao valor contábil das UGCs. **19.2 Obrigações com descomissionamento de ativos:** A Companhia está sujeita a regulamentações que exigem o descomissionamento dos ativos e restauração da área às condições originais ao término da operação. O custo de desativação do ativo, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo subjacente e depreciado ao longo de sua vida útil. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com os custos necessários para encerrar uma atividade de mineração e recuperar as áreas degradadas como sendo uma estimativa contábil crítica por envolver diversas premissas, como taxas de desconto, inflação e vida útil do ativo. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia. As estimativas relacionadas ao descomissionamento de ativos estão sujeitas a revisões significativas, especialmente em função de alterações regulatórias, mudanças nos cronogramas de exaustão das minas e barragens, variações nos custos de restauração e atualização das premissas de taxa de desconto e inflação. Tais fatores podem resultar em ajustes relevantes no passivo e no valor contábil dos ativos correspondentes as taxas de desconto utilizadas em 31 de dezembro de 2025 estão entre 7,93% e 10,10% a.a. e em 31 de dezembro de 2024 estavam entre 7,83% e 9,40% a.a.. **19.3 Capitalização de juros:** A determinação dos juros a serem capitalizados nos projetos qualificáveis é feita considerando as contas de empréstimos (passivas) e as contas de despesas de juros (resultado). O montante de juros do mês é dividido pelo saldo médio dos empréstimos, resultando no percentual utilizado para distribuição dos juros do período para os projetos em andamento considerados na nota 22 (c). **(a) Composição e movimentação:**

	Controladora									
	2025									
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Obrigação para desmobilização de ativos	Outros	Total
Saldo líquido no início do exercício	145.639	1.402.515	2.742.863	196.121	20.885	6.225	895.714	80.019	8.788	5.498.769
Adições	151	4.775	36.433		79	539	736.414	15.046	2.447	795.884
Baixas	(159)	(121)	(30.690)	(46)	(102)	(9)	(28.802)		(3.392)	(63.321)
(Provisão) reversão da desvalorização de ativos (*impairment*)		1.043	15.394				26	(11.069)		5.394
Depreciação	(2.821)	(62.409)	(444.835)	(8.990)	(12.960)	(907)		(11.192)	(4.431)	(548.545)
Reavaliação de fluxo de caixa em desmobilização de ativos								24.115		24.115
Alteração do valor justo									(152)	(152)
Transferências	8.040	61.854	475.468	20.540	20.565	216	(668.379)	11.163	(2.160)	(72.693)
Saldo no final do exercício	150.850	1.407.657	2.794.633	207.625	28.467	6.064	934.973	108.082	1.100	5.639.451
Custo	174.356	2.699.661	7.608.440	370.026	127.450	31.623	934.973	303.848	234.968	12.485.345
Depreciação acumulada e *impairment*	(23.506)	(1.292.004)	(4.813.807)	(162.401)	(98.983)	(25.559)		(195.766)	(233.868)	(6.845.894)
Saldo líquido no final do exercício	150.850	1.407.657	2.794.633	207.625	28.467	6.064	934.973	108.082	1.100	5.639.451
Taxas médias anuais de depreciação (%)	4	3	5	2	19	4		2		

	Controladora									
	2024									
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Obrigação para desmobilização de ativos	Outros	Total
Saldo líquido no início do exercício	147.980	1.284.203	2.442.402	188.128	18.850	6.422	1.019.723	103.513	8.998	5.220.219
Adições	2.218	2.797	12	4.857		130	791.448	25.517	84	827.063
Baixas	(3.832)	(5.019)	(5.882)		(1.078)		(18.836)			(34.647)
(Provisão) reversão da desvalorização de ativos (impairment)	368	4.502	(1.973)				1.047	31.475		35.419
Depreciação	(1.499)	(56.490)	(372.792)	(5.770)	(7.457)	(634)		(14.391)	(294)	(459.327)
Reavaliação de fluxo de caixa em desmobilização de ativos								(66.095)		(66.095)
Transferências	404	172.522	681.096	8.906	10.570	307	(897.668)			(23.863)
Saldo líquido no final do exercício	145.639	1.402.515	2.742.863	196.121	20.885	6.225	895.714	80.019	8.788	5.498.769
Custo	160.715	2.458.985	7.152.237	349.551	115.976	30.482	895.714	221.538	245.950	11.631.148
Depreciação acumulada	(15.076)	(1.056.470)	(4.409.374)	(153.430)	(95.091)	(24.257)		(141.519)	(237.162)	(6.132.379)
Saldo líquido no final do exercício	145.639	1.402.515	2.742.863	196.121	20.885	6.225	895.714	80.019	8.788	5.498.769
Taxas médias anuais de depreciação - %		3	5	2	19	4		2		

	Consolidado									
	2025									
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Obrigação para desmobilização de ativos	Outros	Total
Saldo no início do exercício										
Custo	343.649	3.334.768	8.889.388	349.551	117.894	40.165	1.006.931	289.149	282.501	14.653.996
Depreciação acumulada e *impairment*	(31.303)	(1.719.721)	(5.883.948)	(153.430)	(97.009)	(33.196)	(26)	(209.130)	(272.851)	(8.400.614)
Saldo líquido no início do exercício	312.346	1.615.047	3.005.440	196.121	20.885	6.969	1.006.905	80.019	9.650	6.253.382
Adições	204	2.503	42.999		79	724	847.527	15.046	2.447	911.529
Baixas	(159)	(121)	(30.724)	(46)	(102)	(9)	(28.833)		(3.390)	(63.384)
(Provisão) reversão da desvalorização de ativos (*impairment*)	(6)	1.041	15.398				(974)	(24.492)		(9.033)
Depreciação	(3.709)	(78.033)	(485.399)	(8.990)	(12.960)	(1.150)		(11.191)	(4.431)	(605.863)
Reavaliação de fluxo de caixa em desmobilização de ativos								37.536		37.536
Alteração do valor justo									(152)	(152)
Transferências	8.589	79.522	560.189	20.540	20.565	1.729	(775.293)	11.163	(2.160)	(75.156)
Saldo no final do exercício	317.265	1.619.959	3.107.903	207.625	28.467	8.263	1.049.332	108.081	1.964	6.448.859
Custo	352.232	3.427.437	9.268.632	370.028	129.369	42.643	1.049.332	361.241	268.626	15.269.540
Depreciação acumulada e *impairment*	(34.967)	(1.807.478)	(6.160.729)	(162.403)	(100.902)	(34.380)		(253.160)	(266.662)	(8.820.681)
Saldo líquido no final do exercício	317.265	1.619.959	3.107.903	207.625	28.467	8.263	1.049.332	108.081	1.964	6.448.859
Taxas médias anuais de depreciação (%)	4	3	5	2	19	4		2		

	Consolidado									
	2024									
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Obrigação para desmobilização de ativos	Outros	Total
Saldo no início do exercício										
Custo	335.024	2.578.468	7.354.552	324.123	121.829	38.360	1.169.107	230.642	246.009	12.398.114
Depreciação acumulada	(18.110)	(1.147.798)	(4.670.956)	(135.995)	(101.962)	(31.035)		(127.129)	(237.011)	(6.469.996)
Saldo líquido no início do exercício	316.914	1.430.670	2.683.596	188.128	19.867	7.325	1.169.107	103.513	8.998	5.928.118
Adições	2.224	3.101	2.526	4.857		349	812.508	25.563	130	851.258
Baixas	(7.408)	(5.020)	(5.846)		(1.078)	(4)	(44.737)			(64.093)
(Provisão) reversão da desvalorização de ativos (impairment)	(58)	11.748	(32.014)			(58)	1.047	8.947		(10.388)
Depreciação	(2.338)	(70.711)	(408.824)	(5.770)	(7.508)	(1.027)		(14.391)	(294)	(510.863)
Reavaliação de fluxo de caixa								(52.013)		(52.013)
Reclassificação de (para) para ativos mantidos para venda	424	49.797	79.038					8.400		137.659
Transferências	2.588	195.462	686.964	8.906	9.604	384	(931.020)		816	(26.296)
Saldo no final do exercício	312.346	1.615.047	3.005.440	196.121	20.885	6.969	1.006.905	80.019	9.650	6.253.382
Custo	336.561	2.902.329	8.282.251	349.551	117.894	39.478	1.006.905	221.538	279.602	13.536.109
Depreciação acumulada	(24.215)	(1.287.282)	(5.276.811)	(153.430)	(97.009)	(32.509)		(141.519)	(269.952)	(7.282.727)
Saldo líquido no final do exercício	312.346	1.615.047	3.005.440	196.121	20.885	6.969	1.006.905	80.019	9.650	6.253.382
Taxas médias anuais de depreciação - %		3	5	2	19	4		2		

(b) Obras em andamento: O saldo é composto pelas seguintes áreas e os respectivos negócios:

	Consolidado	
	2025	2024
Primários		
Salas Fornos (i)	404.631	431.012
Alumina (ii)	212.480	194.825
Energia	41.495	49.743
Fundição	19.587	19.702
Mineração	10.273	62.225
Outros projetos de primários	12.389	40.587
Transformados		
Transformação Plástica (iii)	70.443	24.047
Itapissuma (iv)	62.508	16.547
Outros projetos de transformados	7.678	5.309
Reciclagem	51.167	94.290
Outros projetos que atendem mais de um negócio	156.681	68.618
	1.049.332	1.006.905

A conta de obras em andamento é composta de investimentos e projetos em construção pela Companhia e suas subsidiárias que ainda não entraram em operação no final do período. Destacam-se: (i) Salas Fornos: "Modernização da tecnologia das Salas Fornos" no montante de R$125.331, visando a redução das emissões e aumento da eficiência energética; "Upgrade Sala Pasta" no montante de R$77.416, com objetivo de aumentar a capacidade produtiva da unidade; "Religamento de Cubas Salas Fornos 1" no montante de R$68.283; "Reforma de Fornos" no montante de R$59.607 e "Recuperação da Drenagem de Águas Pluviais" no montante de R$25.454; (ii) Alumina: "Purificação do Licor" no montante de R$131.603, com objetivo de aumentar a produtividade da refinaria e sua capacidade instalada; "Disposição de Resíduos a Seco" no montante de R$34.039, referente a utilização de filtros-prensa na barragem do Palmital, e "Adequação Elétrica de equipamentos" no montante de R$12.204. (iii) Transformação Plástica: "Segregação de Águas Pluviais" no montante de R$25.764, com objetivo de implantar rede exclusiva para aumentar o reaproveitamento de água potável e reduzir custos operacionais, "Aumento da Capacidade Folha Extra Fina" no montante de R$19.531; (iv) Itapissuma: "Aumento da Capacidade Folha Extra Fina" no montante de R$16.131; "Recuperação do Forno de Fusão e Reforma de Mancais de Cilindro" no montante de R$8.963, com o objetivo de reduzir riscos operacionais por desgaste estrutural, garantindo confiabilidade e continuidade produtiva da laminação.

20. Intangível

20.1 ***Software:*** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos de aquisição destes *softwares* e implementação para serem utilizados. Esses custos de aquisição e implementação são amortizados durante sua vida útil estimada de três a dez anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis aos projetos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os *softwares* são identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, e os benefícios econômicos futuros forem prováveis. **20.2 Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável (*impairment*). O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, considerando o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela Administração. **20.3 Direitos sobre recursos naturais:** Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas e manutenção que aumentam o acesso ao minério são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, ou, quando aplicável, com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na extração, considerando-se as vidas úteis estimadas das reservas. **20.4 Uso do bem público - UBP:** Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do bem público (UBP). O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados. **20.5 Repactuação do Risco Hidrológico:** A Lei nº 14.052/2020 alterou em partes a Lei nº 13.023/2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, dentre elas a viabilização, da compensação de cobranças indevidas por meio da extensão do prazo das outorgas geradoras, limitada a sete anos. As usinas hidrelétricas da CBA se beneficiaram da lei e a Companhia mensurou sua melhor estimativa referente à repactuação do risco hidrológico, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, e registrou no ativo intangível os valores referentes às usinas Salto do Rio Verdinho, Ourinhos, Piraju, Salto Pilão e Sobragi.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código EFC5-A9F7-2950-7B94.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código EFC5-A9F7-2950-7B94.

continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação:

	Controladora 2025							
	Ágios	Direitos de exploração sobre recursos naturais	*Softwares*	Uso do bem público - UBP	Repactuação do risco hidrológico	Intangível em andamento	Outros	Total
Saldo no início do exercício, líquido	79.722	137.845	30.459	303.621	124.031		7.245	682.923
Adições			523			9.144		9.667
Amortização e exaustão		(12.342)	(13.666)	(18.431)	(9.557)		(6)	(54.002)
Baixas		(152)				(1.474)		(1.626)
Transferências do imobilizado (i)			61.245			3.236		64.481
Saldo no final do exercício	79.722	125.351	78.561	285.190	114.474	10.906	7.239	701.443
Custo	79.722	188.983	138.791	494.070	188.046	10.906	9.216	1.109.734
Amortização, exaustão acumulada e *impairment*		(63.632)	(60.230)	(208.880)	(73.572)		(1.977)	(408.291)
Saldo líquido no final do exercício	79.722	125.351	78.561	285.190	114.474	10.906	7.239	701.443
Taxas médias anuais de amortização e exaustão (%)		3	20	3	3			

	Controladora 2024							
	Ágios	Direitos de exploração sobre recursos naturais	*Softwares*	Uso do bem público - UBP	Repactuação do risco hidrológico	Intangível em andamento	Outros	Total
Saldo no início do exercício, líquido	79.722	138.179	15.656	322.065	141.738		7.904	705.264
Adições			1.071	2.128			1.365	4.564
Baixa							(1.616)	(1.616)
Amortização e exaustão		(4.011)	(6.839)	(20.572)	(17.707)		(23)	(49.152)
Transferências (i)		3.677	20.571				(385)	23.863
Saldo no final do exercício	79.722	137.845	30.459	303.621	124.031		7.245	682.923
Custo	79.722	177.103	76.972	494.070	188.047		9.217	1.025.131
Amortização e exaustão acumulada		(39.258)	(46.513)	(190.449)	(64.016)		(1.972)	(342.208)
Saldo líquido no final do exercício	79.722	137.845	30.459	303.621	124.031		7.245	682.923
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %		3	20	3	3			

	Consolidado 2025							
	Ágios	Direitos de exploração sobre recursos naturais	*Softwares*	Uso do bem público - UBP	Repactuação do risco hidrológico	Intangível em andamento	Outros	Total
Saldo no início do exercício, líquido	184.222	137.898	42.970	320.580	158.257		24.218	868.145
Adições			258		117	10.661		11.036
Amortização e exaustão		(12.342)	(17.848)	(19.475)	(11.675)		(10.334)	(71.674)
Baixas		(152)				(1.474)		(1.626)
Transferências do imobilizado (i)			61.861			5.083		66.944
Saldo no final do exercício	184.222	125.404	87.241	301.105	146.699	14.270	13.884	872.825
Custo	184.222	204.926	199.877	559.821	228.907	14.270	80.766	1.472.789
Amortização, exaustão acumulada e *impairment*		(79.522)	(112.636)	(258.716)	(82.208)		(66.882)	(599.964)
Saldo líquido no final do exercício	184.222	125.404	87.241	301.105	146.699	14.270	13.884	872.825
Taxas médias anuais de amortização e exaustão (%)		3	20	3	3			

(i) Reclassificação de "Obras em andamento" do grupo de imobilizado para "Softwares" na rubrica de intangível, principalmente relacionados ao Projeto "SAP S/4 HANA" no valor de R$21.277 e "Substituição do sistema da Salas Fornos 3" no valor de 27.378.

	Consolidado 2024							
	Ágios	Direitos de exploração sobre recursos naturais	*Softwares*	Uso do bem público - UBP	Repactuação do risco hidrológico	Intangível em andamento	Outros	Total
Saldo no início do exercício, líquido	184.222	138.178	26.245	340.041	178.077		34.552	901.315
Adições			4.672	2.153			2.100	8.925
Baixas			(216)				(1.616)	(1.832)
Amortização e exaustão		(4.010)	(10.741)	(21.614)	(19.820)		(10.374)	(66.559)
Transferências (i)		3.730	23.010				(444)	26.296
Saldo no final do exercício	184.222	137.898	42.970	320.580	158.257		24.218	868.145
Custo	184.222	181.368	135.919	559.821	228.790		80.765	1.370.885
Amortização e exaustão acumulada		(43.470)	(92.949)	(239.241)	(70.533)		(56.547)	(502.740)
Saldo líquido no final do exercício	184.222	137.898	42.970	320.580	158.257		24.218	868.145
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %		3	20	3	3			

(b) Teste de ágio para verificação de *impairment:* Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização, e são testados anualmente ou sempre que houver indicativo de deterioração ou perda do valor contábil, para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável *(impairment)*. A análise de recuperabilidade do valor contábil envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas, sendo o valor recuperável mensurado conforme descrito na Nota 19.1. Como parte dos procedimentos de teste de *impairment*, o ágio decorrente de uma combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios relacionada.

Os ágios são relativos aos seguintes investimentos:

		Controladora		Consolidado	
	UGC	2025	2024	2025	2024
Metalex Ltda.(i)	Metalex	49.430	49.430	49.429	49.430
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (i)	Alux	48.459	48.459	48.459	48.458
Consórcio Empresarial Salto Pilão	Primários	35.587	35.587	35.587	35.587
Rio Verdinho Energia S.A.	Primários	28.990	28.990	28.990	28.990
Machadinho Energética S.A.	Primários	15.145	15.145	15.145	15.145
Baesa-Energética Barra Grande S.A.	Primários			6.612	6.612
		177.611	177.611	184.222	184.222

(i) Os ágios das investidas Metalex e Alux na controladora são alocados na rubrica de Investimento e no consolidado são alocados na rubrica de intangível. Durante o exercício de 2025, o resultado da análise de *impairment* não apresentou perda do valor recuperável dos ágios apresentados na tabela acima, vide Nota 19.1.

21. Arrendamentos

Política contábil: A Companhia mantém controles para a identificação de contratos de arrendamento que permitam a avaliação da aplicabilidade da norma de arrendamentos mercantis para cada contrato firmado e realiza o registro, na competência da assinatura do contrato, de um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso. Conforme permitido pela norma, são desconsiderados do escopo: (i) 4arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) contratos com valores inferiores a US$5 (cinco mil dólares), equivalente a aproximadamente R$30. Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também são desconsiderados: (i) a parcela variável de pagamentos; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Companhia não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Companhia não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo. Para os arrendamentos considerados como fora de escopo, a contabilização ocorre mensalmente na competência da utilização do direito de uso do ativo arrendado, diretamente no resultado. O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. Em 2025, a média ponderada da taxa incremental utilizada para a avaliação dos contratos foi de 14,16% a.a. (2024: 9,53% a.a.). A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido, despesa administrativa, comercial e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

(a) Direito de uso:

	Controladora 2025			
	Edifícios e construções	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo no início do exercício, líquido	4.982	5.956	149.068	160.006
Novos contratos		12.166	65.441	77.607
Renegociação de contratos	10.246	2.051	12.183	24.480
Amortização	(10.096)	(15.549)	(46.289)	(71.934)
Saldo no final do exercício	5.132	4.624	180.403	190.159
Custo	21.405	89.266	330.273	440.944
Amortização acumulada	(16.273)	(84.642)	(149.870)	(250.785)
Saldo no final do exercício	5.132	4.624	180.403	190.159
Taxas médias anuais de amortização - %	36	20	13	

	Controladora 2024			
	Edifícios e construções	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo no início do exercício, líquido	7.598	48	25.838	33.483
Novos contratos		24.026	157.557	181.584
Amortização	(2.642)	(18.118)	(38.194)	(58.954)
Renegociação de contratos	26		3.867	3.893
Saldo no final do exercício	4.982	5.956	149.068	160.006
Custo	11.158	75.049	252.650	338.857
Amortização acumulada	(6.176)	(69.093)	(103.582)	(178.851)
Saldo no final do exercício	4.982	5.956	149.068	160.006
Taxas médias anuais de amortização - %	36	20	13	

	Consolidado 2025			
	Edifícios e construções	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo no início do exercício, líquido	4.982	6.003	160.433	171.418
Novos contratos	893	12.378	66.353	79.624
Renegociação de contratos	10.246	2.053	18.122	30.421
Amortização	(10.518)	(15.680)	(54.498)	(80.696)
Saldo no final do exercício	5.603	4.754	190.410	200.767
Custo	23.939	89.621	371.757	485.317
Amortização acumulada	(18.336)	(84.867)	(181.347)	(284.550)
Saldo no final do exercício	5.603	4.754	190.410	200.767
Taxas médias anuais de amortização - %	36	20	17	

	Consolidado 2024			
	Edifícios e construções	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo no início do exercício, líquido	7.603	125	40.848	48.576
Novos contratos		24.026	157.823	181.849
Renegociação de contratos	26		4.886	4.912
Remensuração de principal			1.994	1.994
Amortização	(2.647)	(18.148)	(45.118)	(65.913)
Saldo no final do exercício	4.982	6.003	160.433	171.418
Custo	11.158	75.191	287.281	373.630
Amortização acumulada	(6.176)	(69.188)	(126.848)	(202.212)
Saldo no final do exercício	4.982	6.003	160.433	171.418
Taxas médias anuais de amortização - %	36	20	17	

(b) Passivo de arrendamentos:

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	171.449	32.649
Novos contratos	77.607	181.584
Liquidação	(84.425)	(52.942)
Renegociação de contratos	24.480	3.893
Ajuste a valor presente	18.727	6.265
Saldo no final do exercício	207.838	171.449
Circulante	44.488	37.147
Não circulante	163.350	134.302
Saldo no final do exercício	207.838	171.449

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	183.726	48.473
Novos contratos	79.624	181.849
Liquidação	(94.309)	(60.484)
Renegociação de contratos	30.421	6.867
Ajuste a valor presente	19.937	7.021
Saldo no final do exercício	219.399	183.726
Circulante	50.440	42.391
Não circulante	168.959	141.335
Saldo no final do exercício	219.399	183.726

(i) A Companhia utiliza de ferrovias para transporte de bauxita das minas até sua planta em Alumínio. Em dezembro de 2024, teve início o contrato de prestação de serviços com uma nova concessionária da ferrovia, sem ocorrer mudança na malha logística, para transporte de bauxita de Barro Alto (Goiás) para Alumínio (São Paulo), com vigência até 30 de novembro de 2040. Esse contrato possui um componente de arrendamento relacionado à obrigação de compra dos vagões utilizados no transporte, no montante de R$79.860 em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024: R$76.387). O contrato possui um volume mínimo para transporte de bauxita (*take or pay*) no período de vigência do contrato. Esse compromisso de longo prazo, a valor presente, totaliza R$980.706 (em 31 de dezembro de 2024: R$1.074.812).

(c) Perfil:

Moeda	Controladora	Consolidado
Real		
2026	44.488	50.440
2027	26.726	30.995
2028	19.242	20.582
2029	15.365	15.365
2030	7.368	7.368
A partir de 2031	94.649	94.649
Total	207.838	219.399

22. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

(a) Composição e valor justo:

		Controladora							
	Encargos	Circulante		Não circulante		Total		Valor justo	
Modalidade	anuais médios	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Moeda nacional									
BNDES (i)	IPCA + 4,67%	19.343	19.534	121.782	140.703	141.125	160.237	128.606	138.031
Nota de crédito à exportação (ii)	CDI + 1,39%	850	3.081	903.364	920.850	904.214	923.931	882.231	896.427
Debêntures (ii)	CDI + 1,20%	35.693	1.034	526.023	229.453	561.716	230.487	540.404	224.737
FINEP	TJLP - 1,47%	16.010	2.333	93.441	92.944	109.451	95.277	82.223	60.838
		71.896	25.982	1.644.610	1.383.950	1.716.506	1.409.932	1.633.464	1.320.033
Moeda estrangeira									
BNDES	Pré USD 5,46%	8.887	7.253	119.462	102.839	128.349	110.092	117.857	93.038
Nota de crédito à exportação	Pré USD 6,35%	55.274	38.349	1.808.839	2.229.891	1.864.113	2.268.240	1.915.538	2.335.975
Pré-pagamento de exportação (iii) (iv)	SOFR TERM + 1,30% e EURIBOR 0,95%	(3.484)	41.875	529.616	752.530	526.132	794.405	484.029	779.735
		60.677	87.477	2.457.917	3.085.260	2.518.594	3.172.737	2.517.424	3.208.748
		132.573	113.459	4.102.527	4.469.210	4.235.100	4.582.669	4.150.888	4.528.781
Juros sobre empréstimos e financiamentos		85.137	67.983						
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal e juros)		47.436	45.476						
		132.573	113.459						

		Consolidado							
	Encargos	Circulante		Não circulante		Total		Valor justo	
Modalidade	anuais médios	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Moeda nacional									
BNDES (i)	IPCA + 4,67% e Pré BRL 2,11%	21.469	21.661	138.653	159.683	160.122	181.344	140.527	149.629
Nota de crédito à exportação (ii)	CDI + 1,39%	850	3.081	903.364	920.850	904.214	923.931	882.231	896.427
Debêntures (ii)	CDI + 1,20%	35.693	1.034	526.023	229.453	561.716	230.487	540.404	224.737
FINEP	TJLP - 1,47%	16.010	2.333	93.441	92.944	109.451	95.277	82.223	60.838
		74.022	28.109	1.661.481	1.402.930	1.735.503	1.431.039	1.645.385	1.331.631
Moeda estrangeira									
BNDES	Pré USD 5,46%	10.381	8.956	139.401	126.738	149.782	135.694	137.430	114.763
Nota de crédito à exportação	Pré USD 6,35%	55.274	38.349	1.808.839	2.229.891	1.864.113	2.268.240	1.915.538	2.335.975
Pré-pagamento de exportação (iii) (iv)	SOFR TERM + 1,30% e EURIBOR 0,95%	(3.484)	41.875	529.616	752.530	526.132	794.405	484.029	779.735
		62.171	89.180	2.477.856	3.109.159	2.540.027	3.198.339	2.536.997	3.230.473
		136.193	117.289	4.139.337	4.512.089	4.275.530	4.629.378	4.182.382	4.562.104
Juros sobre empréstimos e financiamentos		85.402	68.298						
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal e juros)		50.791	48.991						
		136.193	117.289						

(i) 29% do saldo dos contratos de financiamento junto ao BNDES possui *swaps* atrelados que convertem a taxa flutuante IPCA em reais para taxa fixa em dólar; (ii) Determinadas Notas de Crédito à Exportação e as Debêntures, possuem *swaps* atrelados que convertem a taxa flutuante em CDI em reais para taxa fixa em dólar; (iii) O saldo apresentado como negativo refere-se ao custo de captação ("fees"), amortizado linearmente; (iv) A parcela em euro do Pré pagamento de exportação possui *swap* atrelado que converte a taxa flutuante em euro para taxa fixa em dólar. A Companhia possui uma linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility* - RCF) no montante de USD100 milhões, não utilizada até a data de emissão dessas demonstrações financeiras.

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos.
BRL	Moeda nacional Real.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo.
USD	Dólar americano.
SOFR	*Secured Overnight Financing Rate.*
EURIBOR	*Euro Interbank Offered Rate*

(b) Vencimento: O perfil de vencimento de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2025 é:

	Controladora									
	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	A partir de 2034	Total
Moeda Nacional										
BNDES	19.343	18.921	18.921	15.034	15.034	15.034	15.034	15.034	8.770	141.125
Nota de crédito à exportação	850	(4.022)	(4.022)	(4.022)	(4.022)	421.221	498.231			904.214
Debêntures (i)	35.693	(712)	(712)	(712)	(712)	(712)	529.583			561.716
Agência de Fomentos - FINEP	16.010	15.793	15.793	15.793	15.793	15.793	14.476			109.451
Total Moeda Nacional	71.896	29.980	29.980	26.093	26.093	451.336	1.057.324	15.034	8.770	1.716.506
% de amortização	4%	2%	2%	2%	2%	26%	62%	1%	1%	100%
Moeda Estrangeira										
BNDES	8.887	7.349	7.349	7.349	7.349	7.349	7.349	7.349	68.019	128.349
Nota de crédito à exportação	55.274	116.824	244.062	345.558	367.746	367.746	366.903			1.864.113
Pré-pagamento de exportação	(3.484)	62.308	29.380	95.235	62.308	62.308	62.308	62.308	93.461	526.132
Total Moeda Estrangeira	60.677	186.481	280.791	448.142	437.403	437.403	436.560	69.657	161.480	2.518.594
% de amortização	2%	7%	11%	18%	17%	17%	17%	3%	6%	100%
Total	132.573	216.461	310.771	474.235	463.496	888.739	1.493.884	84.691	170.250	4.235.100
% de amortização	3%	5%	7%	11%	11%	21%	35%	2%	4%	100%

	Consolidado									
	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	A partir de 2034	Total
Moeda Nacional										
BNDES	21.469	21.030	21.030	17.143	17.143	17.143	17.143	17.143	10.878	160.122
Nota de crédito à exportação	850	(4.022)	(4.022)	(4.022)	(4.022)	421.221	498.231			904.214
Debêntures (i)	35.693	(712)	(712)	(712)	(712)	(712)	529.583			561.716
Agência de Fomentos - FINEP	16.010	15.793	15.793	15.793	15.793	15.793	14.476			109.451
Total Moeda Nacional	74.022	32.089	32.089	28.202	28.202	453.445	1.059.433	17.143	10.878	1.735.503
% de amortização	4%	2%	2%	2%	2%	26%	61%	1%	1%	100%
Moeda Estrangeira(ii)										
BNDES	10.381	8.595	8.595	8.595	8.595	8.595	8.595	8.595	79.236	149.782
Nota de crédito à exportação	55.274	116.824	244.062	345.558	367.746	367.746	366.903			1.864.113
Pré-pagamento de exportação	(3.484)	62.308	29.380	95.235	62.308	62.308	62.308	62.308	93.461	526.132
Total Moeda Estrangeira	62.171	187.727	282.037	449.388	438.649	438.649	437.806	70.903	172.697	2.540.027
% de amortização	2%	7%	11%	18%	17%	17%	17%	3%	7%	100%
Total	136.193	219.816	314.126	477.590	466.851	892.094	1.497.239	88.046	183.575	4.275.530
% de amortização	3%	5%	7%	11%	11%	21%	35%	2%	4%	100%

(i) Os saldos apresentados como negativos referem-se aos custos de captação ("fees"), amortizados linearmente. (ii) O total em moeda estrangeira não reflete os swaps dos empréstimos com o BNDES e das Notas de créditos à exportação.

(c) Movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	4.582.669	4.317.623	4.629.378	4.344.492
Captações (Nota 1.1 (c))	1.145.581	506.531	1.145.581	523.946
Variação cambial	(123.275)	408.865	(126.094)	414.045
Provisão de juros	376.882	375.109	378.523	376.547
Custos de captação, líquidos das amortizações	(39.327)	698	(39.300)	566
Modificação de fluxos contratuais (i)	(51.878)	(10.500)	(51.878)	(10.500)
Juros pagos	(353.811)	(385.977)	(355.504)	(387.286)
Amortizações (Nota 1.1 (c))	(1.096.471)	(1.063.686)	(1.099.909)	(1.066.438)
Variação cambial por meio de outros resultados abrangentes (ii)	(205.270)	434.006	(205.267)	434.006
Saldo no final do exercício	4.235.100	4.582.669	4.275.530	4.629.378

(i) Determinada renegociação e liquidação antecipada de dívidas ocorridas no período geraram efeito de modificações contratuais de fluxos com impacto devedor no passivo. Estes efeitos são apropriados linearmente no resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estiverem em aberto, conforme evidenciado na Nota 9. (ii) Corresponde à variação cambial do principal das Notas de Crédito à Exportação (NCEs) designadas como instrumento de *hedge* contábil (*hedge accounting*) conforme Nota 29.2 (b).

(d) Composição por moeda e indexador:

	Controladora					
	Circulante		Não circulante		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Moeda Nacional						
CDI (i)	36.543	4.115	1.429.387	1.150.303	1.465.930	1.154.418
IPCA (ii)	19.343	19.534	121.782	140.703	141.125	160.237
TJLP	16.010	2.333	93.441	92.944	109.451	95.277
	71.896	25.982	1.644.610	1.383.950	1.716.506	1.409.932
Moeda Estrangeira (iii)						
Taxa prefixada	64.161	41.527	1.928.301	2.146.961	1.992.462	2.188.488
SOFR	(1.767)	45.950	259.773	938.299	258.006	984.249
EURIBOR	(1.717)		269.843		268.126	
	60.677	87.477	2.457.917	3.085.260	2.518.594	3.172.737
	132.573	113.459	4.102.527	4.469.210	4.235.100	4.582.669

	Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
CDI (i)	36.543	4.115	1.429.387	1.150.303	1.465.930	1.154.418
IPCA (ii)	19.343	19.534	121.782	140.703	141.125	160.237
TJLP	16.010	2.333	93.441	92.944	109.451	95.277
Taxa prefixada	2.126	2.127	16.871	18.980	18.997	21.107
	74.022	28.109	1.661.481	1.402.930	1.735.503	1.431.039
Moeda Estrangeira (iii)						
Taxa prefixada	65.655	43.230	1.948.240	2.170.860	2.013.895	2.214.090
SOFR	(1.767)	45.950	259.773	938.299	258.006	984.249
EURIBOR	(1.717)		269.843		268.126	
	62.171	89.180	2.477.856	3.109.159	2.540.027	3.198.339
	136.193	117.289	4.139.337	4.512.089	4.275.530	4.629.378

(i) As NCEs em reais indexadas a CDI possuem *swap* atrelado que converte a taxa flutuante em CDI em reais para taxa fixa em dólar; (ii) Parte dos contratos de financiamento junto ao BNDES possuem *swap* atrelado que convertem a taxa flutuante em IPCA em reais para taxa fixa em dólar; (iii) Os saldos em moeda estrangeira referem-se à moeda USD, exceto saldo indexado a EURIBOR que é em euro, entretanto possui *swap* atrelado convertendo a taxa flutuante em euro para taxa fixa em dólar. **(e) Garantias de empréstimos e financiamentos:** Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R$143.809 (31 de dezembro de 2024: R$163.242) dos empréstimos e financiamentos eram garantidos por avais (Nota 16 (b)) e R$284.101 (31 de dezembro de 2024: R$257.434) eram garantidos por fiança bancária. Adicionalmente a Companhia é garantidora de dois empréstimos com vencimento final em setembro de 2026 entre a Rio Verde Energia S.A. e o BNDES, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2025 era de R$17.146 (31 de dezembro de 2024: R$41.280). A garantia citada limita-se à obrigação de cumprimento do contrato de compra e venda de energia firmado entre Auren Comercializadora e Rio Verde Energia S.A. **(f) Garantia de barragens:** Em 2023 e 2024, foram publicados no Estado de Minas Gerais os Decretos que regulamentam a exigência de constituição de caução ambiental, para garantia de desativação das barragens e a recuperação socioambiental. A CBA contratou fiança bancária equivalente a 50% da garantia, correspondente a R$55.133, e segue monitorando a aprovação da sua proposta e o prazo para implementação do restante da garantia. **(g) *Covenants* financeiros:** Os empréstimos junto ao BNDES contratados até 2022, possuem cláusulas de *covenants* financeiros que obrigam a interveniente garantidora Votorantim S.A. a cumprir certos índices financeiros, como (i) dívida líquida sobre o EBITDA ajustado menor ou igual a 4,0; (ii) Patrimônio Líquido sobre ativo total, igual ou superior a 0,3; e (iii) cobertura do serviço da dívida, calculado como posição de caixa somada ao EBITDA ajustado sobre juros somado à dívida de curto prazo, deve ser igual ou superior a 1,0. Estes contratos representam cerca de 2% do total de endividamento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* financeiros da garantidora foram atendidos conforme cláusulas preestabelecidas em contrato. A CBA e suas controladas não possuem *covenants* financeiros além do mencionado.

23. Risco sacado a pagar

Práticas contábeis: A Companhia e suas controladas firmaram convênios junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno e externo, a antecipação de seus recebíveis ("Programas de risco sacado"). Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das mercadorias e prestação de serviços para as instituições financeiras, e em troca, recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira, descontado por um deságio cobrado diretamente pelo banco no momento da cessão, que por sua vez, passa a ser credor da operação. Independente desses convênios com as instituições financeiras, as condições comerciais são sempre acordadas entre a Companhia e suas controladas e o fornecedor. Esses programas permitem aos fornecedores gerenciarem de forma mais eficiente a liquidez de seus recebíveis. Independentemente desses contratos entre fornecedores e bancos, as condições comerciais são sempre acordadas entre a Companhia e o fornecedor. Conforme o acordo comercial, o fornecedor negocia com a Companhia a participação nos programas de risco sacado permitindo que o banco antecipe sua fatura a qualquer momento até o prazo de vencimento das faturas, conforme solicitado pelo fornecedor. Aplicando os conceitos do IFRS 9, essa transação mantém sua essência como contas a pagar a fornecedores, e não endividamento bancário, uma vez que os programas de risco sacado não geram modificação substancial dos passivos originais com fornecedores. A Companhia monitora periodicamente se há alterações relevantes nos termos comerciais que possam caracterizar modificação substancial dos passivos originais, conforme orientações do IFRS 9 e das decisões da IFRIC sobre programas de financiamento da cadeia de suprimentos. A CBA entende que a apresentação separada dessas contas em risco sacado a pagar é importante para a compreensão da posição financeira da entidade e para oferecer maior transparência aos *stakeholders*. Os pagamentos são apresentados dentro do grupo de atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa da Companhia, de acordo com o IAS 7. Atualmente a CBA possui convênio ativo de Risco Sacado com 7 bancos.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código EFC5-A9F7-2950-7B94.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição: Os montantes de contas a pagar incluídas nesses contratos estão demonstrados abaixo, representando os valores efetivamente antecipados pelos fornecedores junto às instituições financeiras:

	Controladora		Consolidado	
Operações de risco sacado	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Mercado interno	147.602	167.107	217.879	178.467
	147.602	167.107	217.879	178.467

Termos de negociação: Em 31 de dezembro de 2025, no consolidado, o prazo médio de vencimento dos fornecedores comparáveis corresponde a 73 dias, e no programa de risco sacado de 92 dias.

24. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil: O Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") registrados no exercício, são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base em leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos no resultado, exceto quando se referem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Os impostos e contribuições sobre o lucro corrente, além de afetarem o resultado do exercício, são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos, e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. A Companhia reconhece também os impostos e contribuições diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A recuperabilidade dos impostos e contribuições diferidos é analisada periodicamente conforme premissas divulgadas na Nota 19. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e de diferenças temporárias referentes: (a) ao efeito da variação cambial apurada (sistemática de apuração do imposto de renda e contribuição social pelo regime de caixa); (b) a ajuste a valor justo dos instrumentos financeiros; (c) a provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização; e (d) outras diferenças temporárias. **(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL:** Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	238.957	(515.913)	353.031	(358.665)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(81.245)	175.410	(120.031)	121.946
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	24.853	(24.032)	45.465	43.934
Efeito de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, (adições) exclusões temporárias		32.099	6.996	19.224
Movimentação de *impairment* sem constituição de tributos diferidos	(3.537)	13.548	(3.537)	(43.757)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL gerados no período sem constituição de tributos diferidos (i)	(6.067)	(1.042)	(7.729)	(520)
Adições permanentes	(27.934)	(10.285)	(28.818)	(14.499)
Efeito da alienação do acervo de Niquelândia		131.392		131.392
Outros	(23.987)	18.152	(15.523)	28.056
IRPJ e CSLL apurados	(117.917)	335.242	(123.177)	285.776
Correntes	2.568	2.871	(30.747)	(17.437)
Diferidos	(120.485)	332.371	(92.430)	303.213
IRPJ e CSLL no resultado	(117.917)	335.242	(123.177)	285.776
Taxa efetiva - %	49,35	64,98	34,89	79,68

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas operacionais possuem prejuízo fiscal e base negativa acumulados no montante de R$2.243.201 (em 31 de dezembro de 2024 R$2.228.830), dos quais R$959.523 (em 31 de dezembro de 2024 R$908.096) possuem créditos tributários diferidos reconhecidos conforme nota 24 (b) e R$1.283.678 (em 31 de dezembro de 2024 R$1.320.734) que não foram reconhecidos até o momento e não possuem prazo de expiração, tendo como base a avaliação da expectativa de recuperabilidade futura conduzida pela Administração.

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	308.753	308.753	326.238	308.753
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Diferimento de perdas com instrumentos financeiros derivativos	264.370	498.523	255.669	499.398
Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais	161.299	139.278	165.108	142.988
Descomissionamento de ativos	120.342	103.378	120.342	103.378
Uso do bem público - UBP	96.646	111.409	96.646	111.409
Contratos futuros de energia	87.406	187.328	87.406	187.328
Arrendamento mercantil	70.665	58.293	73.229	58.425
Provisões *(impairment* e perdas diversas)	59.030	71.066	61.597	71.066
Provisão de participação no resultado - PPR	41.417	43.088	44.088	43.710
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	35.242	42.385	35.985	42.677
Provisão para perdas de estoques	10.637	8.650	12.372	8.650
Ajuste a valor presente	4.271		5.330	
Variação cambial - tributação pelo regime de caixa		22.479		22.479
Outros	8.197	12.974	20.244	12.974
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Diferença entre depreciação fiscal e contábil do imobilizado	(224.563)	(284.093)	(233.613)	(284.093)
Ganho por compra vantajosa na aquisição de investimentos	(128.785)	(128.785)	(128.785)	(128.785)
Mais valia na aquisição de investimentos			(90.122)	(97.925)
Arrendamento mercantil	(64.654)	(54.402)	(66.666)	(54.402)
Descomissionamento de ativos	(65.006)	(35.243)	(65.006)	(35.243)
Repactuação do risco hidrológico	(38.921)	(42.171)	(50.662)	(58.573)
Uso do bem público - UBP	(41.567)	(37.282)	(41.567)	(37.282)
Variação cambial - tributação pelo regime de caixa	(36.313)		(39.667)	
Juros capitalizados	(25.030)	(37.699)	(25.031)	(37.699)
Outros	(9.856)	(19.942)	(10.868)	(20.614)
	633.580	967.987	552.267	858.619
Impostos diferidos ativos da mesma entidade jurídica	633.580	967.987	563.555	875.022
Impostos diferidos passivos da mesma entidade jurídica			(11.288)	(16.403)

(c) Efeito líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido no resultado do período e no resultado abrangente:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Saldo líquido no início do exercício	967.987	370.654	858.619	290.446
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - *hedge accounting*	(213.922)	264.962	(213.922)	264.962
Efeito no resultado derivado de diferenças temporárias	(120.485)	332.371	(92.430)	303.213
Outros				(2)
Saldo líquido no final do exercício	633.580	967.987	552.267	858.619

25. Provisões

Política contábil: A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face a prováveis perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(a) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuírem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em "Provisões". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante. **(b) Provisões de natureza tributária, cível, trabalhista, ambiental e ações judiciais:** São reconhecidas quando: (i) há obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões em relação às perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(c) Obrigação com descomissionamento de ativos:** A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de minas e barragens como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão, os custos envolvidos e as datas projetadas de exaustão de cada mina e barragem. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia. A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação. O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base as taxas de desconto acrescido da inflação do período. Em 31 de dezembro de 2025, a média ponderada da taxa de juros foi de 9,41% (9,02% em 31 de dezembro de 2024).

(d) Judiciais:

	Controladora				
				2025	**2024**
	Processos judiciais				
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Cíveis e outros**	**Total**	**Total**
Saldo no início do exercício, líquido dos depósitos	249.704	90.756	49.739	390.199	382.899
Adições	24.744	22.418	48.181	95.343	101.234
Reversões	(38.890)	(15.334)	(549)	(54.773)	(83.456)
Efeito líquido de depósitos e resgates judiciais	16.949	4.372	2.322	23.643	(4.247)
Liquidações	(1.522)	(14.583)	(1.060)	(17.165)	(28.559)
Atualização monetária, liquida das reversões	25.739	(856)	11.338	36.221	22.328
Saldo no final do exercício, líquido dos depósitos	276.724	86.773	109.971	473.468	390.199
Provisões	279.069	96.354	110.096	485.519	425.891
Depósitos judiciais	(2.345)	(9.581)	(125)	(12.051)	(35.692)
	276.724	86.773	109.971	473.468	390.199
Circulante	21.037	66.134	71.297	158.468	123.835
Não circulante	255.687	20.639	38.674	315.000	266.364
	276.724	86.773	109.971	473.468	390.199

	Consolidado				
				2025	**2024**
	Processos judiciais				
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Cíveis e outros**	**Total**	**Total**
Saldo no início do exercício, líquido dos depósitos	250.339	91.815	51.335	393.489	386.671
Adições	24.763	23.757	48.200	96.720	103.725
Reversões	(38.890)	(15.334)	(549)	(54.773)	(86.041)
Efeito líquido de depósitos e resgates judiciais	16.949	4.372	2.322	23.643	(4.247)
Liquidações	(1.529)	(14.872)	(1.060)	(17.461)	(28.559)
Atualização monetária, liquida das reversões	25.802	(585)	11.466	36.683	21.940
Saldo no final do exercício, líquido dos depósitos	277.434	89.153	111.714	478.301	393.489
Provisões	279.779	98.734	111.839	490.352	429.181
Depósitos judiciais	(2.345)	(9.581)	(125)	(12.051)	(35.692)
	277.434	89.153	111.714	478.301	393.489
Circulante	21.037	66.134	71.297	158.468	124.607
Não circulante	256.397	23.019	40.417	319.833	268.882
	277.434	89.153	111.714	478.301	393.489

(e) Comentários sobre as provisões com probabilidades de perda provável: (i) Provisões tributárias: Os processos tributários com probabilidade de perda provável estão representados por discussões relacionadas a tributos federais, estaduais e municipais, sendo estas no âmbito judicial ou administrativo, tendo como principais casos provisionados discussões ligadas a IRPJ, IPTU, CFEM, entre outros. **(ii) Provisões trabalhistas:** Os processos trabalhistas com classificação de perda provável são aqueles movidos por ex-empregados, terceiros e sindicatos, cujos objetos consistem em sua maioria em pagamento de verbas rescisórias, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, horas *in itinere*, bem como pedidos de indenização por supostas doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, danos materiais e morais. Tais processos estão em trâmite em sua grande maioria nos Tribunais Regionais do Trabalho de Minas Gerais, Goiás, Campinas e São Paulo. Os valores envolvidos não são individualmente relevantes e, em conjunto, não representam risco material para as demonstrações financeiras. **(iii) Provisões cíveis:** A Companhia é parte em processos cíveis de natureza administrativa e jurisdicional. As referidas contingências são originárias de processos com distintas naturezas jurídicas, ressaltando-se ações de indenização por dano material e dano moral, execuções e pedidos administrativos. **(iv) Provisões ambientais:** A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. O contencioso ambiental da Companhia refere-se, basicamente, a apuração de supostas infrações em desconformidade com legislação específica, seja através de procedimentos na esfera administrativas ou ações judiciais. **(f) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis:** A Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, baseada em sua avaliação e dos seus assessores legais, para os quais não há provisão constituída. As contingências classificadas como possíveis referem-se, principalmente, a processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas cujos desfechos dependem de decisões administrativas ou judiciais ainda em curso.

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Natureza				
Tributárias				
Processos de créditos de PIS e COFINS	1.047.190	1.006.167	1.047.190	1.006.167
Discussões relativas a ICMS	349.270	417.911	367.285	417.911
Glosa Plano Verão	381.228	356.870	381.228	356.870
ICMS sobre encargos de Energia Elétrica	215.773	213.113	215.773	213.113
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	166.487	151.251	166.487	151.251
Classificação fiscal - Criolita	46.042	40.732	46.042	40.732
Glosa de Saldo Negativo de IRPJ	47.258	43.256	47.258	43.256
Outros	388.834	481.220	481.385	589.663
	2.642.082	2.710.520	2.752.648	2.818.963
Trabalhistas	97.044	100.748	100.695	107.710
Cíveis e outros	98.065	73.652	98.368	74.190
	2.837.191	2.884.920	2.951.711	3.000.863

Comentários sobre passivos contingentes tributários com probabilidade de perda possível: (i) Processos de créditos de PIS e COFINS: A Companhia possui em trâmite Despachos Decisórios e Autos de infração, relativos às glosas de créditos de PIS e COFINS abrangendo discussões sobre apropriação indevida de créditos referente a itens aplicados no processo produtivo; glosa de créditos de PIS-Decretos, entre outros. Esses processos envolvem questionamentos quanto à interpretação normativa e à possibilidade de aproveitamento de créditos, diante de entendimentos divergentes entre a Companhia e a Receita Federal. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2025 corresponde a R$1.047.190 (R$1.006.167 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente, a Companhia possui casos em discussão no âmbito judicial e administrativo. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, diante dos precedentes e jurisprudência, a probabilidade de perda do processo é considerada possível. **(ii) Discussões relativas a ICMS:** A Companhia possui processos administrativos e judiciais com discussões relativas a suposta falta de pagamento, apropriação indevida de créditos de ICMS, supostas operações que tiveram quebra indevida do diferimento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2025, o montante atualizado dessas autuações totaliza R$367.285 (R$417.911 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente, os processos citados estão em trâmite tanto no administrativo, quanto no judiciário aguardando decisão de mérito. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, os critérios adotados com relação à tomada do crédito e recolhimento de ICMS estão em conformidade com a legislação pertinente e a probabilidade de perda do processo é considerada possível. **(iii) Glosa Plano Verão:** A Companhia recebeu despacho decisório da Receita Federal do Brasil que questiona a compensação efetuada com créditos reconhecidos judicialmente, relacionados aos expurgos inflacionários do Plano Verão. Em razão do questionamento realizado pela Receita Federal do Brasil, a Companhia apresentou impugnação a qual foi julgada parcialmente procedente, sendo reconhecido uma parcela do crédito glosado, no valor originário de R$27.839. Em razão da decisão, parcialmente favorável, foi interposto recurso voluntário pela Companhia em 21 de novembro de 2023. Em agosto de 2025, foi convertido o julgamento em diligência. Atualmente, aguarda-se a conclusão da diligência. Em 31 de dezembro de 2025, o montante atualizado dessa autuação totaliza R$381.228 (R$356.870 em 31 de dezembro de 2024). No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, a autuação não merece prosperar, razão pela qual a probabilidade de perda do processo é considerada possível. **(iv) ICMS sobre encargos de Energia Elétrica:** A Companhia possui discussões judiciais no que se refere à incidência de ICMS sobre os encargos setoriais incidentes na tarifa de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2025, o valor em controvérsia destas discussões totaliza o montante de R$215.773, sendo R$143.752 referente à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão ("TUST") e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD"), e R$72.021 aos encargos setoriais denominados PROINFA, Conta de Consumo de Combustíveis Sistema Isolado ("CCC") e Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"). Em 13 de março de 2024, o STJ ("Superior Tribunal de Justiça") julgou favorável à inclusão da TUST e TUSD na base de cálculo do ICMS, foi definido também que haverá a modulação dos efeitos da decisão, sendo que, inicialmente, os critérios definidos não são exaustivos. Após a publicação do acórdão pelo STJ, foram apresentados embargos de declaração pelas partes visando que o momento inicial para aplicação da modulação seja postergado para a data de publicação do acórdão, que ocorreu em 29 de maio de 2024. Em 23 de agosto de 2024 o STJ julgou improcedente os embargos de declaração opostos pela parte. Os demais processos, nos quais a Companhia discute a legalidade das cobranças efetuadas, referem-se a litígios anteriores a março de 2017 - abrangidos pela modulação definida pelo STJ - ou tratam de outros encargos setoriais que não foram objeto da decisão proferida. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, os processos permanecem com a probabilidade de risco de perda possível. **(v) Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM:** A Companhia recebeu autuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM. Em 31 de dezembro de 2025 o montante atualizado em controvérsia dessas autuações totaliza R$166.487 (R$151.251 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente, os processos se encontram em fase administrativa e judicial. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, as autuações são improcedentes, razão pela qual a probabilidade de perda do processo é considerada possível. **(vi) Discussão sobre classificação fiscal na Importação de Criolita Sintética:** A Companhia recebeu autuação emitida pela Receita Federal do Brasil, em razão de suposto erro na classificação fiscal na importação de insumo denominado criolita sintética, acarretando a exigência de tributos (II, IPI e multa). Em razão do questionamento realizado pela Receita Federal do Brasil, a Companhia apresentou impugnação, devidamente instruída com laudos técnicos elaborados pela Escola Politécnica do Estado de SP e pelo Instituto Nacional de Tecnologia que atestam a adequada classificação fiscal adotada pela Companhia. Atualmente, o processo aguarda o julgamento da impugnação apresentada. Em 31 de dezembro de 2025, o montante atualizado dessa autuação totaliza R$46.042. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, a autuação não merece prosperar, razão pela qual a probabilidade de perda do processo é considerada possível. **(vii) Glosa de Saldo Negativo de IRPJ:** A Companhia recebeu despachos decisórios emitidos pela Receita Federal do Brasil nos quais são questionados os valores apurados à título de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL. O valor objeto de discussão nos processos em 31 de dezembro de 2025 totaliza R$47.258 (R$43.256 em 31 de dezembro de 2024). Por fim, com relação aos demais casos pendentes de julgamento, no entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, verifica-se que houve equívoco por parte da RFB quando da glosa dos créditos apresentados pela Companhia, razão pela qual a probabilidade de perda dos processos é considerada possível.

(g) Obrigação para desmobilização de ativos e passivo ambiental:

			Controladora	
			2025	**2024**
	Obrigação para desmobilização de ativos	**Passivo ambiental**	**Total**	**Total**
Saldo no início do exercício	304.053	6.509	310.562	392.436
Adições	15.046		15.046	
Liquidações	(20.064)	(3.225)	(23.289)	(17.982)
Ajuste a valor presente	31.566	711	32.277	27.103
Revisão das estimativas e taxas de desconto	24.115	498	24.613	(90.995)
Reavaliação de fluxo de caixa	(771)		(771)	
Saldo no final do exercício	353.945	4.493	358.438	310.562
Circulante	43.907	4.295	48.202	42.034
Não circulante	310.038	198	310.236	268.528
	353.945	4.493	358.438	310.562

			Consolidado	
			2025	**2024**
	Obrigação para desmobilização de ativos	**Passivo ambiental**	**Total**	**Total**
Saldo no início do exercício	448.084	7.218	455.302	393.496
Adições	15.046		15.046	124.400
Liquidações	(20.064)	(3.922)	(23.986)	(18.331)
Ajuste a valor presente	43.933	715	44.648	36.916
Revisão das estimativas e taxas de desconto	37.536	1.448	38.984	(81.179)
Reavaliação de fluxo de caixa	(771)		(771)	
Saldo no final do exercício	523.764	5.459	529.223	455.302
Circulante	45.806	5.262	51.068	42.743
Não circulante	477.958	197	478.155	412.559
	523.764	5.459	529.223	455.302

26. Uso do bem público - UBP

Política contábil: O montante é originalmente reconhecido como passivo financeiro (obrigação) e como ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento). A Companhia possui ou participa de empresas que detêm contratos de concessão do setor de energia elétrica. Esses contratos preveem, em sua grande maioria, pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM a título de Uso do Bem Público (UBP).

Os contratos de UBP, com prazo da concessão e os valores a serem pagos, estão demonstrados a seguir:

					Controladora				
					2025			2024	
Usinas/Empresas	**Data início da concessão**	**Data fim da concessão**	**Data início pagamento**	**Participação**	**Ativo intangível**	**Passivo**	**Participação**	**Ativo intangível**	**Passivo**
Salto Pilão	abr-02	jan-42	dez-09	60%	116.255	614.513	60%	126.436	648.063
Salto do Rio Verdinho	dez-02	dez-44	jul-10	100%	4.822	25.732	100%	5.178	27.935
Piraju	dez-98	nov-38	dez-02	100%	509	5.731	100%	573	6.474
Ourinhos	jul-00	nov-40	ago-04	100%	670	5.181	100%	740	5.730
Fumaça	jun-96	jun-46		100%	46.427	91.862	100%	48.638	83.000
França	jun-96	jun-46		100%	35.462	70.167	100%	37.151	63.398
Porto Raso	jun-96	jun-46		100%	22.374	44.270	100%	23.440	39.999
Serraria	jun-96	jun-46		100%	15.451	30.572	100%	16.187	27.622
Barra	jun-96	jun-46		100%	43.220	85.516	100%	45.278	77.265
					285.190	973.544		303.621	979.486
Circulante						75.808			74.852
Não circulante					285.190	897.736		303.621	904.634
					285.190	973.544		303.621	979.486

					Consolidado				
					2025			2024	
Usinas/Empresas	**Data início da concessão**	**Data fim da concessão**	**Data início pagamento**	**Participação**	**Ativo intangível**	**Passivo**	**Participação**	**Ativo intangível**	**Passivo**
Salto Pilão	abr-02	jan-42	dez-09	60%	116.254	614.512	60%	126.436	648.061
Salto do Rio Verdinho	dez-02	dez-44	jul-10	100%	4.822	25.732	100%	5.178	27.935
Piraju	dez-98	nov-38	dez-02	100%	509	5.731	100%	573	6.474
Ourinhos	jul-00	nov-40	ago-04	100%	670	5.181	100%	740	5.730
Fumaça	jun-96	jun-46		100%	46.427	91.862	100%	48.638	83.000
França	jun-96	jun-46		100%	35.462	70.167	100%	37.151	63.398
Porto Raso	jun-96	jun-46		100%	22.374	44.270	100%	23.440	39.999
Serraria	jun-96	jun-46		100%	15.451	30.572	100%	16.187	27.622
Barra	jun-96	jun-46		100%	43.220	85.516	100%	45.278	77.266
Baesa - Energética Barra Grande	mai-01	mai-36	jun-07	15%	15.916	69.875	15%	16.959	71.537
					301.105	1.043.418		320.580	1.051.022
Circulante						83.818			82.234
Não circulante					301.105	959.600		320.580	968.788
					301.105	1.043.418		320.580	1.051.022

Os contratos de concessão para geração de energia elétrica das usinas UHE Alecrim, UHE Salto do Iporanga, UHE Itupararanga e UHE Sobragi venceram, em 27 de junho de 2016, 4 de novembro de 2021, 19 de fevereiro de 2024 e 22 de janeiro de 2025 respectivamente. De acordo com a legislação vigente, a CBA permanece responsável pela gestão das Usinas, preservando a operação e as boas condições de uso e de segurança até que tenhamos deliberação sobre o tema pelo Poder Concedente. Os contratos de concessão para geração de energia elétrica das usinas UHE Barra, UHE França, UHE Fumaça, UHE Porto Raso e UHE Serraria que venceram em 27 de junho de 2016 aguardam a publicação de Portaria pelo Poder Concedente prorrogando o prazo destas outorgas conforme requerimento já deferido pelo Despacho GM/MME de 19 de setembro de 2022. Os encargos relacionados ao uso do bem público (UBP), geram obrigações financeiras, que ao serem liquidadas, impactam o fluxo de caixa das atividades operacionais, especialmente na linha de juros pagos.

27. Patrimônio líquido

(a) Capital social: Em 24 de abril de 2025, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") foi aprovada a redução de capital social da Companhia no valor de R$401.048, para absorção dos prejuízos acumulados apurados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sem restituição de valores aos acionistas. A operação não implicou alteração na participação dos acionistas no capital da Companhia e não gerou efeitos sobre o caixa. Em 20 de maio de 2025, a Companhia obteve a aprovação dos credores e a redução de capital foi efetivada, passando o capital social para R$4.554.454. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 4.554.454 (31 de dezembro de 2024: R$4.955.502), composto por 651.072.697 (31 de dezembro de 2024: 651.072.697) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. O capital social está líquido dos gastos com oferta pública no montante de R$44.412 (31 de dezembro de 2024: R$44.412). A composição do capital social é apresentada a seguir:

	2025		2024	
	Quantidade de ações	**(%)**	**Quantidade de ações**	**(%)**
Acionistas				
Votorantim S.A.	446.606.615	68,60%	446.606.615	68,60%
Outros acionistas	204.466.082	31,40%	204.466.082	31,40%
	651.072.697	100%	651.072.697	100%

(b) Dividendos: De acordo com o estatuto da Companhia, os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício, deduzido de reserva legal. Dessa forma, o cálculo dos dividendos em 31 de dezembro de 2025 é demonstrado a seguir:

	2025
Lucro líquido do exercício	121.040
Reserva legal - 5%	(6.052)
Base de cálculo dos dividendos	114.988
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	28.747
Quantidade média ponderada de ações, em milhares	651.073
Dividendos por lote de mil ações	44,15

(c) Reserva legal e reserva estatutária: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva estatutária, no montante de R$86.241, refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício, a fim de atender ao reforço de capital de giro, observados os limites estabelecidos no Estatuto Social da Companhia. **(d) Ajuste de avaliação patrimonial:** As variações decorrem substancialmente da marcação a mercado dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa relacionados à exposição cambial, conforme apresentado abaixo:

	Atribuível aos acionistas controladores
Em 1º de janeiro de 2024	(127.625)
*Hedge accountin*g operacional	(779.299)
Tributos diferidos	264.962
Outros resultados abrangentes	(13.693)
Outros resultados abrangentes	(528.030)
Em 31 de dezembro de 2024	(655.655)
Em 1º de janeiro de 2025	(655.655)
*Hedge accountin*g operacional	465.640
Realização de reserva *de hedge accountin*g operacional (nota 5.1)	163.543
Tributos diferidos	(213.922)
Outros resultados abrangentes	415.261
Em 31 de dezembro de 2025	(240.394)

(e) Lucro (prejuízo) básico por ação: É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

28. Gestão de risco socioambiental

A Companhia e suas controladas atuam em diversas atividades e estão sujeitas a inúmeras leis ambientais nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, incluindo aqueles que regulam a descarga de materiais no meio ambiente, que obrigam a remoção e limpeza, evitando a contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. A Companhia e suas controladas realizam periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registram com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. A Companhia monitora continuamente seus riscos socioambientais, avaliando potenciais impactos sobre operações, obrigações ambientais e estimativas de remediação, assegurando que mudanças regulatórias ou operacionais sejam refletidas tempestivamente em suas premissas contábeis. **28.1 Questões atreladas às mudanças climáticas:** Tendo em vista a natureza das operações da Companhia, existe exposição inerente a questões provenientes de mudanças climáticas. Adicionalmente, os ativos da Companhia, notadamente, os ativos imobilizados (Nota 19) e intangíveis (Nota 20), podem ser impactados por mudanças climáticas, principalmente em relação às suas respectivas recuperabilidades ("*impairment*"), às quais foram avaliadas no contexto da elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas questões significativas que pudessem alterar estimativas e pressupostos, atrelados ao clima nas operações da CBA. Abaixo estão os principais dados e premissas de riscos destacados pela Administração: **(i) Risco de transição:** Legais e políticos: precificação de carbono e taxas de fronteira sobre o alumínio; Tecnológicos: indisponibilidade de tecnologias para redução de emissões de gases de efeito estufa frente à crescente demanda por alumínio de ba

continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e suas controladas possuem dívidas atreladas a indexadores e denominadas predominantemente em dólares, podendo afetar seu fluxo de caixa. A Companhia e suas controladas seguem as diretrizes definidas na Política Financeira aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como determina indicadores de mensuração e acompanhamento, onde estabelece que se deve monitorar cada fator de risco de mercado e pode-se contratar instrumentos derivativos visando atenuar os efeitos adversos destes riscos. De acordo com esta Política, os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção financeira e mitigação de riscos são: *swaps*, compra de opções de compra (*calls*), compra de opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros de moedas, juros ou *commodities* e contratos a termo de moedas, juros ou *commodities* (NDF - *Non-Deliverable Forward*). A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos financeiros para fins especulativos. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** O Real (R$) é a moeda funcional da Companhia, e todos os esforços do processo de gestão de riscos de mercado têm como objetivo a proteção da volatilidade do fluxo de caixa nesta moeda, a redução da exposição cambial e a preservação da capacidade de pagamento de obrigações financeiras. Essa proteção é contratada acompanhando-se a exposição cambial líquida. Neste sentido, a Política Financeira destaca que é permitida a contratação de derivativos com o objetivo de diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, reduzir a exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas da Companhia. Desta forma, para reduzir a exposição cambial oriunda predominantemente da receita futura atrelada à dólares norte-americanos, a Companhia utiliza instrumentos derivativos conforme aprovados em sua Política Financeira para colocar seus contratos operacionais e dívidas em reais na mesma moeda de sua receita, obtendo, assim, uma exposição cambial à dólares norte-americanos menor (a exposição cambial é igual às receitas, caixa e aplicações e outras entradas em dólar norte-americano menos os custos, despesas, dívidas e derivativos na mesma moeda). Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Ativos em moeda estrangeira					
Caixa e equivalentes de caixa	11	391.986	641.062	423.061	685.825
Instrumentos financeiros derivativos	29.2 (d)	520.748	163.454	546.339	178.625
Contas a receber de clientes		126.423	56.016	134.346	67.472
		1.039.157	860.532	1.103.746	931.922
Passivos em moeda estrangeira					
Empréstimos e financiamentos (i)		2.560.010	3.186.459	2.581.907	3.212.061
Instrumentos financeiros derivativos	29.2 (d)	727.411	806.008	727.411	806.008
Fornecedores		62.634	85.493	66.216	88.391
		3.350.055	4.077.960	3.375.534	4.106.460
Exposição líquida		**(2.310.898)**	**(3.217.428)**	**(2.271.788)**	**(3.174.538)**

(i) Os custos de captação não são considerados nesta tabela. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros e índices de inflação:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, aplicações do caixa, empréstimos, financiamentos e derivativos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros e índices de inflação afetando o fluxo de caixa da Companhia. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Política Financeira estabelece diretrizes e normas para a proteção contra oscilações de taxas de juros e índices de inflação que afetam o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas. Com base nas exposições projetadas (advindas de contratos operacionais ou de dívida) para os principais indexadores de taxa de juros e índices de inflação (principalmente CDI, IPCA, SOFR e Euribor), a Tesouraria elabora propostas para contratação de *hedge*, quando aplicável, e as submete à aprovação da Diretoria ou do Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Companhia. Tais propostas de *hedge* podem considerar a troca de indexadores em posição ativa de juros e índices de inflação por outros indexadores ou taxas pré-fixadas em posição passiva na própria moeda ou em outra moeda. **(iii) Risco do preço de *commodities:*** A Política Financeira estabelece diretrizes para o monitoramento e proteção contra oscilações de preços de *commodities*, tanto na receita quanto nos custos, que afetam os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas operacionais. As exposições a cada *commodity* consideram as projeções mensais de produção e vendas, bem como o volume de compras de insumos e metais. **(b) Risco de crédito:** Os instrumentos financeiros derivativos, *time deposits*, CDBs, operações compromissadas com lastro em debêntures e títulos públicos federais criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem definido em sua Política Financeira que é necessário considerar apenas contrapartes financeiras que possuam ao menos avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) para operações *onshore* ou "BBB-" (em escala global) para operações *offshore*, ou equivalente. Adicionalmente, a Política Financeira define limites de alocação por contraparte levando em consideração o *rating*, a concentração e percentual do patrimônio líquido de cada entidade. As contrapartes que não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações via modelo de "Monte Carlo", do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato com cada contraparte. A utilização da metodologia segue diretrizes definidas na Política Financeira. A nota 10 apresenta a classificação dos ativos financeiros por *rating*. **(c) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa. A tabela a seguir apresenta os principais passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento (período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento). Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa futuros, que incluem os juros a incorrer, motivo pelo qual esses valores não podem ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, arrendamentos e uso do bem público.

Controladora

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	422.327	575.140	2.235.079	3.000.795	64.834	6.298.175
Instrumentos financeiros derivativos	140.059	362.409	6.810	414.871		924.149
Salários e encargos sociais	186.231					186.231
Obrigação para desmobilização de ativos	43.933	64.594	55.343	202.375	543.003	909.248
Arrendamentos	64.593	75.938	43.068	32.156	133.897	349.652
Risco sacado a pagar	147.602					147.602
Fornecedores	860.619					860.619
Uso do bem público - UBP	104.692	229.154	258.294	795.211	753.444	2.140.795
Contratos futuros de energia	81.009					81.009
Partes relacionadas		56.201				56.201
	2.051.065	1.363.436	2.598.594	4.445.408	1.495.178	11.953.681

Controladora

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	402.030	432.070	3.464.836	2.051.011	60.986	6.410.933
Instrumentos financeiros derivativos	211.795	522.753	308.450	176.603		1.219.601
Salários e encargos sociais	198.349					198.349
Obrigação para desmobilização de ativos	38.477	53.486	39.076	214.323	563.308	908.670
Arrendamentos	52.056	55.107	40.196	35.457	134.969	317.785
Risco sacado a pagar	167.107					167.107
Fornecedores	931.156					931.156
Uso do bem público - UBP	105.993	245.371	277.913	750.857	930.809	2.310.943
Contratos futuros de energia	113.388	301.378	136.199			550.965
Partes relacionadas		61.631				61.631
	2.220.351	1.671.796	4.266.670	3.228.251	1.690.072	13.077.140

Consolidado

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	427.208	579.908	2.248.707	3.019.152	75.317	6.350.292
Instrumentos financeiros derivativos	140.059	362.409	6.810	414.871		924.149
Salários e encargos sociais	208.167					208.167
Obrigação para desmobilização de ativos	45.183	81.575	64.612	252.045	997.854	1.441.269
Arrendamentos	67.918	79.877	43.068	32.156	133.897	356.916
Risco sacado a pagar	217.879					217.879
Fornecedores	1.086.548					1.086.548
Uso do bem público - UBP	104.692	229.154	258.294	795.211	753.444	2.140.795
Contratos futuros de energia	81.009					81.009
Partes relacionadas		64.488				64.488
	2.378.663	1.397.411	2.621.491	4.513.435	1.960.512	12.871.512

Consolidado

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	407.346	1.081.537	2.835.416	2.073.312	74.823	6.472.434
Instrumentos financeiros derivativos	211.795	522.753	308.450	176.603		1.219.601
Salários e encargos sociais	220.924					220.924
Obrigação para desmobilização de ativos	39.727	70.467	48.345	263.992	1.018.159	1.440.690
Arrendamentos	55.460	60.885	40.418	35.457	134.969	327.189
Risco sacado a pagar	178.467					178.467
Fornecedores	1.123.994					1.123.994
Uso do bem público - UBP	105.993	245.371	277.913	750.857	930.809	2.310.943
Contratos futuros de energia	113.388	301.378	136.199			550.965
Partes relacionadas		72.345				72.345
	2.457.094	2.354.736	3.646.741	3.300.221	2.158.760	13.917.552

29.2 Instrumentos financeiros derivativos: Política contábil: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de celebração do contrato e são subsequentemente mensurados pelo seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende se o derivativo é designado ou não como instrumento de *hedge* (*hedge accounting*). No caso de designação, o método utilizado varia conforme a natureza do item protegido pelo *hedge*. No período, não houve reconhecimento de inefetividade de hedge, bem como não houve descontinuação de nenhuma relação de hedge. Todo o valor acumulado em Outros Resultados Abrangentes (OCI) preveniente dos hedges mencionados abaixo encontra-se apresentado na Demonstração do Resultado Abrangente. **(a) Instrumentos financeiros não designados em *hedge accounting:*** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para redução da exposição cambial e às taxas de juros. Os instrumentos abaixo não foram designados como *hedge accounting*. **Instrumentos de proteção de empréstimos e financiamentos** - instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de transformar as taxas flutuantes em IPCA ou CDI em reais, bem como Euribor em euros para taxas fixas em dólares, casando parcialmente a moeda das despesas financeiras e amortização das dívidas com a da receita, reduzindo então a exposição cambial ao dólar. A proteção é realizada por meio de *swaps*. Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de "Resultado financeiro líquido". **Instrumentos de proteção de contratos operacionais de energia** - instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de transformar as taxas flutuantes em IPCA em reais dos contratos operacionais da Companhia para taxas fixas em dólares, casando parcialmente a moeda dos contratos operacionais com a da receita, reduzindo a exposição cambial ao dólar, bem como a exposição ao IPCA. A proteção é realizada por meio de *swaps*. Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos no resultado do período na rubrica de "Resultado financeiro líquido". **(b) Hedge de fluxo de caixa:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade dos fluxos de caixa em reais e a exposição ao risco de taxas de juros, a Companhia designa instrumentos financeiros, instrumentos financeiros derivativos como instrumentos de proteção para fins de *hedge accounting*. **Instrumentos de proteção de contratos operacionais de energia** - A Companhia celebrou contratos de *swap* de energia, no 1º trimestre de 2023, sem impacto de volume no balanço energético, com prazo de 6 anos findos em dezembro de 2028. Os referidos contratos de *swap* foram firmados com objetivo de reduzir a exposição de risco da Companhia em relação a um contrato de energia já existente ("contrato original"), no prazo remanescente do contrato, trocando, portanto, a exposição de IPCA e IGP-M (indexadores do contrato original) por valores fixos expressos em dólar. Adicionalmente, os contratos de *swap* modificaram o impacto líquido de fluxo de caixa quando avaliados conjuntamente com o contrato original. **Nota de Crédito à Exportação (NCE) dolarizada** - Visando a proteção do fluxo de caixa futuro proveniente das receitas dolarizadas (dado que os preços são negociados com base nos preços da bolsa de Londres LME - em dólares por tonelada), a Companhia designou passivos financeiros não derivativos em moeda estrangeira em *hedge accounting*. A parcela efetiva da variação cambial das operações designadas e qualificadas como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes", sendo transferida ao resultado apenas no momento da realização da receita ("objeto de hedge") na rubrica "Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados", nas datas de designação em 2025, 2026, 2027 e 2029. O valor reclassificado para resultado relativo à realização no período de 2025 foi de R$163.543. **Fontes de inefetividade do hedge:** As potenciais fontes de inefetividade da relação de hedge incluem, principalmente: • Diferenças de prazo entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge; • Alterações nas curvas futuras dos indexadores IPCA, IGP-M e USD; • Efeitos de liquidez associados a determinados indexadores, especialmente o IGP-M; e • Utilização de premissas e fatores não observáveis na mensuração do valor justo. **Base para mensuração da inefetividade:** As mudanças no valor justo do instrumento de hedge e do item objeto de hedge, utilizadas como base para o cálculo da inefetividade, consideram, entre outros fatores: • Projeções futuras de IPCA, IGP-M e USD; • Taxas de desconto aplicáveis aos fluxos de caixa estimados; e • Volumes e prazos contratuais específicos. No período, não foram identificadas inefetividades, não havendo impactos no resultado decorrentes de inefetividade de hedge. **(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado por meio de modelos consagrados de precificação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço patrimonial. Todas as operações de instrumentos financeiros derivativos foram realizadas em mercados de balcão. **(d) Efeitos dos derivativos no balanço patrimonial, resultado financeiro e fluxo de caixa:** A seguir são apresentados os instrumentos financeiros derivativos e os objetos protegidos:

Controladora

2025

		Valor principal		2024	Valor justo				2025
Programas	Unidade original	2025	2024	Total (líquido entre ativo e passivo)	Custo do produto vendido	Resultado financeiro	Outros resultados abrangentes	Perda (ganho) realizados	Total (líquido entre ativo e passivo)
Instrumentos derivativos não designados em *hedge accounting*									
Proteção de empréstimos e financiamentos									
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	BRL mil	1.455.000	425.000	(54.074)		123.724		(60.690)	8.960
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD	BRL mil	90.904	102.991	(45.517)		13.411		905	(31.201)
Swaps taxa flutuante em EUR vs. taxa fixa em USD	EUR mil	44.000				(119)		2.218	2.099
Proteção de contratos operacionais de energia									
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD	BRL mil	463.637	524.084	55.607		63.916		(23.884)	95.639
Instrumentos derivativos designados em *hedge accounting*									
Proteção de contratos operacionais de energia									
Swaps taxa flutuante em IPCA/IGPM vs. taxa fixa em USD (i)	BRL mil	789.796	1.097.669	(598.570)	(72.540)	(36.069)	260.375	164.644	(282.160)
				(642.554)	(72.540)	164.863	260.375	83.193	(206.663)
Ativo circulante				44.086					138.317
Ativo não circulante				119.368					382.431
Passivo circulante				(196.848)					(138.665)
Passivo não circulante				(609.160)					(588.746)
				(642.554)					(206.663)

		Valor principal		2024	Valor justo				2025
Programas	Unidade original	2025	2024	Total (líquido entre ativo e passivo)	Custo do produto vendido	Resultado financeiro	Outros resultados abrangentes	Perda (ganho) realizados	Total (líquido entre ativo e passivo)
Instrumentos derivativos não designados em *hedge accounting*									
Proteção de empréstimos e financiamentos									
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	BRL mil	1.455.000	425.000	(54.074)		123.724		(60.690)	8.960
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD	BRL mil	90.904	102.991	(45.518)		13.411		906	(31.201)
Swaps taxa flutuante em EUR vs. taxa fixa em USD	EUR mil	44.000				(119)		2.219	2.100
Proteção de contratos operacionais de energia									
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD	BRL mil	586.176	668.348	70.779		80.780		(30.330)	121.229
Instrumentos derivativos designados em *hedge accounting*									
Proteção de contratos operacionais de energia									
Swaps taxa flutuante em IPCA/IGPM vs. taxa fixa em USD (i)	BRL mil	789.796	1.097.669	(598.570)	(72.540)	(36.069)	260.375	164.644	(282.160)
				(627.383)	(72.540)	181.727	260.375	76.749	(181.072)
Ativo circulante				47.607					144.522
Ativo não circulante				131.018					401.817
Passivo circulante				(196.848)					(138.665)
Passivo não circulante				(609.160)					(588.746)
				(627.383)					(181.072)

(i) O valor principal do instrumento de *hedge accounting* foi estimado com base no valor justo do contrato pela variação dos índices futuros de mercado, trazido a valor presente pela taxa livre de risco, apresentou impacto positivo de R$260.375 registrado na rubrica de "Outros resultados abrangentes". A realização do *swap* e do *hedge accounting*, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, geraram um efeito líquido de R$72.540, classificados em "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados".

Controladora

Valor justo por vencimento

Programas	Unidade	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Instrumentos derivativos não designados em *hedge accounting*									
Proteção de empréstimos e financiamentos									
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	BRL mil	115.260	78.500	69.522	60.507	50.307	(77.094)	(288.042)	
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD	BRL mil	(4.969)	(5.063)	(5.003)	(3.189)	(3.097)	(2.963)	(2.816)	(4.101)
Swaps taxa flutuante em EUR vs. taxa fixa em USD	EUR mil	(5.075)	(2.838)	(621)	(525)	855	1.533	2.052	6.718
		105.216	70.599	63.898	56.793	48.065	(78.524)	(288.806)	2.617
Proteção de contratos operacionais de energia									
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em USD	BRL mil	23.058	18.924	15.571	12.751	10.167	8.179	6.546	443
Instrumentos derivativos designados em *hedge accounting*									
Proteção de contratos operacionais de energia									
Swaps taxa flutuante em IPCA/IGPM vs. taxa fixa em USD	BRL mil	(84.691)	(92.671)	(104.798)					
		(61.633)	(73.747)	(89.227)	12.751	10.167	8.179	6.546	443
		43.583	(3.148)	(25.329)	69.544	58.232	(70.345)	(282.260)	3.060

Consolidado

Valor justo por vencimento

Programas	Unidade	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Instrumentos derivativos não designados em *hedge accounting*									
Proteção de empréstimos e financiamentos									
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	BRL mil	115.260	78.500	69.522	60.507	50.307	(77.094)	(288.042)	
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD	BRL mil	(4.969)	(5.063)	(5.003)	(3.189)	(3.097)	(2.963)	(2.816)	(4.101)
Swaps taxa flutuante em EUR vs. taxa fixa em USD	EUR mil	(5.075)	(2.838)	(621)	(525)	855	1.533	2.052	6.719
		105.216	70.599	63.898	56.793	48.065	(78.524)	(288.806)	2.618
Proteção de contratos operacionais de energia									
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em USD	BRL mil	29.263	24.011	19.977	16.162	12.876	10.344	8.264	332
Instrumentos derivativos designados em *hedge accounting*									
Proteção de contratos operacionais de energia									
Swaps taxa flutuante em IPCA/IGPM vs. taxa fixa em USD	BRL mil	(84.691)	(92.671)	(104.798)					
		(55.428)	(68.660)	(84.821)	16.162	12.876	10.344	8.264	332
		49.788	1.939	(20.923)	72.955	60.941	(68.180)	(280.542)	2.950

29.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade: A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em aberto, de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. Os principais fatores de risco são a exposição à flutuação do dólar, euro, CDI, IPCA, SOFR, TJLP, IGP-M, EURIBOR e preço de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia. Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo: **Cenário I -** considera variação de + ou - 25% nas curvas de mercado em 31 de dezembro de 2025; **Cenário II -** considera variação de + ou - 50% nas curvas de mercado em 31 de dezembro de 2025.

Controladora

Impactos no resultado

Cenários I & II

Fatores de Risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Contratos futuros de energia	Preços em 31/12/2025	-25%	-50%	+25%	+50%
Câmbio										
USD	391.986	2.217.229	3.638.465	BRL Mil		5,5024	1.388.849	2.777.697	(1.388.849)	(2.777.697)
EUR		284.668	284.645	BRL Mil		6,4692	955	1.910	(955)	(1.910)
Taxas de juros										
BRL - CDI	641.135	1.496.278	1.455.000	BRL Mil		14,90%	(35.577)	(71.615)	35.054	69.540
BRL - IPCA	23.258	143.809	936.731	BRL Mil		4,26%	(69.675)	(138.130)	70.843	142.813
USD - SOFR		275.158		BRL Mil		3,64%	2.502	5.005	(2.502)	(5.005)
BRL - TJLP		110.391		BRL Mil		9,07%	2.503	5.006	(2.503)	(5.006)
BRL - IGPM			571.722	BRL Mil		-1,05%	(104.753)	(209.506)	104.753	209.506
EUR - EURIBOR		284.668	284.645	BRL Mil		2,11%	(6.476)	(12.953)	6.476	12.953
MtM de energia elétrica										
Valor justo (ii)				BRL Mil	(257.075)		(107.640)	(215.279)	107.640	215.279

Consolidado

Impactos no resultado

Cenários I & II

Fatores de Risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Contratos futuros de energia	Preços em 31/12/2025	-25%	-50%	+25%	+50%
Câmbio										
USD	423.061	2.239.126	3.763.257	BRL Mil		5,5024	1.411.868	2.823.736	(1.411.868)	(2.823.736)
EUR		284.668	284.645	BRL Mil		6,4692	955	1.910	(955)	(1.910)
Taxas de juros										
BRL - CDI	939.222	1.496.278	1.455.000	BRL Mil		14,90%	(46.681)	(93.823)	46.157	91.748
BRL - IPCA	23.258	143.809	1.061.523	BRL Mil		4,26%	(73.792)	(146.198)	75.133	151.572
USD - SOFR		275.158		BRL Mil		3,64%	2.502	5.005	(2.502)	(5.005)
BRL - TJLP		110.391		BRL Mil		9,07%	2.503	5.006	(2.503)	(5.006)
BRL - IGPM			571.722	BRL Mil		-1,05%	(104.753)	(209.506)	104.753	209.506
EUR - EURIBOR		284.668	284.645	BRL Mil		2,11%	(6.476)	(12.953)	6.476	12.953
MtM de energia elétrica										
Valor justo (ii)				BRL Mil	(257.075)		(107.640)	(215.279)	107.640	215.279

(i) Os saldos apresentados não conciliam com a nota explicativa pois para a análise de sensibilidade não são considerados os custos de captação; (ii) A sensibilidade para o MtM de Energia considera variações na curva DCIDE, sendo os cenários ajustados respeitando os limites mínimo e máximo do Preço de liquidação das diferenças ("PLD") praticados para 2025, conforme divulgado pela ANEEL.

30. Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

Política contábil: As compras e vendas normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado, onde os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro líquido" no período em que ocorrem. **(a) Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual eles foram adquiridos e determina a classificação destes no seu reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias: **(i) Custo amortizado:** Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais e para os quais os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(ii) Valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros que uma entidade administra com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda de tais ativos e ativos financeiros que não geram fluxos de caixa que sejam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é realizado de acordo com os fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros. As condições contratuais do ativo financeiro geram crescimento em datas específicas para os fluxos de caixa, representados por pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização: **Ativos financeiros** - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. **Passivos financeiros** - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi utilizado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, de acordo com as taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares. A Companhia divulga as mensurações do valor justo de acordo com a seguinte hierarquia de níveis: (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) (nível 2); (iii) Informações para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis, para os quais o valor justo é determinado com base em técnicas de avaliação específicas (nível 3). Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado, na prática se equivalem ao valor justo. Em contrapartida, os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo foram classificados nos níveis 1, 2 e 3 de hierarquia do valor justo, conforme demonstrado a seguir:

	Nota	Nível	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativos						
Ao custo amortizado						
Contas a receber de clientes	13		604.144	455.596	632.225	493.535
Dividendos a receber	16		8.447	792	10.496	10.840
Partes relacionadas	16		45.193	43.634	57.072	55.115
			657.784	500.022	699.793	559.490
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	11	1	648.226	629.351	777.440	698.484
Caixa e equivalentes de caixa	11	2	326.345	188.392	490.795	443.481
Aplicações financeiras	12	1	64.505	207.691	70.570	229.693
Aplicações financeiras	12	2	5.071	138.360	38.674	155.429
Instrumentos financeiros derivativos	29.2 (d)	2	520.748	163.454	546.339	178.625
			1.564.895	1.327.248	1.923.818	1.705.712
			2.222.679	1.827.270	2.623.611	2.265.202
Passivos						
Ao custo amortizado						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22 (a)		4.235.100	4.582.669	4.275.530	4.629.378
Arrendamentos			207.838	171.449	219.399	183.726
Risco sacado a pagar	23		147.602	167.107	217.879	178.467
Fornecedores			860.619	931.156	1.086.548	1.123.994
Dividendos a pagar	16		28.747		47.283	
Partes relacionadas	16		56.201	61.631	64.488	72.345
			5.536.107	5.914.012	5.911.127	6.187.910
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos	29.2 (d)	2	445.251	207.438	445.251	207.438
Contratos futuros de energia	17	2	257.075	550.965	257.075	550.965
			702.326	758.403	702.326

continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30.1 Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

31. Seguros

A Companhia e suas subsidiárias mantêm em vigor seguros de riscos patrimoniais, responsabilidade civil, lucros cessantes, dentre outros. Tais apólices possuem coberturas e limites considerados pela Administração da Companhia como adequados ao porte e riscos inerentes à natureza de suas atividades. As principais coberturas são:

		2025
Apólice	**Tipo de cobertura**	**Limite máximo de indenização**
Patrimonial	Danos materiais e lucros cessantes para o patrimônio	850.000
Responsabilidade Civil Geral	Danos causados à terceiros	150.000

32. Eventos subsequentes

Nova captação de empréstimos: Em janeiro de 2026, a Companhia firmou um novo contrato junto ao BNDES no montante de R$ 715.977 que permite o financiamento de determinados projetos de Capex. Esse contrato possui 2 tranches com custo de Selic + 1,25%a.a. e Selic + 1,65%a.a. Ambas as tranches possuem vencimento final em fevereiro de 2046. Até o momento desta divulgação não tivemos liberações de recursos atrelados a esta linha de crédito.
Celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações pelo Acionista Controlador: Conforme Fato Relevante divulgado em 29 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu comunicação de seu acionista controlador, Votorantim S.A., informando a celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações com Aluminum Corporation of China Limited (Chalco) e Rio Tinto, tendo por objeto a alienação da totalidade de sua participação acionária na Companhia, correspondente a 68,596% do capital social total e votante. O fechamento da operação, cujo preço base acordado é de R$ 10,50 por ação, está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais em operações dessa natureza, incluindo aprovações concorrenciais e regulatórias no Brasil e no exterior. O fechamento da operação implicará transferência do controle acionário da Companhia aos compradores e a obrigação de realizar Oferta Pública de Aquisição de Ações ("OPA") da participação dos demais acionistas da Companhia. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a operação não havia sido concluída.

DIRETORIA

Luciano Francisco Alves
Diretor Presidente

Camila Abel Correia da Silva
Diretora Financeira e de Relações com Investidores
Renato Maia Lopes
Diretor Jurídico, Governança, Riscos e Compliance

Rogério Minatel
Diretor do Negócio de Produtos Primários e Energia
Roseli Maria de Souza Milagres
Diretora do Negócios de Produtos Transformados e Reciclagem

Andressa Rissato Brolacci Lamana
Diretora de Pessoas e Digital
Albino Mercado Júnior
Diretor de Engenharia e Tecnologia

CONTADOR

Guilherme do Amaral Bortolotto
CRC PR 076267/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Brasileira de Alumínio

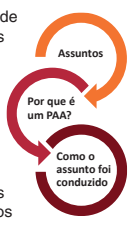
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Brasileira de Alumínio ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos intangíveis de vida útil indefinida (Nota 20.a)

Em 31 de dezembro de 2025. a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R$ 872.825 mil, referente a ativos intangíveis de vida útil indefinida.

Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Companhia estimou o valor recuperável, fundamentado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como o preço médio do alumínio na London Metal Exchange ("LME"), projeções de câmbio, taxa de desconto, entre outras.

Consideramos o teste de *impairment* dos ativos intangíveis um dos Principais Assuntos de Auditoria, em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade.

A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, consequentemente, ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizados nos testes de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida (teste de *impairment).*

Testes de desenho e implementação de certos controles internos associados ao processo de determinação do valor recuperável dos ativos da unidade geradora de caixa, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação das premissas-chave utilizadas na estimativa do valor recuperável.

Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas-chave utilizadas no teste de recuperabilidade dos ativos como a taxa de desconto, o preço futuro do alumínio e as taxas de câmbio, comparando-as com fontes de mercado externas e testes matemáticos sobre os estudos de recuperabilidade dos ativos intangíveis.

Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de *impairment*, assim como as divulgações, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 24.b)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta registrado na Controladora e no Consolidado, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, no valor de R$ 308.753 mil.

Esses saldos de impostos diferidos ativos são registrados contabilmente com base na existência de probabilidade razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros para a realização desses ativos não circulantes.

A Companhia efetua as projeções de lucros tributáveis futuros que requer o uso de estimativas e julgamento na determinação das principais premissas em seu planejamento estratégico. Caso aplicável, provisão para perdas ao valor recuperável desses impostos diferidos ativos são registrados contabilmente.

A Companhia efetua as projeções de lucros tributáveis futuros que requer o uso de estimativas e julgamento na determinação das principais premissas em seu planejamento estratégico. Caso aplicável, provisão para perdas ao valor recuperável desses impostos diferidos ativos são registrados contabilmente.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e às estimativas e julgamentos utilizados pela administração na determinação do valor recuperável desses impostos diferidos ativos, à complexidade inerente a esse processo e o modelo matemático das projeções, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria nesse exercício sendo examinado por nós.

Como resposta de auditoria efetuamos os seguintes procedimentos:

Obtivemos a análise de recuperabilidade dos tributos diferidos ativos preparada pela administração da Companhia e verificamos que as principais premissas guardam relação com o plano de negócios de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração.

Testes de desenho e implementação de certos controles internos associados ao processo de determinação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação das premissas-chave utilizadas na estimativa do valor recuperável.

Avaliamos, com o apoio dos nossos especialistas na área de finanças corporativas, a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, que inclui o preço médio do alumínio na London Metal Exchange ("LME"), assim como projeções de câmbio e testes sobre o modelo matemático das projeções.

Efetuamos a comparação com os dados utilizados na projeção com dados históricos, do setor e de mercado, bem como realizamos análise de sensibilidade sobre a projeção elaborada pela administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação dos tributos diferidos, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") (Nota 15)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado no grupo de tributos a recuperar, os montantes de R$ 502.755 mil e R$ 546.190 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente, oriundos de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

A realização desses tributos está diretamente associada à efetividade do plano de escoamento de créditos da sociedade, os quais consistem principalmente em (i) geração de débitos a pagar no futuro que poderão ser compensados com os referidos tributos a recuperar; (ii) habilitação e venda de créditos de ICMS para empresas do próprio grupo ou terceiras; (iii) obtenção de regime especial tributário junto ao estado de São Paulo para a suspensão de ICMS nas operações de importações de determinados insumos, de modo a evitar futuro acúmulo.

Devido à magnitude dos montantes envolvidos, complexidade do processo de mensuração das projeções de recuperabilidade dos tributos futuros, os quais se baseiam em estimativas e premissas cuja realização pode ser afetada por condições de mercado e cenários econômicos incertos, assim como, pela complexidade da legislação tributária brasileira, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

Avaliação da origem dos créditos, natureza dos insumos, seu registro e declaração para as autoridades fazendárias nos livros fiscais.

O entendimento da metodologia de cálculo e principais premissas para avaliação da recuperabilidade do saldo de ICMS.

Com o apoio de nossos especialistas internos em tributos, efetuamos a discussão sobre os critérios e premissas adotados pela Administração para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS.

Avaliação e julgamento sobre as possibilidades de escoamento apresentadas pela administração e sua aplicabilidade.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros designados como hedge accounting (Nota 292)

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de minimizar a volatilidade dos índices e taxas em seus fluxos de caixa.

Para atingir seus objetivos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros não derivativos e designa como instrumento de hedge na aplicação da política de contabilidade de proteção (*hedge accounting*), realizando periodicamente, testes de efetividade sobre as relações de hedge designadas.

A designação desses instrumentos financeiros como *hedge accounting*, assim como a mensuração de sua efetividade, requerem o cumprimento de certas obrigações formais, julgamentos em relação à proteção efetiva do risco de variação cambial e ao alinhamento dos objetivos de proteção à sua estratégia de gestão de riscos do negócio.

Dada a complexidade envolvida na designação e periódica mensuração da efetividade das relações de contabilidade de proteção mantidas pela Companhia, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideram, entre outros:

Entendimento do processo e dos controles internos relacionados à contabilidade de proteção (*hedge accounting*). Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos a suficiência da documentação preparada pela Companhia que suporta a designação dos instrumentos de proteção como *hedge accounting*, especificamente as designações contendo as descrições de todas as estratégias e metodologias utilizadas para mensuração de efetividade.

Revisão da efetividade das relações de *hedge accounting* e a reciclagem dos montantes contabilizados em outros resultados abrangentes, os quais afetaram o resultado do exercício.

Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia envolvendo as transações de *hedge accounting.*

Com base nas evidências obtidas, consideramos aceitáveis as designações mantidas como contabilidade de proteção (*hedge accounting*) no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards),* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. 0 risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 4 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador - CRC 1SP196994/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código EFC5-A9F7-2950-7B94.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código EFC5-A9F7-2950-7B94.

Five Trilhos - Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.536.951/0001-03

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo, 05 de março de 2026. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**24.167**	**22.557**
Caixas e equivalentes de caixa	6	8.843	3.743
Aplicações financeiras	6	8.699	12.604
Contas a receber das operações	7.1	5.941	5.677
Contas a receber de partes relacionadas	9	257	280
Tributos a recuperar		425	251
Despesas antecipadas		2	2
Não circulante		**14.211**	**14.500**
Realizável a longo prazo			
Contas a receber das operações	7.1	11	-
Imobilizado	10	14.200	14.500
Total do Ativo		**38.378**	**37.057**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**7.403**	**6.230**
Fornecedores		3	97
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	65	90
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.590	1.221
Impostos e contribuições a recolher		183	129
Obrigações sociais e trabalhistas		-	38
Dividendos a pagar		204	-
Receitas antecipadas	11	5.358	4.655
Não circulante		**12.165**	**14.303**
Receitas antecipadas	11	12.165	14.303
Patrimônio Líquido	12	**18.810**	**16.524**
Capital social		7.100	7.100
Reserva de lucros		1.420	1.420
Dividendo adicional proposto		10.290	8.004
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**38.378**	**37.057**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de lucro - Legal	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		**7.100**	**1.420**	**7.674**	**-**	**16.194**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	26.004	26.004
Dividendos adicionais propostos em 27 de março de 2024		-	-	(7.674)	-	(7.674)
Destinações:						
Distribuição de dividendos intermediários em 23 de outubro de 2024		-	-	-	(18.000)	(18.000)
Dividendo adicional proposto		-	-	8.004	(8.004)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**7.100**	**1.420**	**8.004**	**-**	**16.524**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	36.290	36.290
Dividendo adicional proposto em 15 de abril de 2025	12.4	-	-	(8.004)	-	(8.004)
Destinações:						
Distribuição de dividendos intermediários em 23 de outubro de 2025	12.4	-	-	-	(26.000)	(26.000)
Dividendo adicional proposto	12.4	-	-	10.290	(10.290)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**7.100**	**1.420**	**10.290**	**-**	**18.810**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	13	**41.099**	**35.217**
Custos dos serviços prestados		**(1.305)**	**(1.440)**
Depreciação	10	(1.087)	(1.085)
Custo com pessoal		(218)	(355)
Lucro bruto		**39.794**	**33.777**
Despesas operacionais		**(959)**	**(5.001)**
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(441)	(375)
Serviços		(261)	(125)
Indenizações		-	(4.167)
Perdas com clientes		-	(71)
Reversão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	6	(80)
Limpeza		(121)	(63)
Comissão de vendas		(85)	(96)
Editais e publicações		(14)	(10)
Gastos compartilhados de alugueis		(20)	(11)
Outras receitas (despesas) operacionais		(23)	(3)
Resultado antes do resultado financeiro		**38.835**	**28.776**
Resultado financeiro	14	3.184	1.850
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**42.019**	**30.626**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	8.1	(5.729)	(4.622)
Lucro líquido do exercício		**36.290**	**26.004**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**36.290**	**26.004**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**36.290**	**26.004**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		**36.290**	**26.004**
Ajustes por:			
Depreciação	10	1.087	1.085
Baixa do ativo imobilizado	10	-	4.166
Constituição líquida para provisões de riscos cíveis		5	9
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(6)	80
Rendimento de aplicação financeira		(1.122)	(875)
Baixa de investimentos		-	4.167
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(269)	199
Contas a receber de partes relacionadas	9	23	25
Tributos a recuperar		(174)	12
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(94)	83
Fornecedores e outras contas a pagar a partes relacionadas	9	(25)	(157)
Obrigações sociais e trabalhistas		(38)	7
Impostos e contribuições a recolher		5.325	4.242
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(4.902)	(4.030)
Pagamento de provisão para riscos cíveis		(5)	(9)
Receitas antecipadas	11	(1.435)	(1.462)
Indenizações contratuais		-	(4.167)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**34.660**	**29.379**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(787)	(39)
Aplicações financeiras líquidas de resgate		5.027	(5.399)
Caixa líquido proveniente (usado) nas atividades de investimentos		**4.240**	**(5.438)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos a acionistas controladores	16.1	(33.800)	(25.674)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(33.800)**	**(25.674)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**5.100**	**(1.733)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		3.743	5.476
No final do exercício		8.843	3.743
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**5.100**	**(1.733)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia Five Trilhos Administração e Participações S.A. ("Five Trilhos" ou "Companhia"), sediada a Avenida Doutora Ruth Cardoso, n.º 8.501, 5º andar, sala 5, Pinheiros - São Paulo - SP. Constituída em 28 de agosto de 2018, é uma subsidiária integral da sua controladora Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. e tem por objeto social a exploração de atividades alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, decorrentes dos serviços de transporte de passageiros das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro da Rede Metroviária de São Paulo. Tais atividades são permitidas pelo Contrato de Concessão n.º 003/2018, firmado entre a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, inclusive a exploração comercial (i) de espaços destinados à propaganda e publicidade; (ii) de espaços destinados à implantação de lojas, quiosques e demais estruturas de varejo (iii) da rede de infraestrutura e imobiliária das áreas remanescentes; (iv) de estacionamentos; bem como o desenvolvimento de atividades correlatas ou complementares as referidas acima. A concessão tem prazo de 20 anos, contados a partir de 4 de agosto de 2018 que foi a data da emissão de Ordem de Início da Operação Comercial da Linha 5 - Lilás, administrada por sua controladora indireta Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Em 05 de março de 2026, foi autorizada pelo Conselho da Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas: 7.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito; e 15.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. A Companhia aufere receitas decorrentes de aluguel de espaços destinados à implantação de lojas, quiosques e demais estruturas de varejo, aluguel para estacionamentos, propagandas e publicidades, que são reconhecidas mensalmente e alguns contratos possuem repasse mínimo ou remuneração variável cujo modo de aferição é previsto em contrato com medição mensalmente. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 13. **3.2. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuaiss aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.4. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.5. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.6. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. **3.7. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.8. Imposto de renda e contribuição social - Lucro presumido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre 32% da receita operacional bruta da Companhia, com dedução de R$ 20.000 ao mês para imposto de renda e 9% sobre 32% da receita operacional bruta da Companhia para a contribuição social. O lucro presumido é um meio de tributação simplificada, utilizada para determinar a base de cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido de pessoas jurídicas com faturamento limitado até R$ 78.000. O valor do imposto a ser pago é variável, pois a incidência dos impostos depende do tipo de atividade de cada entidade. Para apuração da base de cálculo do lucro presumido são utilizados percentuais padronizados, previamente definidos em lei, os quais são aplicados sobre o montante correspondente à receita operacional bruta da Companhia. **3.9. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos materiais nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025: • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; e • OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO). **3.10. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na Demonstração do Resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da Demonstração do Resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Motiva: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 40 e CPC 48); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 40 e CPC 48). **3.11. Reforma tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 7, 9 e 15. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 9 e 15. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores e receitas antecipadas	5.361	2.139	2.139	2.080	5.807
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	65	-	-	-	-

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	**2025**	**2024**
Caixa e bancos	56	15
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	8.787	3.728
Total	**8.843**	**3.743**
Aplicações financeiras	**2025**	**2024**
Circulante	**8.699**	**12.604**
Aplicações financeiras (a)	8.699	12.604
Total	**8.699**	**12.604**

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo. As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,19% do CDI, equivalente a 14,20% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (95,14% do CDI, equivalente a 10,35% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas

	2025	2024
Circulante	**5.941**	**5.677**
Contas a receber das operações (a)	6.135	5.877
Provisão para perda esperada (b)	(194)	(200)
Não circulante	**11**	**-**
Contas a receber das operações (a)	11	-
Total	**5.952**	**5.677**

(a) Créditos a receber decorrentes de comercialização e veiculação de publicidade de mídia digital e estática, aluguel de espaço comercial, lojas, quiosques e espaço para estacionamento; e (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

***7.2. Aging* do contas a receber**

Idade de vencimentos dos Títulos	**2025**	**2024**
Créditos a vencer	4.387	4.116
Créditos vencidos até 60 dias	1.501	1.530
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	64	31
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	86	43
Créditos vencidos há mais 180 dias	108	157
Total	**6.146**	**5.877**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes com base no lucro presumido. A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Receita bruta	42.656	36.889
(-) Abatimentos	(1)	(336)
Dedução receita bruta	32%	32%
Receita líquida	13.650	11.697
Multa contratual	40	72
Receita financeira	3.230	1.895
Base para imposto de renda e contribuição social	**16.920**	**13.664**
Alíquota do imposto de renda	15%	15%
Imposto de renda lucro presumido	**(2.538)**	**(2.050)**
Dedução da base para IR adicional	(240)	(240)
Base para imposto de renda lucro presumido adicional	**16.680**	**13.424**
Alíquota do imposto de renda adicional	10%	10%
Imposto de renda adicional lucro presumido	**(1.668)**	**(1.342)**
Alíquota da contribuição social lucro presumido	9%	9%
Contribuição social lucro presumido	**(1.523)**	**(1.230)**
Total imposto de renda e contribuição social	**(5.729)**	**(4.622)**

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas. A Companhia tem como seus administradores os mesmos da sua Controladora a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.

	2025			2024		
Saldos	**Controladora indireta**	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora indireta**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Ativo	**-**	**-**	**263**	**263**	**-**	**298**	**298**
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	7	7
Bancos conta movimento	-	-	6	**6**	-	11	11
Contas a receber	-	-	257	**257**	-	280	280
Passivo	**54**	**204**	**11**	**269**	**57**	**33**	**90**
Fornecedores e contas a pagar	54	-	11	**65**	57	33	90
Dividendos a pagar	-	204	-	**204**	-	-	-

	2025			2024		
Transações	**Controladora indireta**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora indireta**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Custos/despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(2)	**(2)**	-	(12)	**(12)**
Repasse de custos e despesas - CSC	(698)	-	**(698)**	(461)	-	**(461)**
Repasse de custos e despesas

uma empresa

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF 29.938.085/0001-35

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Neste exercício, a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaMobilidade" ou "Companhia" ou "Concessionária") continuou enfatizando a implementação do seu modelo de gestão operacional, focando em boas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, como sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no cliente, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **1.2. Apresentação:** A Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A., denominada de ViaMobilidade, com sede em São Paulo, capital, tem como objeto a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros das Linha 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo. A Linha 5 - Lilás é uma linha de Metrô com extensão 20,1 km, 17 estações, 02 Pátios (Capão Redondo e Guido Caloi) e 04 Terminais integrados de ônibus (Capão Redondo, Campo Limpo, Giovanni Gronchi e Santo Amaro/Guido Caloi). A Linha 17 – Ouro é um monotrilho com extensão de 7,7 km, 08 estações elevadas e 01 Pátio (Águas-Espraiadas). **1.3. Contrato de Concessão:** O contrato de concessão foi assinado em 5 de abril de 2018 e tem duração inicial de 20 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos. A concessão foi desmembrada em 4 Fases, sendo: **Fase Pré-Operacional -** iniciou-se a partir da assinatura do Contrato (5 de abril de 2018) e teve duração de 120 dias, tendo em vista que a Linha 5 - Lilás já se encontrava em operação pelo Metrô de São Paulo. Esse período ocorreu para a transição operacional entre o Metrô e a Companhia. **Fase I -** Início da operação comercial da Linha 5 completa (exceto Estação Campo Belo) e dos Terminais de integração intermodal - Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. A Fase I, portanto, iniciou-se em 4 de agosto de 2018 com a operação comercial do trecho entre Capão Redondo e Moema, juntamente com os terminais de integração intermodal - Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. Em 31 de agosto de 2018 foi inaugurada a Estação AACD - Servidor e em 28 de setembro de 2018 foram inauguradas as estações Hospital São Paulo, Santa Cruz e Chácara Klabin. **Fase II -** Iniciou-se em 8 de abril de 2019, com a inauguração da Estação Campo Belo, resultando na operação comercial plena da Linha 5. **Fase III** - Anteriormente estava prevista para novembro de 2019, conforme contrato de concessão, o início da operação comercial da Linha 17, contemplando todas as Estações entre Congonhas/Jardim Aeroporto - Morumbi/CPTM. As obras estão em andamento pelo Governo do Estado, e a previsão é da Concessionária começar a operar a partir do primeiro semestre de 2027. Ainda nesse contrato, temos um investimento previsto que é a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro da Linha 5 - Lilás com a estação Santo Amaro da Linha 9 - Esmeralda da CPTM, visando compatibilizá-la com a demanda e com o atendimento de exigências técnico-operacionais e de segurança. Esta obra iniciou-se em 27 de janeiro de 2020 e foi concluída em maio de 2025. Em 30 de março de 2021, foi celebrado, o Termo Aditivo nº 1 com o Poder Concedente, estabelecendo a possibilidade de se atribuir à Companhia, a responsabilidade pela elaboração dos estudos e execução dos futuros investimentos relacionados à implantação, de forma integral, de trechos de expansão das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo, em condições a serem acordadas por meio de Termo Aditivo próprio, inclusive no que concerne ao reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em 26 de dezembro de 2023, foi celebrado, o Termo Aditivo nº 2 com o Poder Concedente, tendo como objeto exclusivamente o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato que decorre da perda de receita tarifária provocada pela contabilização de demanda real trimestral em patamar inferior a 60% (sessenta por cento) da demanda projetada no período do 1º trimestre de 2020 até o 1º trimestre de 2023, sendo eventual desequilíbrio contratual decorrente dos impactos da variação da demanda sobre os custos pertinentes à prestação do serviço concedido em razão da Pandemia de COVID-19. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 7. Em 21 de junho de 2024, foi celebrado o Termo Aditivo nº 3 com o Poder Concedente, estabelecendo diretrizes específicas para a elaboração dos estudos necessários à extensão da Linha 5 - Lilás até o bairro Jardim Ângela, abrangendo projetos executivos completos, estudos ambientais, de demanda e de utilização de áreas públicas e privadas, a fase de estudos está em andamento e a previsão de assinatura do Contrato é no primeiro semestre de 2026. O Termo visa viabilizar o início das obras em 2026, promovendo a alocação eficiente de riscos e a mitigação de atrasos, garantindo maior eficiência no processo de execução e assegurando benefícios à mobilidade urbana e à qualidade de vida da população. Em agosto de 2025, foi realizada a quitação do saldo integral referente ao Termo Aditivo nº 2, sendo que o recebimento inicialmente estava sendo previsto na tarifa até o final da Concessão, porém, o mesmo foi recebido de forma integral. **1.4. Destaques de 2025:** No âmbito do Reequilíbrio COVID-19, a Companhia recebeu em janeiro uma antecipação no montante de R$ 16.314. Posteriormente, em agosto ocorreu a quitação integral do saldo remanescente, totalizando o recebimento de R$ 113.219. Em maio de 2025 concluímos a Obra na Estação Santo Amaro, que contribuiu para melhoria do nosso atendimento, trazendo benefícios aos nossos passageiros, principalmente pela redução de tempo de deslocamento nesta estação. Em 2025 completamos 7 anos de operação da linha, e em setembro atingimos a marca de 1 Bilhão de passageiros transportados durante todo o período da concessão. Em 2025, em parceria com o Instituto Jô Clemente, foi implementado o projeto-piloto de Linguagem Simples na Estação Hospital São Paulo. A nova sinalização com ícones e explicações acessíveis amplia a autonomia de pessoas com deficiência intelectual, TEA (Transtorno do Espectro Autista), idosos, crianças e passageiros com baixo letramento, reforçando nosso compromisso com inclusão e acessibilidade. E seguindo esse compromisso com a inclusão, também tivemos esse ano a implantação das Rampas de acessibilidade aos trens que facilita o acesso de pessoas com limitação de mobilidade.

2. Desempenho Econômico-Financeiro:

Em R$ Mil	2025	2024	Var %
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	**641.950**	**695.360**	**-7,68%**
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	554.312	558.316	-0,72%
Deduções da Receita Bruta	**-8.628**	**-49**	**17.508,16%**
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	**545.684**	**558.267**	**-2,25%**
(+) Receita de Construção	87.638	137.044	-36,05%
Custos e Despesas (a)	**-459.535**	**-547.252**	**-16,03%**
- Depreciação e Amortização	-60.677	-52.442	15,70%
- Serviços de Terceiros	-83.912	-73.807	13,69%
- Custo da Outorga	-7.078	-5.757	22,95%
- Custo com Pessoal	-157.580	-161.749	-2,58%
- Custo de Construção	-87.638	-137.044	-36,05%
- Outros Custos e Resultados Operacionais	-62.650	-116.453	-46,20%
EBIT ajustado	**173.787**	**148.059**	**17,38%**
Margem EBIT ajustada (b)	**31,85%**	**26,52%**	**20,08%**
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	36.290	26.004	39,56%
EBIT (c)	**210.077**	**174.063**	**20,69%**
Margem EBIT	**27,44%**	**21,29%**	**28,87%**
(+) Depreciação e amortização	60.677	52.442	15,70%
EBITDA (c)	**270.754**	**226.505**	**19,54%**
Margem EBITDA	**42,75%**	**32,58%**	**31,24%**
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial	36.290	26.004	39,56%
EBITDA ajustado	**234.464**	**200.501**	**16,94%**
Margem EBITDA ajustada (d)	**42,97%**	**35,91%**	**19,66%**
Resultado Financeiro Líquido	-61.756	-56.668	8,98%
Resultado de Equivalência Patrimonial	36.290	26.004	39,56%
Lucro Antes do IR & CS	**148.321**	**117.395**	**26,34%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-31.025	-24.180	28,31%
Lucro antes da participação dos minoritários	**117.296**	**93.215**	**25,83%**
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	**117.296**	**93.215**	**25,83%**
Endividamento bruto (e)	**428.597**	**425.673**	**0,69%**
Investimentos (caixa)	**83.227**	**124.916**	**-33,37%**

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação). **Receita líquida:** O principal motivo da queda da receita líquida em 2025 foi a Quitação do Reequilíbrio COVID-19, referente ao Termo Aditivo nº 2 com o Poder Concedente assinado em 2023, que trata do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato que decorre da perda de receita tarifária em razão da Pandemia de COVID-19, o recebimento estava sendo realizado através da tarifa e seria realizado até o final da Concessão, desta forma, em 2024 tivemos o reconhecimento mensal de juros e variação monetária, porém, em agosto de 2025 houve a quitação do saldo integral, R$ 113.219, e assim, deixamos de reconhecer mensalmente juros e variação monetária relacionados ao ativo financeiro, resultando em redução da receita registrada no exercício. Sem considerar o reequilíbrio COVID-19, o crescimento da receita foi de 3%, principalmente devido ao reajuste da tarifa foi de 3,14%, que é calculado pela variação de 85% do IPC e de 15% do reajuste de energia em fevereiro de cada ano. Em relação as deduções da receita, o aumento em 2025 é devido a opção pela CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta), que não ocorreu no ano anterior. **Custos e despesas:** Redução nos custos totais principalmente impactado pela reversão da provisão de IPTU referente exercícios anteriores, no valor de R$ 45 milhões, em função da imunidade aplicável ao pagamento do referido tributo. **Resultado financeiro líquido:** Em 2025, o resultado financeiro apresentou piora em relação ao ano anterior. Embora tenha havido um aumento na receita financeira em função do maior saldo de caixa, decorrente do recebimento da quitação do Reequilíbrio COVID-19, esse efeito positivo foi mais do que compensado pela elevação das despesas financeiras. O principal fator para esse aumento foi a alta dos indicadores aos quais as debêntures estão atreladas, pressionando significativamente o custo da dívida e resultando em um desempenho financeiro inferior ao de 2024. **Imposto de renda e contribuição social:** Em relação ao IR/CSLL corrente tivemos leve redução. E em relação aos impostos diferidos, tivemos um aumento devido ao impacto no resultado pelo estorno da provisão de IPTU. **Investimentos:** O principal investimento realizado no ano de 2025 foi a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro, esta, que foi finalizada nesse ano. **2.1. Dividendos propostos:** Em 2025 a Companhia destacou um total de R$ 14.861 na forma de juros sobre capital próprio aos seus acionistas (R$ 16.273 em 2024).

3. Estratégia e Gestão: 3.1. Governança Corporativa: A Companhia possui estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. **3.2. Governança Corporativa:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

4. ESG: A Sustentabilidade segue como um tema estratégico para a Motiva, orientando a geração de valor para acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade e demais públicos de relacionamento. Em 2025, a Companhia avançou na implementação da Ambição 2035, cuja visão atualizada reflete sua aspiração de longo prazo e está estruturada em quatro eixos principais: Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança Sustentável. Para atuar no eixo de Liderança Sustentável, a Motiva conta com uma Estratégia de Sustentabilidade robusta organizada em 5 pilares: Redução do Risco Climático e da Pegada Ambiental, Gestão Sustentável da Cadeia de Valor, Impacto Positivo na Sociedade, Valorização das Pessoas e Cultura de Integridade e Segurança. Mais informações sobre as metas de cada pilar, status e Governança da Estratégia estão disponíveis em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. Entre os principais marcos, destaca-se a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de 90 alavancas de descarbonização. O estudo identificou três vetores principais para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050: (i) mudança na matriz de transportes para modos mais eficientes; (ii) expansão da eletrificação e uso de soluções *power-to-x*; e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em: Relatório Coalizão Transportes - Completo. Além disso, a Companhia participou da COP 30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Em parceria com atores relevantes, foi estruturada uma agenda estratégica voltada à mitigação e adaptação da infraestrutura de mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A participação foi marcada por diálogo e colaboração com sociedade civil, setor privado e poder público, promovendo discussões sobre descarbonização setorial, proteção da biodiversidade, adaptação climática e cidades sustentáveis e resilientes. Ao longo do evento, a Companhia esteve presente em 27 painéis, dentro e fora da Blue Zone, reforçando seu papel de liderança no setor. Essa atuação evidencia nosso compromisso em antecipar tendências, influenciar políticas públicas e contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono. No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, registrou avanço significativo no Índice *CSA* (*Corporate Sustainability Assessment*) da *S&P Global* em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos mais altos padrões globais. A Motiva segue acompanhando as atualizações de ratings e avaliações externas. Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade, reforçando a governança e a integração dos temas ESG à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas - incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes - disponíveis na seção de Governança de seu site. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade elaborado conforme as referências do *International Integrated Reporting Council* -Relato Integrado (IIRC), Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). A edição mais recente está disponível em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. **4.1. Iniciativas voluntárias:** A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota frameworks internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável. Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento Ambição Net Zero e, em 2025, passou a integrar os Movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais. Também participa da iniciativa Liderança com ImPacto, representada pelo CEO Miguel Setas como porta-voz do ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis. Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa. Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de Sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e as Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável. Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a Companhia é adepta ao CDP, GHG Protocol e à *Science Based Targets Initiative* (SBTi). Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a Companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas *International Financial Reporting Standards* - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórias a partir de 2026. Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos ESG, com transparência e alinhamento às exigências internacionais. **4.2. Meio Ambiente - Principais ações e destaques:** Na Motiva, a gestão ambiental é orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, com foco na redução de impactos negativos e na ampliação dos positivos em nossas operações e cadeia de valor. Essa premissa permeia toda a gestão dos negócios, abrangendo plataformas de rodovias, trilhos e aeroportos, e contribui para a construção de uma economia de baixo carbono. Para isso, a empresa se apoia em diretrizes corporativas, como a Política de Sustentabilidade, lançada em 2025, e a Política de Mudanças Climáticas, além de fortalecer iniciativas locais por meio do Sistema de Gestão Ambiental, um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado. A Estratégia Climática é um tema material para a Motiva, que se destaca no setor ao divulgar planos de adaptação para 100% dos seus ativos. Para esse trabalho, a Motiva analisou os impactos das mudanças climáticas até 2050, considerando dois cenários do IPCC (SSP2-4.5 e SSP3-7.0). Foram avaliados riscos físicos (ondas de calor, seca, incêndios, deslizamentos, ventos fortes, inundações e tempestades) e riscos de transição (mercado, reputacional, regulatório/legal e tecnológico). A análise abrangeu rodovias, estações ferroviárias e aeroportos, identificando concessões mais críticas e estimando impactos financeiros. Tempestades representam a principal ameaça para todos os negócios, seguidas por inundações e deslizamentos em rodovias, e ondas de calor em trilhos e aeroportos. Em 2025, a Companhia definiu aproximadamente 5 mil planos de adaptação para seus ativos com riscos mais críticos identificados, atingindo sua meta com três meses de antecedência. Os próximos passos incluem priorizar ações e incorporá-las aos investimentos da Motiva, com conclusão prevista para o 1º trimestre de 2026 e integração ao orçamento de 2027. No que se refere à mitigação das mudanças climáticas, entre 2025 e 2029, a Motiva implementará um projeto para substituir 130 veículos a diesel por modelos elétricos, híbridos e movidos a etanol. Essa transição resultará em uma redução estimada de 4.734 toneladas de CO_2 e no período, reforçando o compromisso com a mobilidade sustentável. Além disso, como parte da estratégia de compensação, a Motiva adquiriu créditos de carbono provenientes das Reservas Votorantim, seguindo a metodologia PSA Carbonfloor. Foram realizadas duas operações: a primeira com 67 mil créditos e a segunda com aproximadamente 27 mil créditos, garantindo rastreabilidade e integridade ambiental. Em termos de biodiversidade, a Motiva firmou parceria com a SOS Mata Atlântica para restaurar florestas nativas e promover a sustentabilidade. O projeto contempla a recuperação de áreas nas bacias do Médio Tietê e do Médio Paraíba do Sul, com o plantio de aproximadamente 40 mil árvores em 16 hectares. Além de contribuir para a biodiversidade, a iniciativa apoia a captura de carbono da atmosfera, com previsão de 2.574 toneladas de CO_2 até 2032 e 4.196 toneladas até 2035, alinhando-se à estratégia de neutralidade de carbono da empresa. A empresa também apoia a criação de uma unidade de conservação em Lajeado, com 1.290 hectares de restauração florestal e o plantio de 2 milhões de mudas, fortalecendo a proteção da biodiversidade e a captura de carbono. Em 2025, a Companhia reforçou seu compromisso com a sustentabilidade ao aderir à iniciativa global de proteção à biodiversidade liderada pela TNFD (*Taskforce on Nature-related Financial Disclosures*), consolidando sua atuação na gestão de riscos e oportunidades relacionados à natureza. Essa adesão orientará a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN ou NBS - *Nature-Based Solutions*) como estratégia para compensar os impactos do negócio. No primeiro ano, o estudo concentrou-se nas rodovias. Em 2026, será expandido para os trilhos, incluindo a valoração dos impactos e a análise da cadeia de valor para ambos os modais. A Política de Mudanças Climáticas, revisada no final de 2024 e aprovada em 2025, estabelece compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações. Essa política reafirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris. Em linha com essa estratégia, a Motiva também criou sua própria comercializadora de energia elétrica, reforçando a transição para fontes renováveis e a descarbonização das operações. A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos da Motiva, com base nas recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD). Outros destaques e informações podem ser consultados no site: www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. **4.3. Social: 4.3.1. Diversidade & Inclusão (D&I):** Em 2025, a Motiva avançou de forma consistente na consolidação da agenda de Diversidade, Equidade e Inclusão, com foco no fortalecimento da governança, no desenvolvimento de pessoas e na promoção de uma cultura cada vez mais plural, segura e alinhada aos nossos valores. Um dos principais marcos do período foi o início da revisão da Governança de D&I, com a criação do Comitê de Diversidade e Inclusão, formado por lideranças estratégicas e patrocinado pelo C-level, além da atuação da estrutura central de Diversidade, Equidade e Inclusão e dos Grupos de Afinidade nos pilares de gênero, raça e etnia, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, gerações e culturas. Ao longo do ano, foram iniciadas capacitações para os integrantes dessa governança, bem como discussões estruturantes sobre o posicionamento da área, sua estratégia e a construção dos Roadmaps de 2026. No campo do desenvolvimento e do letramento, a Motiva promoveu uma agenda ampla de ações presenciais e institucionais, alcançando diferentes públicos e negócios. Destaque para os ciclos de letramento LGBTQIAPN+ realizados na Companhia impactando um grande número de pessoas colaboradora; rodas de conversa sobre longevidade e qualidade de vida de pessoas 50+; diálogos sobre violência de gênero; encontros dedicados à neurodiversidade e ao capacitismo; além de espaços de escuta e reflexão, como o Clube do Livro e o Café com Impacto. Essas iniciativas contaram com a participação de lideranças e especialistas, como Miguel Setas, CEO da Motiva, Graziella Maso, Diretora de Pessoas, e convidados externos como Fayda Belo e Reinaldo Bulgarelli, ampliando o alcance e a profundidade das discussões. A Motiva também ampliou sua atuação em espaços externos e institucionais relevantes, participando de fóruns e painéis sobre práticas inclusivas, sustentabilidade e equidade racial, como o Brasil Diverso e a Semana da Diversidade da ANTT, reforçando seu posicionamento público e seu compromisso com a transformação social. Como reconhecimento desse trabalho, o Metrô Bahia e a Motiva foram certificados com o Selo de Diversidade Étnico-Racial e o Selo de Diversidade de Igualdade Racial, concedidos pelas Prefeituras de Salvador e São Paulo. As certificações reforçam os princípios da Cultura Motiva e reconhecem os avanços na promoção da equidade racial e na construção de ambientes mais diversos e inclusivos. Ao longo do ano, também foi estruturado o Programa Impulsione - Mentoria Motiva, com edição dedicada a colaboradores negros, incluindo uma vivência presencial no Rio de Janeiro. A iniciativa conecta desenvolvimento profissional, identidade, pertencimento e história, e reflete o amadurecimento da agenda de D&I em 2025, reforçando o compromisso da Motiva em ampliar oportunidades e fortalecer trajetórias. **4.4. Instituto Motiva:** Em 2025, o Instituto Motiva - evolução do Instituto CCR - lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, atuando pelos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Qualidade de Vida, orientando o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas. Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, realizou diagnósticos e desenvolveu planos participativos com lideranças locais, investindo mais de R$ 81,7 milhões em mais de 50 projetos que beneficiaram 2,1 milhões de pessoas, além de ampliar seu compromisso de impacto até 2035 para mais de R$ 1 bilhão. Criado em 2014, o Instituto já destinou cerca de R$ 381,7 milhões a projetos que beneficiaram mais de 18 milhões de pessoas em 550 municípios, consolidando-se como um dos principais investidores sociais do país. Entre as iniciativas, destacam-se o Programa Escolas Baseadas na Natureza, que alcançou mais de 16 mil professores; o Caminhos para a Saúde, que atendeu mais de 27 mil pessoas; o Programa de Voluntariado Corporativo, que engajou mais de 5 mil colaboradores; o Estação Motiva Cultural, que já recebeu mais de 23.300 pessoas; e o Projeto Centenários, que desde 2023 impactou mais de 730 mil pessoas, sendo 550 mil apenas em 2025, homenageando grandes nomes da cultura brasileira e transformando as estações da Linha 4-Amarela em espaços de memória e encontro. Lideramos a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e apresentamos recomendações na COP30, em Belém. Ao final do ano, a Coalizão conquistou os prêmios Aberje e Eco da Amcham, e o Estação Motiva Cultural ficou em segundo lugar no Prêmio CONCERTO. Saiba mais em www.motiva.com.br/instituto/. **4.5. Prêmios e reconhecimentos:** Como reconhecimento, em dezembro de 2025, a Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco elevou a perspectiva do rating da Companhia de positivo para estável, passando para AA+ (classificação de risco financeiro), em relação a 2ª emissão de debêntures. **5. Considerações finais: 5.1. Ágradecimentos:** A Companhia agradece a todos os usuários e acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios. **5.2. Declaração da Diretoria**: A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **5.3. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

São Paulo, 05 de março de 2026.

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**271.454**	**282.241**
Caixa e equivalentes de caixa	6	179.341	107.531
Contas a receber das operações	7.1	1.840	2.395
Contas a receber de partes relacionadas	9	277	400
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	58.478	64.912
Tributos a recuperar		2.968	2.729
Despesas antecipadas		10.499	9.697
Adiantamentos a fornecedores		303	334
Estoques (materiais sobressalentes)		15.551	92.018
Contas a receber de operações com derivativos	19.2	-	1.729
Dividendos a receber	9	204	-
Outros créditos		1.993	496
Não circulante		**979.343**	**983.767**
Realizável a longo prazo			
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	-	137.095
Estoques (materiais sobressalentes)		116.968	23.660
Imposto de renda e contribuição social diferido	8.2	4.828	-
Títulos e valores mobiliários		6.904	-
Depósitos judiciais		49	49
Despesas antecipadas e outros créditos		157	57
Investimentos	10	18.809	16.523
Imobilizado	11	13.995	15.579
Intangível	12	768.192	732.970
Infraestrutura em construção	12	49.285	57.704
Arrendamento		156	130
Total do ativo		**1.250.797**	**1.266.008**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**697.259**	**603.265**
Debêntures	13	175.482	119.708
Fornecedores		12.412	18.448
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	5.504	5.398
Imposto de renda e contribuição social a pagar		31.517	44.047
Impostos e contribuições a recolher		2.202	1.924
Obrigações com o Poder Concedente	20.1	2.038	734
Outras obrigações com o Poder Concedente		2.038	733
Obrigações sociais e trabalhistas	14	23.681	23.892
Provisão de IPTU		-	42.421
Contas a pagar de operações com derivativos	19.2	24.164	24.544
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	9	414.250	317.456
Passivo de arrendamento		143	59
Outras obrigações		3.828	3.901
Não circulante		**289.712**	**415.624**
Debêntures	13	253.115	305.965
Fornecedores		11	178
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	35.925
Obrigações sociais e trabalhistas	14	-	2.535
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	15.1	6.829	5.727
Contas a pagar de operações com derivativos	19.2	28.728	63.809
Passivo de arrendamento		23	76
Outras obrigações		1.006	1.409
Patrimônio líquido	16	**263.826**	**247.119**
Capital social		89.000	89.000
Ajuste de avaliação patrimonial		-	1.154
Reserva de capital		83	494
Reservas de lucros		89.000	89.000
Dividendo adicional proposto		85.743	67.471
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.250.797**	**1.266.008**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital: Plano de Incentivo de Longo Prazo	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros a realizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		**89.000**	**247**	**17.800**	**71.200**	**(222)**	**202.480**	**-**	**380.505**
Transferência para dividendos a pagar conforme deliberados em assembleias		-	-	-	-	-	(202.480)	-	(202.480)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	93.215	93.215
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações		-	247	-	-	-	-	-	247
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	1.376	-	-	1.376
Destinações:									
Juros sobre capital próprio em 23 de outubro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(3.710)	(3.710)
Juros sobre capital próprio em 23 de outubro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(654)	(654)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(10.123)	(10.123)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(1.786)	(1.786)
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	(9.471)	(9.471)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	67.471	(67.471)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**89.000**	**494**	**17.800**	**71.200**	**1.154**	**67.471**	**-**	**247.119**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	117.296	117.296
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	16.2	-	(411)	-	-	-	-	-	(411)
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	(67.471)	-	(67.471)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(1.154)	-	-	(1.154)
Destinações:									
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2025

continuação

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletam os riscos específicos relacionados a unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários, do projeto de infraestrutura detido aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrio contratual. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.11. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.12. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de passageiros, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.14. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização. **3.15. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025: • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; e • OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO). **3.16. Novas normas ainda não efetivas**: Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Motiva: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza; e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. **3.17. Reforma tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swap* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. Operações de *swap* de juros: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 7, 9, 13 e 19. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 9, 13 e 19. As tarifas da concessão da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data do vencimento contratual. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	123.260	113.323	121.025	120.674	109.842
Fornecedores e outras obrigações	16.240	1.017	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	5.504	-	-	-	-
Contas a pagar de operações com derivativos	24.164	28.728	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	414.250	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	2.038	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 425.805, substancialmente composto por debêntures, dividendos e juros sobre capital próprio, detalhados nas notas explicativas nº 13 e 19. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	24	2.349
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	179.317	105.182
Total	**179.341**	**107.531**

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.
As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,67% do CDI, equivalente a 14,41% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (100,52% do CDI, equivalente a 10,93% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas:

	2025	2024
Circulante	**60.318**	**67.307**
Contas a receber das operações (a)	1.840	2.395
Contas a receber do Poder Concedente (b)	58.478	64.912
Não circulante	**-**	**137.095**
Contas a receber do Poder Concedente (b)	-	137.095
Total	**60.318**	**204.402**

(a) Crédito a receber da SPTrans - São Paulo Transportes S.A. e da Companhia do Metropolitano de São Paulo, decorrentes de serviços prestados aos usuários; e (b) Refere-se a reequilíbrio e mitigação de demanda para os negócios afetados da Companhia, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

	2024	2025					
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração (d)	Transferência	Outros	Total
Circulante	**64.912**	**121.008**	**(273.574)**	**-**	**134.559**	**11.573**	**58.478**
Reequilíbrio (a)	19.166	-	(153.725)	-	134.559	-	-
Mitigação de demanda (b)	26.533	121.008	(119.849)	-	-	-	27.692
Estudos de viabilidade (c)	19.213	-	-	-	-	11.573	30.786
Não circulante	**137.095**	**-**	**-**	**(2.536)**	**(134.559)**	**-**	**-**
Reequilíbrio (a)	137.095	-	-	(2.536)	(134.559)	-	-
Total	**202.007**	**121.008**	**(273.574)**	**(2.536)**	**-**	**11.573**	**58.478**

(a) Reequilíbrio ao contrato de concessão por perda de receita tarifária resultante da redução de demanda de passageiros, advinda da pandemia da COVID-19, conforme Termo Aditivo nº 2; (b) Saldo de mitigação de demanda, recebido ao longo do trimestre subsequente ao do fato gerador; (c) Créditos a receber do Poder Concedente, pelo ressarcimento de custos incorridos com a elaboração dos Estudos de Viabilidade sobre a vantajosidade da extensão das linhas da Companhia, conforme Termo Aditivo nº 3. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 1; e (d) Em 18 de agosto de 2025, houve a quitação antecipada dos débitos referente ao reequilíbrio mencionado no item (a), desta forma gerando a reversão de valores de remuneração do contas a receber.

7.2. *Aging* do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	60.318	204.402
Total	**60.318**	**204.402**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:
A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**148.321**	**117.395**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	**(50.429)**	**(39.914)**
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	12.339	8.841
Despesas indedutíveis	(1.914)	(2.283)
Juros sobre capital próprio	5.053	5.533
Remuneração variável de dirigentes estatutários	20	(360)
Incentivos relativos ao imposto de renda (PAT e Prorrogação de licença maternidade)	3.874	3.878
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	16	8
Outros ajustes tributários	16	117
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(31.025)**	**(24.180)**
Impostos correntes	(71.183)	(73.984)
Impostos diferidos	40.158	49.804
Alíquota efetiva de impostos	**20,92%**	**20,60%**

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2025	2024
Ativo	**10.497**	**21.863**
Provisão de energia elétrica/IPTU	953	15.456
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.199	3.208
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	2.322	1.947
Resultado de operações com derivativos	2.440	1.150
Valor Justo	404	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	118	-
Arrendamento	3	2
Programa de Gratificação Longo Prazo	58	100
Compensação de imposto ativo	**(5.669)**	**(21.863)**
Impostos ativos após compensação	**4.828**	**-**
Passivo	**(5.669)**	**(57.788)**
Receita de reequilíbrio	-	(45.832)
Receita de remuneração dos valores a receber do Poder Concedente	-	(6.333)
Capitalização de juros	(5.669)	(5.035)
Resultado de operações com derivativos	-	(588)
Compensação de imposto passivo	**5.669**	**21.863**
Impostos passivos após compensação	**-**	**(35.925)**
Imposto diferido líquido	**4.828**	**(35.925)**

Movimentação do imposto diferido	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	**(35.925)**	**(85.019)**
Reconhecimento no resultado	**40.158**	**49.804**
Reconhecimento no patrimônio líquido	**595**	**(710)**
Impostos diferidos sobre *hedge* de fluxo de caixa	595	(710)
Saldo em 31 de dezembro	**4.828**	**(35.925)**

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controlada, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2025				2024			
Saldos	**Controladora**	**Controlada**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**		**Total**
Ativo	**68**	**204**	**222**	**494**	**13**	**829**		**842**
Bancos conta movimento	-	-	6	**6**	-	10		**10**
Contas a receber	68	-	209	**277**	13	387		**400**
Derivativos	-	-	-	**-**	-	430		**430**
Dividendos a receber	-	204	-	**204**	-	-		**-**
Outros créditos	-	-	7	**7**	-	2		**2**
Passivo	**348.727**	**-**	**606.819**	**955.546**	**268.467**	**655.219**		**923.686**
Fornecedores e contas a pagar	3.491	-	2.013	**5.504**	3.899	1.499		**5.398**
Derivativos	-	-	52.892	**52.892**	-	88.352		**88.352**
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	345.236	-	69.014	**414.250**	264.568	52.888		**317.456**
Debêntures	-	-	481.491	**481.491**	-	510.667		**510.667**
Outros débitos	-	-	1.409	**1.409**	-	1.813		**1.813**

	2025			2024		
Transações	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	(99)	**(99)**	-	(119)	**(119)**
Custos/Despesas - serviços de infraestrutura utilizada	-	(38.209)	**(38.209)**	-	(145)	**(145)**
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(446)	**(446)**	-	(183)	**(183)**
Custos/Despesas - benefício a colaboradores	-	(16.127)	**(16.127)**	-	(14.476)	**(14.476)**
Custos/Despesas - serviço de transmissão de dados	-	-	**-**	-	(6)	**(6)**
Custos/Despesas - seguros	-	-	**-**	-	(17)	**(17)**
Custos/Despesas - treinamento de pessoal	-	(2)	**(2)**	-	-	**-**
Custos/Despesas - outros gastos gerais	-	(7)	**(7)**	-	(587)	**(587)**
Despesas de comissão de fianças nas emissões de dívidas	(4.510)	(902)	**(5.412)**	(4.995)	(998)	**(5.993)**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(158)	**(158)**	-	(7)	**(7)**
Resultado líquido com derivativos	-	(11.407)	**(11.407)**	-	(69.477)	**(69.477)**
Receita de material estocável	-	-	**-**	-	552	**552**
Receitas de mútua cooperação	-	404	**404**	-	238	**238**
Repasse de custos e despesas - Oficina de Trucks	-	(782)	**(782)**	-	(351)	**(351)**
Repasse de custos e despesas - CSC	(43.203)	(817)	**(44.020)**	(39.808)	-	**(39.808)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	-	(2.045)	**(2.045)**	(2.188)	(1.789)	**(3.977)**

9.1. Profissionais-chave da administração: Despesas com profissionais-chave:

	Diretor estatutário e não estatutário	
	2025	2024
Remuneração (a):	**(494)**	**(841)**
Outros benefícios:	**(494)**	**(841)**
Incentivo de longo prazo	(494)	247
Complemento de provisão de PPR do ano anterior	-	(1.088)

(a) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria (conselho de administração e diretoria estatuária).
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R$ 5.618, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais-chave. **9.2. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas:**

Taxa remuneração - garantias em emissão de dívidas	2025	2024
1,10% a.a.	(5.412)	(5.993)
Total	**(5.412)**	**(5.993)**

10. Investimentos: 10.1. Composição dos investimentos:

			Investimento		Resultado da participação societária	
Controlada	**Atividade principal**	**% de participação em 31/12/2025**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Five Trilhos	Serviços	100%	18.809	16.523	36.290	26.004
Total			**18.809**	**16.523**	**36.290**	**26.004**

10.2. Movimentação do investimento

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	**16.523**	**16.193**
Resultado de equivalência patrimonial	36.290	26.004
Dividendos	(34.004)	(25.674)
Saldo em 31 de dezembro	**18.809**	**16.523**

10.3. Informações financeiras resumidas

	2025			2024			2025		2024	
Controlada	**Ativo circulante e não circulante**	**Passivo circulante e não circulante**	**Patrimônio líquido**	**Ativo circulante e não circulante**	**Passivo circulante e não circulante**	**Patrimônio líquido**	**Total das receitas brutas do período**	**Lucro líquido do período**	**Total das receitas brutas do período**	**Lucro líquido do período**
Five Trilhos	38.378	19.569	18.809	37.057	20.534	16.523	42.656	36.290	36.888	26.004
Total	**38.378**	**19.569**	**18.809**	**37.057**	**20.534**	**16.523**	**42.656**	**36.290**	**36.888**	**26.004**

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					Imobilizações	
	Móveis e utensílios	**Máquinas e equipamentos**	**Veículos**	**Equipamentos operacionais**	**Total em operação**	**em andamento**	**Total imobilizado**
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**2.514**	**11.249**	**328**	**-**	**14.091**	**2.818**	**16.909**
Adições	-	-	-	-	-	2.154	2.154
Baixas	(2)	(31)	-	-	(33)	-	(33)
Transferências	372	2.874	44	29	3.319	(3.319)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	104	-	-	104	-	104
Depreciação	(442)	(3.005)	(103)	(5)	(3.555)	-	(3.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.442**	**11.191**	**269**	**24**	**13.926**	**1.653**	**15.579**
Custo	4.505	23.188	2.437	29	30.159	1.653	31.812
Depreciação acumulada	(2.063)	(11.997)	(2.168)	(5)	(16.233)	-	(16.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.442**	**11.191**	**269**	**24**	**13.926**	**1.653**	**15.579**
Adições	-	-	-	-	-	2.084	2.084
Baixas	(109)	(41)	-	-	(150)	-	(150)
Transferências	211	1.006	-	-	1.217	(1.217)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	(28)	(28)
Depreciação	(463)	(2.921)	(100)	(6)	(3.490)	-	(3.490)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.081**	**9.235**	**169**	**18**	**11.503**	**2.492**	**13.995**
Custo	4.450	23.496	2.437	29	30.412	2.492	32.904
Depreciação acumulada	(2.369)	(14.261)	(2.268)	(11)	(18.909)	-	(18.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.081**	**9.235**	**169**	**18**	**11.503**	**2.492**	**13.995**
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2025	10	12	25	20			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R$ 74 no exercício findo em 31 de dezembro 2025 (R$ 99 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 7,02% a.a. e 9,50% a.a., respectivamente.

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura	**Sistemas informatizados**	**Sistemas informatizados em andamento**	**Total em operação**	**Infraestrutura em construção**	**Total do intangível**
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**655.971**	**2.834**	**1.350**	**660.155**	**53.321**	**713.476**
Adições	-	-	1.460	1.460	144.076	145.536
Amortização	(47.506)	(1.350)	-	(48.856)	-	(48.856)
Baixas	(130)	(134)	-	(264)	-	(264)
Transferências	127.111	967	(953)	127.125	(127.125)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(104)	(104)	-	(104)
Outros	(6.546)	-	-	(6.546)	(12.568)	(19.114)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**728.900**	**2.317**	**1.753**	**732.970**	**57.704**	**790.674**
Custo	937.354	7.765	1.753	946.872	57.704	1.004.576
Amortização acumulada	(208.454)	(5.448)	-	(213.902)	-	(213.902)

continuação

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

tos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código EFC5-A9F7-2950-7B94.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código EFC5-A9F7-2950-7B94.

uma empresa ViaQuatro motiva

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 07.682.638/0001-07

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: Aos Acionistas: Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas conforme as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Neste exercício, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaQuatro") ou ("Companhia") ou ("Concessionária") continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **Apresentação:** A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., denominada ViaQuatro, com sede em São Paulo, Capital e sua subsidiária integral a Companhia Four Trilhos Administração e Participação ("Four Trilhos" ou "Companhia") tem como objeto a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação, manutenção e conservação, além de explorar atividades alternativas, complementares, acessórias ou projetos associados dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra. **Destaques de 2025:** Em 2025 foi assinado o Termo Aditivo nº 10 para a oficialização da construção da extensão da Linha 4-Amarela até Taboão da Serra. O projeto contempla 3,3 km de extensão, duas novas superfícies (Taboão da Serra e Chácara do Jockey), seis trens adicionais, obras de ventilação e energia, além da inclusão do escopo de implantação, operação e manutenção. A iniciativa representa a primeira linha de metrô a ultrapassar os limites do Município de São Paulo e incorpora incremento estimado de 49,3 mil usuários por dia. O modelo prevê reequilíbrio econômico-financeiro por meio da extensão do prazo contratual em 20 anos, até 2060, e investimento total estimado em R$ 3,9 bilhões (incluindo REIDI), com aporte público previsto de R$ 2,9 bilhões.

2. Desempenho econômico-financeiro - Consolidado

Em R$ mil	2025	2024	Var %
Receita líquida (excluída a receita de construção)	**1.990.016**	**1.157.490**	**72%**
(+) Receita de construção	216.058	61.579	251%
Custos e despesas (a)	**(596.056)**	**(474.659)**	**26%**
Depreciação e amortização	(83.083)	(96.623)	-14%
Serviços de terceiros	(67.312)	(61.823)	9%
Custo com pessoal	(158.500)	(142.977)	11%
Custo de construção	(216.058)	(61.579)	251%
Outros custos e resultados operacionais	(71.103)	(111.657)	-36%
EBIT ajustado	**1.610.018**	**744.410**	**116%**
Margem EBIT Ajustado (b)	**81%**	**64%**	**26%**
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	79.391	58.667	35%
EBIT (c)	**1.689.409**	**803.077**	**110%**
Margem EBIT	**85%**	**69%**	**22%**
(+) Depreciação e amortização	83.083	96.623	-14%
EBITDA (c)	**1.772.492**	**899.700**	**97%**
Margem EBITDA	**89%**	**78%**	**15%**
(-) Resultado de Equivalência Patrimonial	(79.391)	(58.667)	35%
EBITDA Ajustado (d)	**1.693.101**	**841.033**	**101%**
Margem EBITDA Ajustado (d)	**85%**	**73%**	**17%**
(-) Resultado Financeiro Líquido	(175.571)	(124.523)	41%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.434.447**	**619.887**	**131%**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(452.370)	(183.378)	**147%**
Lucro Líquido	**982.077**	**436.509**	**125%**
Endividamento Bruto (e)	**1.568.339**	**1.755.686**	**-11%**
Investimentos (Caixa) (f)	**264.945**	**100.193**	**164%**

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais; (b) A margem EBIT ajustado foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais; (c) Calculados de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022; (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais; (e) Dívida bruta: somatória dos empréstimos, financiamento e debêntures (líquidos dos custos de transação); e (f) Investimentos: somatória das adições do ativo imobilizado e intangível. **Receita líquida:** Em 2025, a receita líquida apresentou crescimento de 72% em relação a 2024, totalizando R$ 1.990 milhões. Esse aumento decorre, principalmente, do reconhecimento, em setembro de 2025, do direito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em favor da Concessionária, conforme estabelecido no Termo Aditivo nº 10/2025. Tal recomposição refere-se ao atraso na entrada em operação das Estações Morumbi e Vila Sônia (Fase II), que gerou perda de receita tarifária à Concessionária, tendo o Poder Concedente reconhecido formalmente esse desequilíbrio e definido sua compensação contratual. Esse direito totalizou R$ 933,4 milhões reconhecidos em 2025 (Reequilíbrio: R$ 805 milhões; Juros: R$ 87 milhões; e Correção Monetária: R$ 41 milhões). Ademais, registrou-se uma variação negativa de R$ 29 milhões referente à Fase I, em decorrência da variação de indicadores macroeconômicos. **Custos e despesas:** O aumento verificado em custos e despesas decorre, principalmente, do acréscimo de 11% nos gastos com pessoal, em razão do reajuste previsto no dissídio. Por outro lado, em "Outros custos e resultados operacionais", houve o reversão de R$ 30 milhões referente ao IPTU, em função da imunidade aplicável ao pagamento do referido tributo." **Resultado financeiro líquido:** A apuração de juros foi maior em relação a 2024, decorrente da 6ª emissão de debêntures e do aumento dos indicadores financeiros. **Imposto de renda e contribuição social:** Houve um aumento na apuração de impostos decorrente do aumento da receita líquida quando comparado a 2024. **Investimentos:** A variação de 164% decorre dos desembolsos referentes às obras de extensão Linha 4 até Taboão da Serra.

3. Estratégia e gestão: 3.1. Governança corporativa: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos e cinco membros suplentes, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos. Os membros de Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária. **3.2. Gestão de pessoas:** Em 2025, o Instituto Motiva - evolução do Instituto CCR - lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, atuando pelos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Qualidade de Vida, orientando o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas. Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, realizou diagnósticos e desenvolveu planos participativos com lideranças locais, investindo mais de R$ 81,7 milhões em mais de 50 projetos que beneficiaram 2,1 milhões de pessoas, além de ampliar seu compromisso de impacto até 2035 para mais de R$ 1 bilhão. Criado em 2014, o Instituto já destinou cerca de R$ 381,7 milhões a projetos que beneficiaram mais de 18 milhões de pessoas em 550 municípios, consolidando-se como um dos principais investidores sociais do país. Entre as iniciativas, destacam-se o Programa Escolas Baseadas na Natureza, que alcançou mais de 16 mil professores; o Caminhos para a Saúde, que atendeu mais de 27 mil pessoas; o Programa de Voluntariado Corporativo, que engajou mais de 5 mil colaboradores; o Estação Motiva Cultural, que já recebeu mais de 23.300 pessoas; e o Projeto Centenários, que desde 2023 impactou mais de 730 mil pessoas, sendo 550 mil apenas em 2025, homenageando grandes nomes da cultura brasileira e transformando as estações da Linha 4-Amarela em espaços de memória e encontro. Lideramos a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e apresentamos recomendações na COP30, em Belém. Ao final do ano, a Coalizão conquistou os prêmios Aberje e Eco da Amcham, e o Estação Motiva Cultural ficou em segundo lugar no Prêmio CONCERTO.

4. ESG: 4.1. Sustentabilidade: A Sustentabilidade segue como um tema estratégico para a Motiva, orientando a geração de valor para acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade e demais públicos de relacionamento. Em 2025, a Companhia avançou na implementação da Ambição 2035, cuja visão atualizada reflete sua aspiração de longo prazo e está estruturada em quatro eixos principais: Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança Sustentável. Para atuar no eixo de Liderança Sustentável, a Motiva conta com uma Estratégia de Sustentabilidade robusta organizada em 5 pilares: Redução do Risco Climático e da Pegada Ambiental, Gestão Sustentável da Cadeia de Valor, Impacto Positivo na Sociedade, Valorização das Pessoas e Cultura de Integridade e Segurança. Mais informações sobre as metas de cada pilar, status e Governança da Estratégia estão disponíveis em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. Entre os principais marcos, destaca-se a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de 90 alavancas de descarbonização. O estudo identificou três vetores principais para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050: (i) mudança na matriz de transportes para modos mais eficientes; (ii) expansão da eletrificação e uso de soluções power-to-x; e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em: Relatório Coalizão Transportes - Completo. Além disso, a Companhia participou da COP30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Em parceria com atores relevantes, foi estruturada uma agenda estratégica voltada à mitigação e adaptação da infraestrutura de mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A participação foi marcada por diálogo e colaboração com sociedade civil, setor privado e poder público, promovendo discussões sobre descarbonização setorial, proteção da biodiversidade, adaptação climática e cidades sustentáveis e resilientes. Ao longo do evento, a Companhia esteve presente em 27 painéis, dentro e fora da Blue Zone, reforçando seu papel de liderança no setor. Essa atuação evidencia nosso compromisso em antecipar tendências, influenciar políticas públicas e contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono. No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, registrou avanço significativo no Índice CSA (Corporate Sustainability Assessment) da S&P Global em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos mais altos padrões globais. A Motiva segue acompanhando as atualizações de ratings e avaliações externas. Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade [GE1.1], reforçando a governança e a integração dos temas ESG à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas - incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes - disponíveis na seção de Governança de seu site. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade elaborado conforme as referências do International Integrated Reporting Council -Relato Integrado (IIRC), Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). A edição mais recente está disponível em: www.www.motiva.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.2. Iniciativas voluntárias:** A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota frameworks internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável. Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento Ambição Net Zero e, em 2025, passou a integrar os Movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais. Também participa da iniciativa Liderança com ImPacto, representada pelo CEO Miguel Setas como porta-voz do ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis. Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa. Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de Sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e as Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável. Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a companhia é adepta ao CDP, GHG Protocol e à Science Based Targets Initiative (SBTi). Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas International Financial Reporting Standards - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórias a partir de 2026. Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos ESG, com transparência e alinhamento às exigências internacionais. **4.3. Meio ambiente:** Na Motiva, a gestão ambiental é orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, com foco na redução de impactos negativos e na ampliação dos positivos em nossas operações e cadeia de valor. Essa premissa permeia toda a gestão dos negócios, abrangendo plataformas de rodovias, trilhos e aeroportos, e contribui para a construção de uma economia de baixo carbono. Para isso, a empresa se apoia em diretrizes corporativas, como a Política de Sustentabilidade, lançada em 2025, e a Política de Mudanças Climáticas, além de fortalecer iniciativas locais por meio do Sistema de Gestão Ambiental, um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado. A Estratégia Climática é um tema material para a Motiva, que se destaca no setor ao divulgar planos de adaptação para 100% dos seus ativos. Para esse trabalho, a Motiva analisou os impactos das mudanças climáticas até 2050, considerando dois cenários do IPCC (SSP2-4.5 e SSP3-7.0). Foram avaliados riscos físicos (ondas de calor, seca, incêndios, deslizamentos, ventos fortes, inundações e tempestades) e riscos de transição (mercado, reputacional, regulatório/legal e tecnológico). A análise abrangeu rodovias, estações ferroviárias e aeroportos, identificando concessões mais críticas e estimando impactos financeiros. Tempestades representam a principal ameaça para todos os negócios, seguidas por inundações e deslizamentos em rodovias, e ondas de calor em trilhos e aeroportos. Em 2025, a Companhia definiu aproximadamente 5 mil planos de adaptação para seus ativos com riscos mais críticos identificados, atingindo sua meta com três meses de antecedência. Os próximos passos incluem priorizar ações e incorporá-las aos investimentos da Motiva, com conclusão prevista para o 1º trimestre de 2026 e integração ao orçamento de 2027. No que se refere à mitigação das mudanças climáticas, entre 2025 e 2029, a Motiva implementará um projeto para substituir 130 veículos a diesel por modelos elétricos, híbridos e movidos a etanol. Essa transição resultará em uma redução estimada de 4.734 toneladas de CO_2 e no período, reforçando o compromisso com a mobilidade sustentável. Além disso, como parte da estratégia de compensação, a Motiva adquiriu créditos de carbono provenientes das Reservas Votorantim, seguindo a metodologia PSA Carbonfloor. Foram realizadas duas operações: a primeira com 67 mil créditos e a segunda com aproximadamente 27 mil créditos, garantindo rastreabilidade e integridade ambiental. Em termos de biodiversidade, a Motiva firmou parceria com a SOS Mata Atlântica para restaurar florestas nativas e promover a sustentabilidade. O projeto contempla a recuperação de áreas nas bacias do Médio Tietê e do Médio Paraíba do Sul, com o plantio de aproximadamente 40 mil árvores em 16 hectares. Além de contribuir para a biodiversidade, a iniciativa apoia a captura de carbono da atmosfera, com previsão de 2.574 toneladas de CO_2 até 2032 e 4.196 toneladas até 2035, alinhando-se à estratégia de neutralidade de carbono da empresa. A empresa também apoia a criação de uma unidade de conservação em Lajeado, com 1.290 hectares de restauração florestal e o plantio de 2 milhões de mudas, fortalecendo a proteção da biodiversidade e a captura de carbono. Em 2025, a Companhia reforçou seu compromisso com a sustentabilidade ao aderir à iniciativa global de proteção à biodiversidade liderada pela TNFD (Taskforce on Nature-related Financial Disclosures), consolidando sua atuação na gestão de riscos e oportunidades relacionados à natureza. Essa adesão orientará a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN ou NBS - Nature-Based Solutions) como estratégia para compensar os impactos do negócio. No primeiro ano, o estudo concentrou-se nas rodovias. Em 2026, será expandido para os trilhos, incluindo a valoração dos impactos e a análise da cadeia de valor para ambos os modais. A Política de Mudanças Climáticas, revisada no final de 2024 e aprovada em 2025, estabelece compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações. Essa política reafirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris. Em linha com essa estratégia, a Motiva também criou sua própria comercializadora de energia elétrica, reforçando a transição para fontes renováveis e a descarbonização das operações. A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos da Motiva, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD). Outros destaques e informações podem ser consultados no site: https://www.www.motiva.com.br/sustentabilidade/relatorios.

5. Considerações finais: 5.1. Agradecimentos: A ViaQuatro agradece todos os clientes, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, que foram fundamentais para a superação dos desafios no ano de 2025. **5.2. Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3. Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **5.4. Cláusula compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

São Paulo, 05 de março de 2026.
A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante		**1.087.965**	**598.837**	**1.109.918**	**621.474**
Caixas e equivalentes de caixa	6	375.345	182.436	397.718	194.698
Aplicações financeiras - conta reserva	6	230.225	93.292	230.225	93.366
Contas a receber das operações	7.1	12	12	20.834	9.611
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	359.289	240.348	359.289	240.348
Contas a receber de partes relacionadas	10	8.369	5.695	8.695	5.957
Dividendos a receber	10	22.010	-	-	-
Estoques (materiais sobressalentes)		71.287	61.395	71.287	61.395
Tributos a recuperar	8	12.566	8.313	12.934	8.670
Contas a receber de operações com derivativos	21.2	355	-	355	-
Adiantamentos a fornecedores		508	579	508	579
Despesas antecipadas e outros créditos		7.999	6.767	8.073	6.850
Não circulante		**3.477.191**	**3.202.369**	**3.483.160**	**3.209.070**
Realizável a longo prazo					
Contas a receber das operações	7.1	-	-	32	-
Contas a receber com o Poder Concedente	7.1	1.784.298	1.690.351	1.784.298	1.690.351
Estoques (materiais sobressalentes)		18.678	25.784	18.678	25.784
Tributos a recuperar	8	8.800	9.354	8.800	9.354
Títulos e valores mobiliários		5.490	-	5.490	-
Contas a receber de operações com derivativos	21.2	1.118	-	1.118	-
Depósitos judiciais		88	100	88	100
Outros créditos		255	77	255	77
Investimentos	11	65.418	37.037	-	-
Imobilizado	12	23.796	17.704	95.151	61.442
Intangível	13	1.335.495	1.380.741	1.335.495	1.380.741
Infraestrutura em construção	13	233.342	40.789	233.342	40.789
Direito de uso em arrendamento		413	432	413	432
Total do Ativo		**4.565.156**	**3.801.206**	**4.593.078**	**3.830.544**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante		**1.140.380**	**906.329**	**1.152.054**	**916.570**
Debêntures	14	235.387	231.716	235.387	231.716
Fornecedores	16	10.826	12.220	12.433	14.698
Fornecedores e outras contas a pagar a partes relacionadas	10	7.379	5.702	5.909	5.835
Imposto de renda e contribuição social a recolher		267.099	155.767	271.040	157.761
Obrigações sociais e trabalhistas	15	23.165	22.589	23.268	22.763
Impostos e contribuições a recolher		1.598	1.193	2.777	1.483
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10	1.425.874	445.684	1.425.874	445.684
Passivo de contrato receitas acessórias		1.406	292	7.706	5.454
Provisão IPTU		-	28.499	-	28.499
Passivo de arrendamento		370	233	370	233
Outras obrigações		4.069	2.434	4.083	2.444
Não circulante		**3.021.256**	**2.290.423**	**3.037.504**	**2.309.520**
Debêntures	14	1.332.952	1.523.970	1.332.952	1.523.970
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	840.333	754.649	840.333	754.649
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	17.1	9.094	10.360	9.094	10.360
Contas a pagar de operações com derivativos	21.2	1.065	-	1.065	-
Fornecedores	16	104	41	114	41
Passivo de arrendamento		79	232	79	232
Receitas antecipadas e outras obrigações		836	1.171	17.074	20.268
Patrimônio líquido	18	**403.520**	**604.454**	**403.520**	**604.454**
Capital social		140.385	140.385	140.385	140.385
Reserva de capital		617	253	617	253
Reserva de lucros		140.385	140.385	140.385	140.385
Dividendos adicionais propostos		121.864	323.431	121.864	323.431
Ajuste de avaliação patrimonial		269	-	269	-
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.565.156**	**3.801.206**	**4.593.078**	**3.830.544**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - controladora e consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

		Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros					
	Nota	**Subscrito**	**A integralizar**	**Plano de incentivo de longo prazo**	**Legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Dividendo adicional proposto**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2024		**149.607**	**(9.222)**	**40**	**28.077**	**112.308**	**570.295**	**-**	**-**	**851.105**
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	(570.295)	-	-	(570.295)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	436.509	436.509
Destinações:										
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	-	213	-	-	-	-	-	213
Juros sobre capital próprio em 25 de julho de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	-	-	(14.517)	(14.517)
Juros sobre capital próprio em 25 de julho de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	-	(2.512)	(2.512)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	-	-	(8.317)	(8.317)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	-	(1.439)	(1.439)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(86.293)	86.293
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	323.431	-	(323.431)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**149.607**	**(9.222)**	**253**	**28.077**	**112.308**	**323.431**	**-**	**-**	**604.454**
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	(323.431)	-	-	(323.431)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	982.077	982.077
Destinações:										
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	18.2	-	-	364	-	-	-	-	-	364
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	269	-	269
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2025 (líquido)		-	-	-	-	-	-	-	(19.966)	(19.966)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2025 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	-	(3.454)	(3.454)
Distribuição de dividendos intermediários em 18 de dezembro de 2025		-	-	-	-	-	-	-	(836.793)	(836.793)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	121.864	-	(121.864)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**149.607**	**(9.222)**	**617**	**28.077**	**112.308**	**121.864**	**269**	**-**	**403.520**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		**982.077**	**436.509**	**982.077**	**436.509**
Ajustes por:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	85.545	(36.598)	85.545	(36.598)
Depreciação e amortização	12 e 13	80.509	95.907	82.805	96.383
Depreciação - direito de uso em arrendamento		278	240	278	240
Baixa do ativo imobilizado e intangível	12 e 13	115	2.414	115	2.414
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	-	60	105	2.063
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	20	42	54	42	54
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	20	400	195	400	195
Juros e variação monetária sobre debêntures	20	231.924	158.481	231.924	158.481
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	17.1	4.824	10.094	4.841	10.102
Adição e remuneração do contas a receber com o Poder Concedente	7.1	(362.716)	(367.257)	(362.716)	(367.257)
Capitalização de custos de empréstimos	20	(7.039)	(4.291)	(7.039)	(4.291)
Equivalência patrimonial	11.2	(79.391)	(58.667)	-	-
Rendimento de aplicação financeira		(23.506)	(7.875)	(23.506)	(7.999)
Receita de reequilíbrio	7.1	(758.571)	-	(758.571)	-
Reversão de provisão de IPTU		(28.499)	-	(28.499)	-
Opções de compra de títulos patrimoniais		989	-	989	-
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	18.1	364	213	364	213
		127.345	**229.479**	**209.154**	**290.509**
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução dos ativos					
Contas a receber das operações	7.1	-	214	(11.360)	(2.625)
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	(772)	(1.174)	(772)	(1.174)
Recebimento de contas a receber com o Poder Concedente	7.1	916.807	448.041	916.807	448.041
Contas a receber de partes relacionadas		(2.674)	4.710	(2.737)	4.644
Tributos a recuperar	8	(3.699)	(5.705)	(3.710)	(5.328)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		29.000	40.160	-	-
Adiantamentos a fornecedores		71	2.778	71	2.778
Estoques (materiais sobressalentes)		(2.786)	(4.320)	(2.786)	(4.320)
Despesas antecipadas e outros créditos		(1.398)	(815)	(1.389)	(880)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores	16	(1.731)	(5.119)	(2.592)	(3.769)
Fornecedores de partes relacionadas	10	1.677	(5.080)	73	(4.897)
Obrigações sociais e trabalhistas	15	576	233	505	158
Impostos e contribuições a recolher e provisão de IR e CS	9	345.672	203.522	357.597	211.354
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(237.389)	(91.549)	(246.478)	(99.252)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários		(6.090)	(5.104)	(6.107)	(5.112)
Passivo de contrato receitas acessórias		1.114	(868)	2.252	(587)
Provisão de IPTU		-	25.121	-	25.121
Receitas antecipadas e outras obrigações		1.300	(18.794)	(1.555)	(21.392)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**1.167.023**	**815.730**	**1.206.973**	**833.269**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado	12	(10.114)	(3.775)	(40.027)	(20.981)
Aquisição de ativo intangível	13	(224.918)	(79.212)	(224.918)	(79.212)
Outros de ativo intangível	13	412	-	412	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate		(114.543)	7.875	(114.469)	7.925
Resgates/Aplicações (conta reserva)	6	1.116	7.579	1.116	7.579
Títulos patrimoniais		(6.479)	-	(6.479)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(354.526)**	**(67.533)**	**(384.365)**	**(84.689)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Debêntures:					
Captações		-	937.371	-	937.371
Pagamentos de principal	23.1	(202.223)	(197.682)	(202.223)	(197.682)
Pagamentos de juros	23.1	(217.048)	(143.371)	(217.048)	(143.371)
Arrendamento:					
Pagamentos de principal		(317)	(268)	(317)	(268)
Dividendos pagos a acionistas controladores		(200.000)	(1.295.001)	(200.000)	(1.295.001)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(619.588)**	**(698.951)**	**(619.588)**	**(698.951)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**192.909**	**49.246**	**203.020**	**49.629**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		182.436	133.190	194.698	145.069
No final do exercício		375.345	182.436	397.718	194.698
		**

continuação

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.7. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **3.8. Estoque:** Os estoques estão compostos na forma de materiais de manutenção a serem consumidos no processo de prestação de serviços, são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, inclui todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais e em condições de utilização. O custo dos estoques é baseado no princípio no custo médio ponderado. **3.9. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/Despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.10. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de concessão gerado na aquisição de negócios. Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar a concessão. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 13. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.17. Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.11. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos e reequilíbrios contratuais. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.12. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.13. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.14. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.15. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. **3.16. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). **3.17. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01- R1/IFRIC 12):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização. **3.18. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da controladora e consolidado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **3.19. Informação por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública metroviária, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa metroviária dos usuários do metrô (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **3.20. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos materiais nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025: • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; e • OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO). **3.21. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **3.22. Reforma tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixas e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à contratação de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 7, 10, 14 e 21. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) e do certificado de depósito interbancário (CDI) relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 10, 14 e 21. Em 2025, as tarifas recebidas pela Concessionária por passageiro transportado foram atualizadas pela média ponderada, sendo 50% do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e 50% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor), conforme previsto no Contrato de Concessão. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros, com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Para maiores detalhes vide notas explicativas n.º 21. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais.

Controladora	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	412.302	388.663	349.716	433.404	722.578
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	7.379	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	14.895	104	-	-	-

Consolidado	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	412.302	388.663	349.716	433.404	722.578
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	5.909	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	16.516	114	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 52.415 na Controladora e o montante de R$ 42.136 no Consolidado, substancialmente composto por debêntures, dividendos e juros sobre capital próprio, detalhados nas notas explicativas n.º 14 e 21. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia e sua investida gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
Caixa e equivalentes de caixa	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Caixa e bancos	56	196	70	218
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	375.289	182.240	397.648	194.480
Total	**375.345**	**182.436**	**397.718**	**194.698**

	Controladora		Consolidado	
Aplicações financeiras	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante	**230.225**	**93.292**	**230.225**	**93.366**
Aplicações financeiras (a)	138.049	-	138.049	74
Conta reserva (b)	92.176	93.292	92.176	93.292
Total	**230.225**	**93.292**	**230.225**	**93.366**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,76% do CDI, equivalente a 14,42% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (99,56% do CDI, equivalente a 10,83% a.a., em média, 31 de dezembro de 2024). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e (b) Destinada a atender obrigações relacionadas as debêntures (nota explicativa n.º 14).

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante	**359.301**	**240.360**	**380.123**	**249.959**
Contas a receber das operações (a)	247	247	23.353	12.025
Provisão para perda esperada (b)	(235)	(235)	(2.519)	(2.414)
Contas a receber do Poder Concedente (c)	359.289	240.348	359.289	240.348
Não Circulante	**1.784.298**	**1.690.351**	**1.784.330**	**1.690.351**
Contas a receber das operações (a)	-	-	32	-
Contas a receber do Poder Concedente (c)	1.784.298	1.690.351	1.784.298	1.690.351
Total	**2.143.599**	**1.930.711**	**2.164.453**	**1.940.310**

a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como: receitas metroviárias e acessórias (locação de painéis publicitários e aluguel de espaços) previstos no contrato de concessão; b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a). No que tange aos valores a serem recebidos do Poder Concedente, não há provisão para perda esperada. A Administração considera reduzido o risco de crédito do contas a receber do Poder Concedente, em função da ausência de histórico de não recebimento; e c) Refere-se a: reequilíbrios, mitigação de demanda e estudos de viabilidade para os negócios afetados da Companhia, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

	2024					2025	
	Saldo inicial	**Adições**	**Recebimento**	**Remuneração**	**Transferência**	**Outros**	**Total**
Circulante	**240.348**	**90.362**	**(916.807)**	**4.837**	**932.141**	**8.408**	**359.289**
Reequilíbrio (a)	184.809	47.043	(826.857)	4.837	932.141	-	341.973
Mitigação de demanda (b)	29.151	43.319	(72.470)	-	-	-	-
Estudos de viabilidade (c)	26.388	-	(17.480)	-	-	8.408	17.316
Não circulante	**1.690.351**	**758.571**	**-**	**267.517**	**(932.141)**	**-**	**1.784.298**
Reequilíbrio (a)	1.690.351	758.571	-	267.517	(932.141)	-	1.784.298
Total	**1.930.699**	**848.933**	**(916.807)**	**272.354**	**-**	**8.408**	**2.143.587**

(a) Reequilíbrio ao contrato de concessão por (i) perda de receita tarifária resultante da redução de demanda de passageiros advinda da pandemia da COVID-19 conforme Termo Aditivo n.º 8; (ii) atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU, que será recebido pela Companhia, através de adicional à tarifa de remuneração, conforme Termo Aditivo n.º 6; e (iii) reequilíbrio decorrente da frustração de receita tarifária relacionada ao atraso na conclusão da Fase II com acréscimo de R$ 0,4230 na tarifa a que faz jus por passageiro transportado a partir de 1º de setembro de 2025 até 7 de agosto de 2036 para a Companhia, conforme Termo Aditivo n.º 10; (b) Créditos a receber do Poder Concedente, decorrentes de cláusula de mitigação de risco de demanda. Os créditos possuem recebimentos ao longo do período subsequente ao do fato gerador; (i) a Companhia teve os valores de mitigação a partir de julho de 2025, incluídos no reequilíbrio da fase II, contido no Termo Aditivo n.º 10 ; e (c) Créditos a receber do Poder Concedente, pelo ressarcimento de custos diretos e de gerenciamento incorridos com a elaboração dos Estudos de Viabilidade sobre a vantajosidade da inclusão de investimentos adicionais da Companhia, conforme Termos Aditivos nº 9. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 1.1. **7.2. *Aging* do contas a receber:**

	Controladora		Consolidado	
Idade de vencimentos dos títulos	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Créditos a vencer	2.143.599	1.930.711	2.163.942	1.936.304
Créditos vencidos até 60 dias	-	-	398	3.713
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	-	113	293
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	-	-	290	837
Créditos vencidos há mais 180 dias	235	235	2.229	1.577
Total	**2.143.834**	**1.930.946**	**2.166.972**	**1.942.724**

7.3. Cronograma de recebimento (não circulante)

Cronograma de recebimento (não circulante)	**Consolidado 2025**	**Consolidado 2024**
2027	311.040	171.042
2028	229.626	163.004
2029	174.610	155.384
2030	166.135	152.319
2031 em diante	902.887	1.048.602
Total	**1.784.298**	**1.690.351**

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante	**12.566**	**8.313**	**12.934**	**8.670**
IRPJ e CSLL	-	646	-	646
IRRF	12.556	7.657	12.924	8.014
ISS	10	10	10	10
Não Circulante	**8.800**	**9.354**	**8.800**	**9.354**
IRPJ e CSLL	8.800	9.354	8.800	9.354
Total	**21.366**	**17.667**	**21.734**	**18.024**

O valor de crédito tributário de IRPJ e CSLL trata-se de impostos retidos na fonte e antecipação. Os créditos classificados no longo prazo estão sob processo administrativo (Manifestação de inconformidade) e a Companhia aguarda o acordão final para sua utilização. **9. Imposto

continuação

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

14,20%, 14,00% e 14,12%; e • Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de *vesting*. Parcela de Retenção: O valor justo da parcela atrelada à retenção, composta por 37.082 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. Os planos outorgados em 2023 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 1.337 ações, restando 42.187 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*. No exercício findo em 31 de dezembro 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida à reserva de capital, o montante de R$ 364 relativos aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025. **19. Receitas operacionais líquidas:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta	**2.112.115**	**1.148.575**	**2.209.820**	**1.222.089**
Receitas metroviárias	774.770	719.739	774.770	719.739
Receita de remuneração de contas a receber com o Poder Concedente	144.555	-	144.555	-
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	216.058	61.579	216.058	61.579
Receitas de reequilíbrio (a)	933.413	247.637	933.413	247.637
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	-	1.730	1.200
Receitas com multimídia	-	-	63.198	44.828
Receitas com locação de espaço	-	-	24.017	20.768
Receitas com fibra óptica e telefonia	-	-	8.760	6.718
Mitigação de risco de demanda projetada	43.319	119.620	43.319	119.620
Deduções das receitas brutas	**(32)**	**(18)**	**(3.746)**	**(3.020)**
Impostos sobre receitas	(32)	(18)	(3.592)	(2.690)
Abatimentos	-	-	(154)	(330)
Receita operacional líquida	**2.112.083**	**1.148.557**	**2.206.074**	**1.219.069**

(a) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente ao contrato de concessão por (i) perda de receita tarifária advinda da pandemia da COVID-19 (Termo Aditivo n.º 8); (ii) atraso na conclusão das obras da Fase I; e (iii) reequilíbrio decorrente da frustração de receita tarifária relacionada ao atraso na conclusão da Fase II, conforme Termo Aditivo n.º 10. **20. Resultado financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras	**(227.768)**	**(156.765)**	**(227.857)**	**(156.843)**
Variação monetária sobre debêntures	(14.188)	(19.545)	(14.188)	(19.545)
Juros sobre debêntures	(217.789)	(138.936)	(217.789)	(138.936)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(411)	(262)	(411)	(262)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(42)	(54)	(42)	(54)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.377)	(2.259)	(2.466)	(2.337)
Capitalização de custos de empréstimos	7.039	4.291	7.039	4.291
Receitas financeiras	**49.570**	**30.376**	**52.286**	**32.320**
Rendimento sobre aplicações financeiras	48.953	30.207	51.547	32.078
Variação monetária sobre debêntures	53	-	53	-
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	11	67	11	67
Juros e outras receitas financeiras	553	102	675	175
Resultado financeiro líquido	**(178.198)**	**(126.389)**	**(175.571)**	**(124.523)**

21. Instrumentos financeiros: 21.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		Controladora		Consolidado	
	Nível	2025	2024	2025	2024
Ativos		**2.620.962**	**2.212.134**	**2.802.564**	**2.234.331**
Valor justo através do resultado		**467.929**	**275.728**	**628.351**	**288.064**
Caixa e bancos	Nível 2	56	196	70	218
Aplicações financeiras	Nível 2	375.289	182.240	535.697	194.554
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	92.176	93.292	92.176	93.292
Contas a receber de operações com derivativos	Nível 2	408	-	408	-
Custo amortizado		**2.153.033**	**1.936.406**	**2.174.213**	**1.946.267**
Contas a receber das operações		12	12	20.866	9.611
Contas a receber do Poder Concedente		2.143.587	1.930.699	2.143.587	1.930.699
Contas a receber de operações com derivativos		1.065	-	1.065	-
Contas a receber de partes relacionadas		8.369	5.695	8.695	5.957

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivos	**(3.018.492)**	**(2.251.729)**	**(3.036.063)**	**(2.254.058)**
Custo amortizado	**(3.018.492)**	**(2.251.729)**	**(3.036.063)**	**(2.254.058)**
Debêntures (a)	(1.568.339)	(1.755.686)	(1.568.339)	(1.755.686)
Fornecedores e outras obrigações	(15.835)	(44.657)	(34.876)	(46.853)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.425.874)	(445.684)	(1.425.874)	(445.684)
Contas a pagar de operações com derivativos	(1.065)	-	(1.065)	-
Fornecedores e outras conta a pagar a partes relacionadas	(7.379)	(5.702)	(5.909)	(5.835)
Total	**(397.530)**	**(39.595)**	**(233.499)**	**(19.727)**

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação. **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	1.571.685	1.580.234	1.760.569	1.758.894

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA *triple* A na data-base. **21.2. Instrumentos financeiros derivativos:** As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2025, têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou operações de NDF *hedge* para a proteção na mudança no fluxo de pagamento. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. O quadro a seguir demonstra os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

		Valores de Referência (Nocional)	Efeito acumulado	Resultado
		Moeda Local	Valores a receber/ a pagar	Ganho/(Perda) em resultado abrangente
Operação	**Data de vencimento**	**2025**	**2025**	**2025**
NDF - riscos cambiais		**432.300**	**408**	**408**
ViaQuatro	2026 a 2031	432.300	408	408
Total		**432.300**	**408**	**408**

21.3. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **21.3.1 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Consolidado - Efeito em R$ no resultado		
Risco	**Exposição em R$ (4) e (5)**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
CDI	(1.272.052)	(203.718)	(250.983)	(298.231)
IPC-A	(299.633)	(34.007)	(37.342)	(40.676)
Efeito sobre debêntures	**-**	**(237.725)**	**(288.325)**	**(338.907)**
CDI	609.799	69.728	86.869	103.903
Efeito sobre as aplicações financeiras	**-**	**69.728**	**86.869**	**103.903**
Total do efeito líquido de ganhos/(perdas)	**-**	**(167.997)**	**(201.456)**	**(235.004)**
As taxas de juros consideradas foram (1):				
Aumento do CDI (2)		14,9000%	18,6250%	22,3500%
IPC-A (3)		4,2600%	5,3250%	6,3900%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo: Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros de 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA). **22. Compromissos vinculados a contratos de concessão:** A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2025	2024
Compromisso de investimento (a)	879.802	750

(a) O aumento refere-se a investimentos adicionais de R$ 3.898.964, contratados com o Poder Concedente por meio do Termo Aditivo n.º 10, líquidos de R$ 2.982.399 de aportes públicos a serem recebidos. Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas. **23. Demonstração do fluxo de caixa: 23.1. Transações que não afetaram o caixa:** As transações que não afetaram o caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2025
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**(7.636)**
Contas a receber do Poder Concedente	(7.636)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**7.636**
Outros de ativo intangível	7.636

23.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões. A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

Controladora	Debêntures	Arrendamento	Dividendos e juros sobre capital próprio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(1.755.686)**	**(465)**	**(445.684)**	**(2.201.835)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**419.271**	**317**	**200.000**	**619.588**
Pagamento de principal	202.223	317	-	202.540
Pagamento de juros	217.048	-	-	217.048
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-	-	200.000	200.000
Outras variações que não afetam o caixa	**(231.924)**	**(301)**	**(1.180.190)**	**1.412.415**
Despesas com juros e variação monetária	(231.924)	-	-	(231.924)
Adições de contrato de arrendamento	-	(259)	-	(259)
Ajuste a valor presente	-	(42)	-	(42)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(1.180.190)	(1.180.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(1.568.339)**	**(449)**	**(1.425.874)**	**(2.994.662)**

Consolidado	Debêntures	Arrendamento	Dividendos e juros sobre capital próprio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(1.755.686)**	**(465)**	**(445.684)**	**(2.201.835)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**419.271**	**317**	**200.000**	**619.588**
Pagamento de principal	202.223	317	-	202.540
Pagamento de juros	217.048	-	-	217.048
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-	-	200.000	200.000
Outras variações que não afetam o caixa	**(231.924)**	**(301)**	**(1.180.190)**	**1.412.415**
Despesas com juros e variação monetária	(231.924)	-	-	(231.924)
Adições de contrato de arrendamento	-	(259)	-	(259)
Ajuste a valor presente	-	(42)	-	(42)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(1.180.190)	(1.180.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(1.568.339)**	**(449)**	**(1.425.874)**	**(2.994.662)**

Composição do Conselho de Administração

André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes	Presidente
Rodrigo Araujo Alves	Membro Efetivo
Marcus Vinicius Figur da Rosa	Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo
Sérgio Luiz Pereira de Macedo	Membro Efetivo
Stephan Joinovici Cadier	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Antonio Marcio Barros Silva	Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Marcus Vinicius Figur da Rosa	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. - *São Paulo - SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião**. Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos da concessão:** Veja as Notas 3.10, 3.17 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria**: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R$ 228.315 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos**.** Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis da administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis da administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código EFC5-A9F7-2950-7B94.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código EFC5-A9F7-2950-7B94.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/EFC5-A9F7-2950-7B94 ou vá até o site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EFC5-A9F7-2950-7B94

Hash do Documento

5D82898A74BB0925B13488A3BE11AA25CE1F2D5879684244FC27E0D001B1E404

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/03/2026 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 06/03/2026 00:01 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.646478949356226 Longitude: -46.55693328798284 Accuracy: 128
IP: 172.16.4.4
AC: AC Certisign RFB G5